Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4

Marianne Sousa Barborsa
(Organizadora)

Ano 2024

Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4

Marianne Sousa Barborsa
(Organizadora)

Ano 2024

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Marianne Sousa Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4 / Organizadora Marianne Sousa Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2902-9
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.029240611

1. Ciências humanas. 2. Ciências sociais. I. Barbosa, Marianne Sousa (Organizadora). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A busca pelo saber é uma atividade instigante e permanente em nossas vidas. Somos levados a construir saberes quando nos deparamos com inquietações que surgem em nosso cotidiano, sobretudo no percurso acadêmico e científico. Ao passo que formulamos questionamentos, buscamos formas de responder as perguntas iniciais e, nesse itinerário do saber, outras questões vão sendo postas, oferecendo novos desafios. Imersos em investigações e novas descobertas, percebemos que a atitude científica alimenta nosso desejo de conhecimento e nos impulsiona a buscar cada vez mais aprendizado e experiências significativas. Motivados pelo desejo de saber e conhecimento, a Atena Editora *lança Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4,* um volume marcado pela publicação de estudos e pesquisas realizadas por pesquisadores/as e estudiosos/as brasileiros/as e estrangeiros/as.

Os temas presentes na obra versam sobre temas diversos, tais como: Análise sobre o *Jornal da Câmara*, exibido na *TV Câmara* de Itajaí, quanto aos aspectos editoriais na relação das pautas com os poderes legislativo, executivo e demais segmentos da sociedade; Um estudo sobre as causas e condições do processo de realização dos casamentos prematuros em jovens moçambicanas; Uma pesquisa sobre o comportamento das exportações de *commodities* do Piauí no período pré e durante a pandemia, com o objetivo de compreender o desempenho exportador do agronegócio piauiense nesse período; Uma investigação com a finalidade de determinar o índice de orientação do mercado docente através de uma pesquisa da *Universidade Tecnológica de Nayarit*, no México; Um estudo sobre as implicações teórico-culturais do RPG, jogo pertencente a cultura pop; Um artigo explorando os acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique e seus vizinhos Malawi e Zimbabwe, destacando seus desafios e benefícios; Um ensaio examinando as interrelações entre folclore, arte, cultura, sociedade e história, enfatizando a natureza dinâmica e a contínua relevância do folclore na contemporaneidade; Um estudo apresentando uma visão introdutória da Sociologia Rural, área de conhecimento pertencente a Sociologia; Uma pesquisa com o objetivo de auxiliar o plano de ordenamento de uso público da *Trilha da Pedra do Urubu*, localizada no município de Palhoça (SC); o resultado de uma pesquisa de pós-doutoramento, centrada no tema da velhice e as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe social; e, o último destaca a importância de superar desafios e aproveitar as oportunidades para preparar os alunos para os desafios e inovações do século XXI.

Através da leitura desta *Coletânea*, os/as leitores/as encontrarão um universo de conceitos e temas pertencentes as ciências humanas e sociais, capazes de fornecer repertórios de conhecimento inovadores e inéditos às suas

bagagens intelectuais. Tal obra se insere em mais uma realização de excelência da *Atena*, editora comprometida com a socialização do saber acadêmico e científico, reconhecida e premiada pelo *Prêmio Jabuti*, em 2024.

Uma ótima leitura!!

Marianne Sousa Barbosa.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ASPECTOS EDITORIAIS DO TELEJORNAL DA TV CÂMARA DE ITAJAÍ

Data de submissão: 26/09/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Maurício da Rocha Flores
Jornalista, graduado pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em Produção e Gestão em Rádio e Televisão e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí.

Carlos Roberto Praxedes dos Santos
Doutorando em Comunicação e Linguagens, pela Universidade Tuiuti do Paraná; Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Mestre em Gestão de Políticas Públicas, pela Universidade do Vale do Itajaí. Professor nos cursos de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí.

RESUMO: Este artigo analisa o Jornal da Câmara, exibido na TV Câmara de Itajaí, quanto aos aspectos editoriais na relação das pautas com os poderes legislativo, executivo e demais segmentos da sociedade organizada. A pesquisa consiste na análise quantitativa de 102 edições do telejornal. O período analisado foi de fevereiro a julho de 2012, ano de eleições municipais. Considerando o jornalismo como uma forma de saber gerado pela prática profissional, revitalizado pelos acontecimentos cotidianos e que, em tese, um veículo público deve dar condições para a prática jornalística livre das determinações econômicas e político-partidárias, foi constatado que durante o período analisado o Jornal da Câmara aplicou critérios institucionais para a maioria das reportagens, entrevistas de bancada e notas peladas. Assim, entendendo o jornalismo como importante ferramenta para a garantia do direito à informação, a partir da reflexão teórica sobre a construção da cidadania, o telejornal buscou configurar a TV Câmara de Itajaí como Institucional. Porém, a pesquisa teórica faz surgir novas reflexões e questionamentos quanto ao cumprimento do papel de TV pública dos canais legislativos.

PALAVRAS-CHAVE: TV Câmara; TV Pública; TV Institucional; Telejornalismo; Poder legislativo; Poder Executivo; Direito à Informação.

INTRODUÇÃO

A origem e o desenvolvimento das TVs legislativas no Brasil dão indícios de uma articulação entre público, privado e estatal ainda arraigada no patrimonialismo,

embora ainda timidamente algumas iniciativas tentem mudar esse paradigma. Esses canais são fruto dos debates sobre democratização da comunicação, empreendidos por movimentos sociais organizados desde o período da Assembleia Nacional Constituinte que, como aponta Jardim (2006), tiveram grande influência na formulação da Lei 8.977, ou Lei do Cabo, promulgada em 1995. Esse processo possibilitou novas formas para ampliar a diversidade da programação televisiva, como no artigo 23, que obrigou os operadores privados a transmitirem também o sinal de canais chamados de "interesse público", utilizados gratuitamente – três canais legislativos, um canal universitário, um canal educativo-cultural, um canal comunitário e posteriormente um canal do Poder Judiciário e serviços essenciais à Justiça.

De acordo com Renault (2004), no início a função prioritária, descrita em lei, dos canais legislativos, era a transmissão ao vivo de sessões plenárias. A intenção é ampliar a transparência ao trabalho parlamentar e, assim, oferecer ao cidadão uma possibilidade de acompanhar as discussões de políticas públicas e a atuação dos parlamentares, com maior possibilidade de controle público.

Hoje, mesmo atreladas e muitas vezes dependentes de uma linha editorial conforme interesses da gestão das mesas diretoras das instituições legislativas, as televisões das câmaras municipais se preparam para ter um avanço em abrangência, qualidade técnica e ferramenta de cidadania. A Associação Brasileira de Rádios e TVs legislativas (Astral) espera que o advento do sistema brasileiro de televisão digital e a utilização de softwares que permitem a interatividade, façam da televisão uma plataforma de serviço ao cidadão.

Ainda que o cenário de transformações tecnológicas traga essa perspectiva otimista para as TVs legislativas, é fundamental analisar mais detalhadamente se as políticas editoriais das emissoras serão de fato orientadas pelos conceitos de comunicação pública, considerando a interatividade, como sugere Silva (2009), uma possibilidade de maior controle do usuário nas escolhas do conteúdo na grade de programação aumentando, inclusive, as opções de acessibilidade para pessoas com deficiência física, o acesso à notícia e banco de dados de interesse público, e ainda...

> [...} propiciar acesso a serviços prestados pelo poder público (como governo eletrônico, educação, transporte, segurança, etc); para encaminhar inputs do tipo reclamação, pedidos ou outras demandas do usuário ou ainda para produzir acesso à Internet, minimizando o gap da exclusão digital. Algo que ainda não está garantido na atual tendência de formatação deste novo meio no Brasil (SILVA, 2009, p.25).

Este artigo analisa o telejornal da TV Câmara de Itajaí, com o intuito de identificar, por meio de pesquisa quantitativa, se os aspectos editoriais são de caráter institucional, e se podem ser aplicados ao papel de uma emissora pública; ou se, ao contrário disso, flagram a emissora como uma ferramenta de divulgação de ideias e ações do poder executivo municipal. A interpretação desses dados tem ainda como objetivo analisar em que medida

o telejornal pode contribuir para o direito à informação. Para um diagnóstico e reflexão apropriados faz-se necessário apontar alguns problemas quanto o direito à informação e os limites desse conceito que surgem do contexto industrial das empresas jornalísticas. É necessário também refletir sobre o jornalismo público e as televisões públicas como ferramentas que possam contribuir para a garantia da informação como promoção da cidadania.

A pesquisa é classificada como descritiva, pois segundo Souza (2006), estas utilizam conhecimentos já existentes e além de descrever uma situação, servem para observar, registrar, classificar, analisar, interpretar e relacionar fenômenos.

A pesquisa é exploratória e analítica, pois busca identificar e analisar os aspectos editoriais do telejornal da TV Câmara de Itajaí contribuindo para aumentar o conhecimento e reflexão sobre o contexto e o papel das TVs legislativas no Brasil. Deve-se ainda considerar uma pesquisa bastante específica já que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado.

Segundo Gil (2008) as pesquisas exploratórias pretendem desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. São estas ainda, que apresentam menor rigidez no planejamento e frequentemente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

> As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p.27).

O Jornal da Câmara, da TV Câmara de Itajaí é exibido de segunda a sexta-feira, totalizando cinco edições por semana. Para a análise do telejornal, foi destacada a amostragem de 102 edições referentes ao período de 6 de fevereiro a de julho de 2012, ou seja cinco meses. Este período foi escolhido por ser o primeiro pré-eleitoral no âmbito municipal depois da criação da TV Câmara. É preciso considerar ainda que o prefeito na ocasião buscava reeleição, e que a Câmara de Vereadores era composta por doze cadeiras, dez delas com ocupantes da base governista. Em 2 fevereiro de 2012 iniciou o ano legislativo em Itajaí e, no dia 6 de julho do mesmo ano, teve início o período com normas e restrições da justiça eleitoral. A partir deste dia, foi determinado que nenhum candidato poderia aparecer nas produções da TV Câmara, a não ser durante as sessões plenárias. Então o período escolhido para a amostragem é considerado o mais significativo quanto a qualquer relação entre a comunicação e política.

As notas peladas, entrevistas na bancada, matérias e boletins foram analisados e contabilizados através das laudas dos jornais que são arquivados digitalmente. Do conjunto de todas as produções da amostragem coletada, foram feitas classificações pela

relação direta entre a) Poder Legislativo; b) Poder Executivo; c) Entidades de Classe e filantrópicas; d) Conselhos de participação social; e) Diversos. Nesta última, as produções estão relacionadas a eventos nacionais e internacionais, ações governamentais nas esferas estadual e nacional, além de agências reguladoras e empresas. A pesquisa também leva em conta os formatos telejornalísticos que contabilizados podem contribuir para avaliar melhor o grau das abordagens. Basta considerar que uma nota pelada (lida pelo apresentador, sem uso de imagens ou sonoras) não consegue oferecer o mesmo destaque a uma pauta do que uma reportagem (composta por cabeça, *offs,* imagens, sonoras e, muitas vezes, passagem e nota-pé). Ainda há os casos de entrevistas na bancada ou 'ao vivo' que geralmente evidenciam o entrevistado e seus discursos.

DIREITO À INFORMAÇÃO

Para participar da esfera pública e influenciar na vida política da sociedade o cidadão precisa estar informado. É com informação que ele adquire autonomia em suas escolhas, e percebe as possíveis consequências, assim é capaz de cuidar melhor da saúde, buscar a educação adequada para seus filhos, reivindicar direitos trabalhistas e previdenciários. Já sem informação, a liberdade de pensamento é comprometida e o cidadão não consegue discernir, buscar e cumprir seus direitos e deveres. Sendo assim, a informação é um direito que dá acesso a todos os demais. Gentilli (2005) considera o direito à informação como um direito-meio, ou seja, um direito por meio do qual se pode chegar a outros como o civil, o político ou o social.

As instituições de educação e saúde, tanto públicas quanto privadas, são exemplos que se utilizam dos veículos de comunicação para divulgar cursos, serviços, programas de atendimento, inovações tecnológicas, ações sociais entre outros. Quando são alvo de denúncias por irregularidades também precisam da mídia para apresentar suas versões. É jornalismo, por sua credibilidade, uma das formas mais usadas para difundir informações. A publicação da informação é fundamental para que a democracia possa ser efetiva, vale ressaltar que qualquer ação do poder público tem como princípio a publicidade. Nessa perspectiva, o jornalismo fica com a proposta de se ocupar de todos os aspectos da sociedade. Gentilli (2005) aponta como modelo ideal de jornalismo aquele que possui pressupostos básicos para garantir o direito à informação.

> [...] um jornalismo produzido em condições de oferecer, da melhor maneira possível, uma forma de conhecimento do mundo, que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos, que ofereça informações básicas – jornalismo de serviço – para o desenrolar cotidiano de suas atividades, que pense a práxis profissional no contexto amplo de ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia (GENTILLI, 2005, p.143).

Para que o modelo de jornalismo proposto por Gentilli (2005) exerça todo potencial

esclarecedor é indispensável aos jornalistas uma alta capacidade de compreensão dos acontecimentos do cotidiano, para que as informações sejam contextualizadas e cheguem de forma clara ao cidadão.

Neste sentido, é importante acrescentar a contribuição de (GENRO FILHO, 1987, p.162). Para definir o jornalismo, esse autor adota a estética que vêm da filosofia de Hegel, a qual aponta uma divisão da realidade em suas dimensões singular, particular e universal. A singularidade é a dimensão mais próxima da realidade, a dimensão das aparências, de como a realidade é percebida numa primeira observação. Há também uma dimensão intermediária, que é a particular, na qual a realidade é compreendida dentro do seu contexto, relacionada a outros aspectos não tão imediatos à realidade. Já a dimensão que compreende a realidade é a universal, essa se estabelece através da razão humana a partir de uma observação sistemática por um método, que pode ser científico.

O jornalismo se dedica à dimensão singular. Segundo propõe Genro Filho (1987) o jornalismo se ocupa dos acontecimentos efêmeros do cotidiano e a partir deles constrói a notícia. Cada acontecimento é trabalhado, apurando-se aquilo que se relaciona com ele, revelando ainda aspectos que num primeiro momento não eram aparentes, conectando-os, e levando à compreensão até a dimensão particular do fenômeno a que se relaciona. Desse modo, o jornalismo cumpre seu papel de contextualizar, revelar e esclarecer fatos. Porém, é preciso considerar que nem sempre o jornalismo consegue cumprir essas propostas. Exemplo disso são as notícias de veículos sensacionalistas, que limitam a realidade nos seus aspectos aparentes e passageiros.

Para Genro Filho (1987), a matéria-prima do jornalismo é a realidade e não o produto dela. Assim, o jornalismo não é uma janela para o real. Considerado como uma forma de conhecimento, o jornalismo tem a tarefa de equipar o cidadão com informações da realidade em síntese, e ainda despertar a consciência de que esta realidade não se encerra na informação. É relevante, também, apontar outras limitações ao conceito de direito à informação apresentado por Gentilli (2005). Considerando que é o mercado que oferece a condição básica para a prática de um jornalismo com força de contrapor o poder do Estado, acredita-se que concorrências entre veículos de comunicação possam contribuir para uma crescente busca na qualidade do jornalismo. Porém, nem sempre é o que acontece. A maioria das empresas que organizam a indústria do jornalismo visa em primeiro lugar o lucro, deixando o esclarecimento do cidadão em segundo plano. A meta principal passa ser aumentar cada vez mais o número de leitores, ouvintes e espectadores transformando-os em consumidores. Para isso, apoiam-se em conteúdos de sensacionalismo e entretenimento, criando um cenário que só compromete a qualidade do jornalismo.

TELEJORNALISMO

Na perspectiva de Gomes (2007) o telejornalismo é uma construção social, porque se

desenvolve numa formação econômica, social e cultural, cumprindo a função fundamental de informar. Para a autora essa construção "é da ordem da cultura e não da natureza do jornalismo ter se desenvolvido deste modo em sociedades específicas" (GOMES, 2007, p.4).

O telejornalismo, como instituição social, não se configura somente a partir das possibilidades tecnológicas oferecidas pelos séculos anteriores, mas na conjunção das possibilidades tecnológicas com determinadas condições históricas, sociais, econômicas e culturais: "isso de modo algum significa conceber o jornalismo como cristalização, mas, bem ao contrário, afirmar seu caráter de processo histórico e cultural" (GOMES, 2007, p.5).

A ideia apresentada pela autora pode ser aplicada nas sociedades ocidentais contemporâneas:

> No Brasil, em que o jornalismo supostamente reproduziria o modelo de jornalismo independente estadunidense, pensar o jornalismo como instituição social requer colocar em causa a relação entre jornalismo e a noção habermasiana de esfera pública, com suas implicações sobre a noção de debate público e vigilância pública; a perspectiva liberal sobre o papel democrático da mídia; a noção de quarto poder, em que está implícita a autonomia da imprensa em relação ao governo, o direito à liberdade de expressão e o compromisso com o interesse público; o caráter público ou privado da empresa jornalística (GOMES, 2007, p.5).

Neste sentido, a noção de serviço público deve regular o trabalho jornalístico, tanto em veículos privados como em órgãos governamentais, tendo como valor legítimo o interesse público.

O telejornalismo no Brasil ainda está se adaptando ao novo cenário oferecido pela TV Digital, que apresenta a perspectiva da interatividade com grande potencial de serviço ao cidadão. De acordo com Sarlo (2004), o público do telejornal anseia por novas ferramentas capazes de ajudá-lo a lidar com problemas que costumam ser responsabilidade do poder público.

> O público recorre à televisão para alcançar aquelas coisas que as instituições não garantem: justiça, indenizações, atenção. É difícil afirmar que a televisão seja mais eficaz do que as instituições para assegurar essas demandas, mas sem dúvida parece ser, uma vez que não precisa ater-se a adiamentos, prazos, procedimentos formais que retardem ou transfiram as soluções (SARLO, 2004, p.77).

Esta perspectiva aponta o telejornalismo como possível mediador, que busca resolver problemas do cidadão. Como os conteúdos dos telejornais precisam atender a critérios como de relevância, novidade e notoriedade, "os jornalistas, como sujeitos de enunciação, se convertem em mediadores creditados, autorizados, entre a cidadania e o poder, construindo assim uma parte da realidade social" (VIZEU, 2005, p.89).

Neste sentido, as produções do telejornal que contam com a participação do público, proporcionam a sensação de proximidade e identificação do telespectador com o

que ele está assistindo. Nas palavras de Becker (2006), o telejornal oferece ao cidadão um sentimento de pertencimento a partir da ideia de visibilidade que a televisão proporciona e da experiência coletiva de nação permitindo a criação de um “espaço importante de construção de sentidos do nacional como ritual diário” (BEKER, 2006, p.67). Esta ideia aponta para a necessidade que o telejornalismo tem de se conectar cada vez mais com seus públicos, estando presente em redes sociais e novas mídias. Esta reconfiguração é denominada por Cannito (2010) de customização da prática de assistir televisão.

> (...) a tendência é a construção de novas comunidades. Não é mais o público genérico indefinido (ou definido pela emissora, único emissor). É diferente. Agora é uma comunidade na qual cada um entra por livre escolha. (...). A comunidade é um coletivo de indivíduos. É a nova forma de pensar a mídia (CANNITO, 2010, p.20).

Essa nova forma de pensar a mídia só pode ser viabilizada se os novos meios de comunicação oferecerem recursos melhores para a produção de linguagem e conteúdo. Assim, a interatividade também pode ser utilizada pelo telespectador para veicular conteúdo, que não está mais restrito à televisão, e que agora pode ser distribuído em sites, blogs e redes sociais. Nesse sentido, há incentivo para que o cidadão passe a contribuir com a produção de informação, o que antes era função exclusiva dos profissionais de imprensa. Claro que esta relação deve ser baseada na cooperação, entre telespectador e jornalistas, considerando sempre que as inovações tecnológicas possibilitam ao cidadão participar cada vez mais do processo de produção jornalística, o que resulta num tipo de jornalismo cada vez mais presente:

> [...]a consolidação do jornalismo tipo cidadão, com a proliferação dos recursos de interatividade, dos blogs, chats, do jornalismo open source e de sites de disponibilização de vídeos que tendem a reconfigurar os valores jornalísticos e a relação entre jornalismo e público. No caso específico do telejornalismo, verificamos, por exemplo, que cada vez mais as grandes emissoras têm utilizado imagens de amadores, em particular de filmes produzidos com telefones celulares - imagens, portanto, que não seguem quaisquer dos critérios profissionais de controle e verificação da informação - como modo justamente de ampliar a autenticidade e a veracidade dos programas telejornalísticos (GOMES, 2007, p. 9 e 10).

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Segundo Brandão (2012), a Comunicação Pública no Brasil está hoje num cenário de transformações do Estado democrático, que apontam para uma desconstrução da dicotomia público x privado. O autor relaciona o primeiro ao Estado identificado com a esfera pública, com o poder político e com a defesa do interesse público, já o segundo relacionado ao mercado, ao poder econômico e a interesses de empresas privadas. Neste contexto surge o terceiro setor, que entre estes dois pólos ganha denominações como “nova esfera pública” e “privado porém público”. Esta nova democracia representativa

impõe aos cidadãos estratégias para se organizar e conseguir influência na formulação de políticas públicas e reivindicações de direitos. É neste cenário que a Comunicação Pública cresce e se organiza como ferramenta da sociedade civil organizada.

> Neste raciocínio só entendo a comunicação pública como parte integrante da sociedade e, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil. A CP feita pelos governos, pelo terceiro setor ou pelas empresas privadas acontece na medida em que a voz do cidadão começa a ficar forte a ponto de pressionar essas instituições a se preocupar com as questões da cidadania (BRANDÂO, 2012, p. 30 e 31).

A comunicação pública se apresenta como uma alternativa capaz de alterar as diretrizes estabelecidas pelo poder político e econômico que comprometem as funções básicas do jornalismo, como informar e esclarecer. Para Rothberg (2011) esta alternativa pode ser viabilizada com a atuação do estado e criação de empresas públicas.

> A alternativa historicamente construída pelas democracias maduras para enfrentar as falhas de um livre mercado de comunicação vem da atuação do Estado. As instituições requeridas neste contexto devem possuir o porte compatível com a dimensão das consequências envolvidas no processo de decisão das complexas sociedades atuais. Daí a necessidade da criação de empresas públicas para gerir fóruns de livre circulação de pensamento. Afinal, os direitos nessa área, como em muitas outras da vida em sociedade – assim os reconhece a teoria da democracia participativa –, requerem a construção e a manutenção, pelo Estado, de estruturas apropriadas destinadas a lhes proporcionar existência efetiva, sem a ameaça de coerção proveniente tanto do próprio Estado quanto do mercado (ROTHBERG, 2011, p.20).

Esta visão aponta o Estado como responsável pela criação e garantia da existência de veículos públicos, porém a dependência de verbas públicas para se manter torna a linha editorial vulnerável a interesses políticos. Esta suscetibilidade acontece porque a grande maioria dos cargos de diretorias dos veículos públicos são ocupados por indicação política. O ideal é que o Estado assuma a responsabilidade de viabilizar um espaço público, livre e democrático, no qual toda expressão seja garantida, sem que haja censura de uma fala sobre a outra, só porque surge algum interesse político, econômico ou qualquer outro que não esteja em sintonia com a coletividade.

TV PÚBLICA

A legislação brasileira sobre radiodifusão não apresenta definições claras dos sistemas público, privado e estatal. No capítulo 223 da Constituição de 1988 está o princípio da complementaridade dos sistemas destes sistemas, que divide, mas não define o que é estatal e o que é público. O sistema privado é o de mais fácil compreensão por ser o mais difundido no Brasil, e composto por empresas privadas que se viabilizam pela venda de publicidade. Grandes grupos privados de comunicação dominam o setor

televisivo, o que para Bucci (2008) torna difícil ao brasileiro compreender outro modelo: "Aqui televisão comercial virou sinônimo de televisão. Dizer televisão comercial é como cair num pleonasmo" (BUCCI, 2008, p. 256). O difícil é definir os sistemas público e estatal.

Já os termos usados nas concessões de televisão são outros. A maioria das TVs sem fins comerciais no país possuem concessão de educativa, mesmo que isso não as definam como pública ou estatal. Vigora ainda hoje, a Lei n° 8.977 de 1995, conhecida como Lei do Cabo, que estabelece as televisões comunitárias, legislativas, a TV Justiça e a NBR – televisão do poder executivo federal, mas essa regulamentação também não aponta de forma clara o que é sistema público ou estatal. Para Bucci (2008) os políticos e profissionais possuem conceitos informais, conforme seus interesses, sobre as diferenças entre o estatal e o público.

> No vazio legal, o senso comum dos profissionais – e dos políticos – da área consagrou o maniqueísmo estapafúrdio de que a comunicação estatal é aquela que 'defende o ponto de vista do governo' e a pública é aquela que 'dá voz a sociedade (BUCCI, 2008, p. 259).

O autor discorda destas definições, e aponta que nenhum veículo estatal deve servir como tribuna de defesa dos interesses do governo, considerando isso um patrimonialismo, mesmo reconhecendo que ao longo de décadas esse cenário tenha se estabelecido porque o Estado tem sido o mantenedor desses veículos.

Podemos considerar que as TVs comunitárias, educativas e legislativas são predominantes no cenário da TV Pública no Brasil. De acordo com Peruzzo (2002) as TVs comunitárias se caracterizam por geralmente contarem com equipes técnicas de elaboração de roteiros e gravação, vinculadas a alguma entidade, como ONG-Organização Não Governamental, Igreja, Universidade, Sindicato etc. Nesses casos a estratégia mais usada na produção tem sido o trabalho da população local nas etapas de definição do tema, na idealização do roteiro, na edição, no desempenho de papel de ator, de cantor, entre outros. No caso das televisões Educativas a maioria é conduzida por universidades, e isso contribui para que a programação seja qualificada por aliar a prática de estudantes com o saber e experiência de professores teóricos e profissionais. Esse modelo conta ainda com as conduzidas por fundações, que no caso do Brasil tem como principal exemplo a TV Cultura de São Paulo. Canal administrado pela Fundação Padre Anchieta, e que representa um dilema presente em muitas TVs educativas. Coutinho (2001) aborda a relação do estado e a TV Educativa no Brasil. Afinal tem sido usada como um instrumento oficial do governo ou um canal de representatividade da sociedade civil? A resposta parece ser a mesma, tanto na década 80 como nos dias de hoje. "[...] dependendo do contexto e das forças atuantes no cenário político, tanto pode ser considerada um instrumento de representatividade da sociedade civil, quanto ser utilizada para consolidar o poder de um Estado autoritário e centralizador" (COUTINHO, 2001, p. 1).

A reflexão sobre televisão pública nas universidades leva em conta a concepção

de esfera pública de Habermas (1984) que entende como um espaço de reunião de pessoas privadas em público, sendo intermediário entre a esfera privada; dos indivíduos, das famílias e dos negócios; e o poder público do Estado. Seria este um ambiente livre apropriado para o debate de temas públicos de interesse coletivo, essencial para a promoção da democracia. Nesse contexto, a televisão pública se apresenta como um espaço democrático, independente de interesses comerciais e políticos.

Outra perspectiva acadêmica aponta a televisão como um importante espaço que transmite som e imagens com características culturais dos povos. A televisão é o espaço que possibilita a criação de identidades colocando-as em comunicação. A TV pública precisa ser uma alternativa à privada. Estando vinculada ao comércio, a televisão privada estabelece relação com seus espectadores apenas como consumidores, e isso incentiva a produção de programação homogeneizada repetindo fórmulas consagradas que agradam a uma massa mediana de público. Assim a televisão privada tem pouco interesse por públicos que não se identificam com o gosto predominante da audiência. São essas demandas que a televisão pública deve atender, contribuindo para democratizar o acesso a esse veículo essencial para a garantia da identidade cultural.

> A televisão pública deve ser entendida como um meio para fazer/criar cultura, já que a televisão é o cenário privilegiado no qual se expressam as transformações mais profundas das sensibilidades e das identidades das maiorias sociais. [...] Isto quer dizer que a televisão pública deve trabalhar a expressão como estratégia, a cidadania como projeto, o experimental como experiência estética e de identidade. Fazendo televisão para a cidadania, a expressão cultural e a identidade que se atualiza o educativo e serve a um novo projeto de país, de paz e de convivência (BARBERO; REY; RINCÓN, 2000).

O produto da televisão pública é a programação, voltada para a formação crítica do telespectador. Diferente do produto da televisão comercial, na qual a busca pela audiência faz com que a programação seja destinada a um público mais homogêneo, com conteúdo, e linguagem geralmente carregada de mensagens balizadas pelo senso comum. A TV pública, não deve ser confundida com TV Estatal nem comercial privada. Está em muitos aspectos distante do poder e do mercado. Programação, linguagem e objetivos diferem significativamente dos da comercial e da estatal. Comum a todas elas, apenas os princípios da Constituição: os valores éticos e sociais da família, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o estímulo à produção independente. Assim, o gerenciamento de um sistema de TV pública deve ser implementado de forma independente do Governo, não havendo interferência na escolha de dirigentes, muito menos na grade de programação.

Essas perspectivas nos mostram que a televisão pública apresenta a necessidade de ser administrada e custeada sem ter comprometida a autonomia perante o mercado e governos. Só assim haverá programação priorizando o interesse público e não corrompida por interesses particulares.

TV LEGISLATIVA

O Poder Legislativo no Brasil estabeleceu uma relação com os meios de comunicação pontuada por momentos de sintonia e de crises, conforme o contexto político, social e local. Mesmo assim sempre houve grande visibilidade dos parlamentos municipal, estadual e nacional como é característica das sociedades democráticas. A comunicação tornou-se tão relevante para o Poder Legislativo no Brasil que o Senado e a Câmara dos Deputados criaram sistemas próprios de informação, as chamadas "mídias legislativas", com destaque para as emissoras de TV das instituições.

O surgimento das emissoras legislativas pode ser compreendido como resultado de um processo sociocultural que fez a televisão se estabelecer como uma das principais formas de manifestação cultural no Brasil. Isso ocorre porque os gêneros televisivos conseguem assimilar e transmitir elementos das culturas populares. Por se tratar de um veículo dinâmico a televisão conseguiu adaptar-se às transformações sociais, provocar mudanças culturais e ainda trabalhar os temas, linguagens, enquadramentos e abordagens em sintonia. Hoje, a TV Legislativa passa por transformações, que devem ampliar as possibilidades de cumprir o duplo objetivo existente desde seus primórdios, que é aproximar o cidadão do processo legislativo e fortalecer a imagem institucional das casas de leis

> No processo de debate que levou à aprovação da Lei do Cabodifusão, em 1995, foram previstas como alternativas para aproximar a população das discussões que ocorrem nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, permitindo aumentar o controle dos cidadãos sobre essas instituições e ampliar a participação popular no processo legislativo. Do ponto de vista dos órgãos que as criaram e mantêm, as emissoras legislativas foram fundadas com o objetivo de revigorar a imagem do Poder Legislativo (LEMOS et al, 2001, p. 2).

Mesmo atreladas e muitas vezes dependentes de uma linha editorial conforme interesses da gestão das mesas diretoras das instituições legislativas, essas emissoras se preparam para ter um avanço em abrangência, qualidade técnica e ferramenta de cidadania. Esse processo será viabilizado com o advento do sistema brasileiro de televisão digital e a utilização de softwares que vão permitir a interatividade, e fazer da televisão uma plataforma de serviço ao cidadão.

O sistema de rede aliado à multiprogramação vai favorecer o compartilhamento de custos de instalação e manutenção dos sistemas de transmissão e permitir vislumbrar uma participação efetiva da sociedade no parlamento por meio da televisão.

As principais dúvidas estão relacionadas ao nível de contribuição para democratizar o funcionamento do parlamento. Para Lemos et al (2011) a migração para a plataforma digital, deverá ampliar sua abrangência social dos canais legislativos, e para a concretização do ideal de tornar a informação política um dos principais elementos para aperfeiçoar a representação política, fortalecer a democracia e as práticas de cidadania.

Ainda há a possibilidade de uma atuação conjunta das TVs públicas e/ou estatais no cenário digital. Para Lemos (2011) a formação de uma rede pode otimizar os custos de readequação das emissoras e também permitir a produção de conteúdos complementares. Assim, segundo a autora, em vez de uma multiprogramação fracionada com custos elevados para a produção e manutenção de canais com propostas e missões similares, haverá união de forças em favor do interesse público.

Ainda que o cenário de transformações tecnológicas traga uma perspectiva otimista para as TVs legislativas, é importante refletir sobre as políticas editoriais das emissoras, se elas serão de fato orientadas pelos conceitos de comunicação pública. Cabe ainda um exame sobre a amplitude da oferta de oportunidades de participação do público nos debates e decisões, de acordo com o princípio da interatividade, um dos pilares da comunicação pública.

TV CÂMARA DE ITAJAÍ

A TV Câmara de Itajaí foi ao ar pela primeira vez às 18 horas do dia 2 de fevereiro de 2010, uma terça-feira, com a transmissão ao vivo da primeira sessão plenária daquele ano. O ano de 2010 foi o segundo da gestão do então presidente do Legislativo, bem como do prefeito de Itajaí, ambos aliados políticos naquele ano, sendo então a Câmara formada por oito vereadores da base governista e quatro de oposição. Era também um ano especial para o município, que desde os primeiros meses já tinha uma agenda repleta de eventos alusivos às comemorações dos 150 de fundação, completados no dia 15 de junho. E a TV Câmara, criada em fevereiro, já contando com uma equipe de jornalistas e cinegrafistas pôde fazer a cobertura da maioria dos eventos.

Para viabilizar a transmissão foi firmado um convênio com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina que passou a compartilhar o sinal da TV AL, que ocupava o Canal 10 da Via Cabo TV, empresa de TV a cabo existente na cidade de Itajaí. Com esta parceria, de segunda à sexta feira, das 18 horas à meia noite, a TV Câmara de Itajaí passou a ser transmitida no município.

O início foi marcado por dificuldades técnicas e alguns descontentamentos editoriais por parte dos vereadores, que desejavam uma cobertura mais abrangente de suas ações legislativas. Mesmo assim a TV Câmara de Itajaí foi ampliando as produções e acrescentou nos meses seguintes dois programas de entrevistas: o Fala Vereador e o Câmara Aberta. A programação foi elaborada visando oferecer espaços para o debate democrático, como está expresso no livro História do Legislativo: “Trata-se de um salto de qualidade que visa a democratização dos atos do legislativo local e amplifica o debate em torno das ações dos legisladores ao proporcionar informação a todos os itajaienses” (CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, 2012, p. 162).

JORNAL DA CÂMARA

A proposta do Jornal da Câmara desde o inicio foi caracterizada com noticias que iam além das votações e discussões da sessão e demais atividades parlamentares. Por ocasião, na noite de estreia, um vereador de oposição, declarou que o telejornal estava: "muito chapa branca". Ele foi o primeiro entrevistado na bancada, no segundo bloco, e assistiu todo o primeiro bloco no estúdio. A entrevista começou com esta declaração do vereador, após perceber que as matérias estavam relacionadas ao Porto de Itajaí, IPTU e matrículas nas escolas municipais. A justificativa da equipe de jornalistas e do apresentador e diretor de TV, Carlo Antônio Vicenti foi de que as atenções iniciais estavam mais voltadas em questões técnicas para colocar a TV no ar, e ainda que no mês de janeiro, quando foram produzidas as primeiras matérias, o legislativo estava em recesso.

As diretrizes da TV Câmara de Itajaí e consequentemente do Jornal da Câmara segundo publicado na segunda edição da Revista Astral é atender uma linha editorial com três vertentes: a primeira é obviamente a legislativa como a cobertura de sessões plenárias e audiências públicas além do acompanhamento das atividades parlamentares que repercutem na comunidade. Duas outras linhas apontam as demais diretrizes:

> A segunda linha é a de retratar a sociedade civil local, tanto em matérias jornalísticas quanto em entrevistas, nas quais são expostos fatos e eventos de entidades, como as reuniões de conselhos municipais e associações comunitárias ou festas e promoções de associações desportivas culturais ou filantrópicas. Nessa linha também são realizados documentários e reportagens especiais sobre as ações de entidades organizadas. A terceira é noticiar fatos de interesse púbico da cidade, como problemas sanitários ou de trânsito. Nesta linha também é dado destaque às ações do poder Executivo municipal e de suas secretarias (REVISTA DA ASTRAL, nº 2, p.50).

O cenário do telejornal atualmente é improvisado, no plenário da nova sede da Câmara de Vereadores. É composto por uma bancada de madeira e um televisor LCD que exibe apenas a logo do programa. O espaço destinado ao entrevistado é ao lado do apresentador. Na época que compreende a pesquisa o jornal era gravado em um estúdio na antiga sede do legislativo itajaiense, e também contava com uma bancada de madeira. A diferença está que ao invés de um televisor colocado ao fundo, o cenário era composto por banners com fotos coloridas de pontos turísticos do município. No centro havia uma estrutura de madeira com o brasão do poder legislativo. Há previsão de que, em 2015, seja inaugurado o novo estúdio da TV Câmara de Itajaí.

Além do apresentador titular que é também o diretor da emissora, Carlo Antônio Vicenti, o Jornal já foi apresentado pelos jornalistas concursados Elis Brandina e Maurício Flores e pelo coordenador de jornalismo Nedirlei Oliveira Júnior. O apresentador titular possui larga experiência em telejornais na TV aberta, o coordenador de jornalismo já trabalhava em televisão universitária, enquanto os demais tiveram a primeira experiência em telejornalismo na TV Câmara de Itajaí. No período desta pesquisa a grande maioria dos

telejornais foram apresentados pelo titular.

RESULTADOS

Os resultados mostram que 61,24% do total das produções no telejornal são referentes a atividades parlamentares, entre coberturas das sessões plenárias e ações de parlamentares. Esse número aponta o quanto o telejornal da TV Câmara teve um papel institucional no período analisado. Desta forma, a emissora se configura como fonte primeira de informações repassando notícias sobre projetos de leis, ações das comissões parlamentares e outras que possuem pouco espaço na mídia comercial.

As pautas vinculadas ao poder legislativo foram maiores em três dos quatro formatos utilizados no telejornal. Levando em conta apenas as reportagens que foram relacionadas ao poder legislativo, o caráter institucional sobe para 70,8%. Entrevistas na bancada, com duração média de doze minutos, também tiveram os vereadores como os principais convidados. De fato, esses resultados apontam um caráter institucional, assumindo a representação e a defesa do Poder que representa. A presunção vem dos números apurados:

Segmento Político/Social	Nota Pelada	Entrevista na Bancada	Boletim	Reportagem	Total	%
Poder Legislativo	63	38	2	194	**297**	**61,24%**
Poder Executivo	21	7	5	21	**54**	**11,13%**
Entidades de classe e filantrópicas	16	7	5	14	**42**	**8,66%**
Conselhos de participação social	2	3	3	17	**25**	**5,15%**
Diversos	32	3	4	28	**67**	**13,81%**
Total de produções	**134**	**58**	**19**	**274**	**485**	**100%**

Tabela 1: Produção do Jornal da Câmara entre 02/02/2012 a 06/07/2012

Fonte: autores do trabalho

Um problema que surge da dominância do caráter institucional é que o telejornal pode muitas vezes, acabar não exercendo a função crítica quanto aos equívocos nos trabalhos legislativos ou a conduta de parlamentares. Situação que pode ocorrer até mesmo em pautas nas quais a comunidade seja ouvida, ou nas quais apresentem divergências ideológicas entre os vereadores. No contexto da TV da Câmara dos Deputados Lemos et al (2001) chama isso de “efeito de sentido”.

> Reportagens sobre os projetos de lei são corriqueiras. Escutam-se não somente os deputados, como também a população beneficiada. E mesmo que os parlamentares contrários à lei sejam ouvidos, o “efeito de sentido” costuma ser monofônico: prevalece a incontestável informação de que a lei

> foi aprovada. Mais que isso. A TV Câmara não tem autonomia para conduzir reportagens investigativas (LEMOS et al, 2001, P.13).

Do total de produções relacionadas ao poder executivo itajaiense nota-se que corresponde a apenas 11,13%. Nessas estão incluídas muitas pautas apenas informativas de utilidade pública. Percebe-se também que o número de reportagens foi o mesmo do de notas peladas, as que são lidas pelo apresentador sem o auxílio de imagens. Entrevistas na bancada foram 7 e boletins 5. Nesses dois formatos, quantia foi igual a destinada para representantes de entidades de classe e filantrópicas. Considerando a extensão do período analisado, sua importância no contexto político-eleitoral, pode-se dizer que o telejornal da TV Câmara pouco se ocupou com a agenda do executivo, que não estivesse diretamente relacionada às atividades do legislativo.

Nesse sentido, fica uma lacuna aberta à reflexão: as razões pelas quais o poder executivo não ganhou um espaço maior na pauta, uma vez que a TV Câmara além de institucional, é antes disso um veículo de comunicação pública, e a responsabilidade do poder público é estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com os cidadãos. Brandão (2012) apresenta a comunicação pública como um processo comunicativo dos segmentos da sociedade que trabalham pela cidadania.

> Entre elas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações, profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do estado, como conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos, como telefonia, eletricidade, etc. (BRANDÃO, 2012, p.5).

Assim a autora considera que a comunicação governamental também deve ser entendida como uma das faces da Comunicação Pública, que deve ser considerada como uma das principais ferramentas de promoção da cidadania.

> [...] na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma provoca o debate público. Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público (BRANDÃO, 2012, p.5).

A pesquisa demonstra que juntos os segmentos Entidades de Classe e Filantrópicas, Conselhos de Participação Social e Diversos tiveram 134 produções no telejornal, o que representa 27,62% do total da amostragem. Entre as produções estão 50 notas peladas, 13 entrevistas de bancada, 12 boletins e 59 reportagens. Os números mostram que as instituições de promoção à cidadania e conselhos receberam maior cobertura em relação a dedicada ao poder executivo municipal.

Esse cenário aponta que mais de um quarto das produções do telejornal, no período

analisado, aplicou critérios editoriais de acordo com objetivos básicos da comunicação pública, que segundo Brandão (2012) são promover um espaço para dar voz a sociedade organizada, divulgar iniciativas voltadas a cidadania, e oportunizar o debate aberto sobre políticas públicas.

O carácter institucional da TV Câmara de Itajaí apontado nos 61,24% das produções telejornalísticas ainda pode ser posteriormente analisado quanto aos critérios jornalísticos. Barros e Bernardes (2007) analisaram as citações a deputados na produção jornalística da rádio, TV e agência de notícias da Câmara dos Deputados, e descobriram que os jornalistas desses veículos utilizam o critério institucional para selecionar deputados a serem citados, como proteção contra pressões políticas. Assim a justificativa para a escolha de deputados para entrevistas se dá em razão da função exercida por eles, como líderes de partidos ou relatores de projetos, entre outras. A questão é que os políticos se utilizam dos mecanismos regimentais para conseguir promover sua imagem através de opiniões e divulgação de ideias.

Ainda é preciso considerar que o jornalismo não é um reflexo da realidade e não se apresenta sem interesses. O que existe é a tentativa de ocultá-los através de um discurso de neutralidade e imparcialidade como afirma Moretzsohn (2007):

> O jornal busca apagar a sua posição de mediador e esconde o papel que deveras cumpre, sugerindo que interessa ao público o que interessa ao próprio jornal – isto é, às forças que o sustentam e controlam; daí a falácia da evocação do 'direito (público) de saber', que oculta as escolhas praticadas no âmbito da empresa jornalística, de acordo com interesses raramente perceptíveis (MORETZSOHN , 2007, p. 133-134).

Do outro lado está o público que geralmente não percebe os interesses ocultos e dissimulados, acredita estar recebendo informações neutras, com as quais assimila a realidade de acordo com sua própria visão de mundo, quase sempre a do senso comum. Seus estereótipos e preconceitos criam raízes profundas com o que absorvem no jornalismo como aponta Moretzsohn (2007):

> Quanto ao público, pressupõe uma concepção que costuma ser exatamente isso: um pressuposto, baseado em estereótipos e preconceitos do senso comum, que tendem por isso mesmo a ser reforçados, de tal modo que o público desejaria saber o que efetivamente já 'sabe' – e tem a apaziguadora sensação de ver confirmado todos os dias no noticiário, sem perceber o processo de produção de sentido que o jornalismo opera para (re)apresentar esse mundo tal qual é (MORETZSOHN, 2007, p. 134).

Sem chance de pensar, questionar e conectar fatos relacionados, o cidadão fica apenas com a percepção de um mundo que não para, numa sequência de acontecimentos apresentados pelo jornalismo. Para o autor o resultado disso é a "simplificação do próprio jornalismo que assim se condena ao mundo das aparências e passa a forjar uma realidade adequada aos cânones ideológicos industriais que conformam as rotinas de produção" (MORETZSOHN, 2007, p. 134).

No caso das televisões legislativas, nas quais o propósito institucional é servir como via de comunicação entre parlamentares e cidadãos, se as escolhas das pautas e entrevistados tiverem por base apenas produção legislativa, o carácter democrático pode ficar comprometido. Pois aí, ao invés desses canais promoverem o controle popular da atividade dos parlamentares, estarão apenas acomodando interesses políticos e, vez por outra, justificando o trabalho dos jornalistas e demais funcionários públicos. São essas apenas duas questões que apontam novos caminhos para a reflexão e possibilitam concluir que apenas ter a maioria das produções relacionadas ao poder legislativo, para se posicionar como uma TV Institucional, sem um comprometimento real com o direito à informação e a promoção da cidadania, não é o suficiente para um canal público mantido a altos custos com o dinheiro dos contribuintes. Sem dúvida, o campo para pesquisa nesse sentido é vasto e está aberto a novas análises e reflexões.

CONCLUSÕES

Ao término da análise da amostragem do telejornal da TV Câmara de Itajaí percebe-se aspectos editoriais que permitem tirar algumas conclusões. A primeira delas é com respeito ao caráter institucional que o telejornal procurou manter com 61,24% do total das produções. A segunda, é que o telejornal ofereceu pequeno espaço a ações do poder executivo, que ocuparam apenas 11,13% das produções. Vale ressaltar a relevância do período da amostra, que era pré-eleitoral no âmbito municipal, quando o prefeito na ocasião buscava a reeleição. A terceira é quanto ao espaço dado aos demais segmentos da sociedade organizada, que geralmente prestam serviços de utilidade pública. Assim, além de ser uma TV institucional e ligada ao poder, a TV Câmara de Itajaí buscou cumprir seu papel de TV Pública destinando 27,62% das produções no telejornal a pautas voltadas à participação social, à promoção de iniciativas de cultura e esporte, entre outras voltadas à ampliação da cidadania.

Outra conclusão é que mesmo com os resultados da análise apontando um telejornal que busca se comprometer com o caráter institucional, e com as propostas democráticas de uma TV Pública, o referencial teórico possibilita reflexões e questionamentos. Estão os canais legislativos, como a TV Câmara de Itajaí, garantindo o direito à informação e promovendo a cidadania ou estão funcionando como meras ferramentas do poder político, divulgando apenas o que interessa aos representantes e não aos representados? São essas questões que pesquisas futuras poderão trazer novas abordagens.

REFERÊNCIAS

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. A Mídia legislativa como estratégia de conexão eleitoral dos parlamentares brasileiros: o caso da Câmara dos Deputados. In: Encontro Anual da Anpocs, 31., Caxambu/ MG, 2007. [**Anais**...] Caxambu, 2007.

BRANDÂO, Elisabete Pazito. **Conceito de Comunicação Pública**. In: Jorge Duarte. Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012. p. 1 – 33.

BECKER, Beatriz. **Do mito da imagem ao diálogo televisual: repensando o ensino e a pesquisa em telejornalismo.** In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO (Orgs.). 40 Anos de Telejornalismo em Rede Nacional: Olhares críticos. Florianópolis: Insular, 2009.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre o chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record. 2008.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ. **A História do Legislativo:** 1860 – 2012. Esmeraldino, Herval Angelo – 1ª. ed. – Itajaí : Câmara de Vereadores de Itajaí, 2012.

CANNITO, Newton. **A televisão na era digital**: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus, 2010.

COUTINHO, Josmar Brandão. **O dilema da TV educativa enquanto um instrumento oficial do governo ou um canal de representividade da sociedade civil**. Congresso Brasileiro da Comunicação, XXIV, Campo Grande, 2001. Anais. São Paulo: Intercom, 2001.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê! 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Itania Maria Mota.Questões de método e análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise**. Revista ComPós,** 2007. Disponível: < http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/126/126> Acesso: 23/01/2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

JARDIM, Márcia de Almeida. **O mapa da mídia eletrônica legislativa na América Latina**. III Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Campinas: Universidade de Campinas, 2006

LEMOS, Cláudia R. F.; CARLOS, Maíra de Brito; BARROS, Antônio Teixeira. TV Câmara, TV Pública? As TVs legislativas na transição para a plataforma digital. **Observatorio (OBS*),** Lisboa, v. 5, n. 2, 2011.

MARTÍN, Barbero; JERMAN, Rey & RINCÓN, Omar. Televisión pública, cultural, de calidad. **Revista Gaceta**, 47, 50-61. 2000. Disponível em: <http://www.comunicacionymedios.com/comunicacion/television/textos/martin_barbero_tvpublicacalidad.html>. Acesso em 18 fev. 2014

MORETZSOHN, Silvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano**: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan. 2007

PERUZZO, Cecília. **TV comunitária no Brasil:** aspectos históricos. RBC: / TV e cidadania. P.Alegre: Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2002, v. p. 1-22.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e política nos canais de comunicação do Poder Legislativo no Brasil.** Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

REVISTA ASTRAL. Rede de TVs legislativas alcança 36 milhões de brasileiros. Brasília, Embrasec, a. 2, n. 2, mar. 2013, Disponível em:

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação cidadania e televisão**. São Paulo, Editora Unesp. 2011.

SARLO, Beatriz**. Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SILVA, Sivaldo P. **TV digital, interatividade e democracia**. In: Pedro Nunes. (Org.). Mídias Digitais e Interatividade. João Pessoa: Núcleo de Pesquisas em Mídias Digitais e Processos Interativos da UFPB, 2009.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** 2ª ed. Porto: Edições Universitárias Fernando Pessoa, 2006.

VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

CASAMENTOS PREMATUROS COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DA RAPARIGA EM MOÇAMBIQUE: UM PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Data de submissão: 17/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Margarida Ruco Machava
Doutoranda em Estudos de Desenvolvimento na Universidade À Politécnica, Maputo, Moçambique.

RESUMO: "O casamento prematuro" é a união com fim conjugal entre duas pessoas de sexo oposto, onde uma é criança e a outra, geralmente é um adulto. Em Moçambique, as uniões prematuras são uma prática sociocultural endémica, prevalecente nas zonas rurais e em comunidades pobres que apresentam altas taxas de realizações, afectando mais crianças de sexo feminino. Está prática além de configurar violação dos direitos humanos representa igualmente um problema de desenvolvimento humano, na medida em que, põe em risco o exercício de diversos direitos da criança e da rapariga, entre eles o direito à vida, saúde, educação e segurança pessoal. Perante essa situação, o Estado moçambicano, e diversas entidades da sociedade civil, actuando em coordenação vêm envidado esforços com vista a garantir o respeito pelos direitos humanos da criança e da rapariga, combatendo os casamentos prematuros rumo à sua eliminação, com finalidade de assegurar o desenvolvimento humano. Neste contexto, no presente trabalho analisam-se as causas e condições do processo de realização dos casamentos prematuros, bem como lê-se este fenómeno à luz duma articulada apresentação dos fundamentos dos direitos humanos, com o intuito de se demonstrar através de instrumentos jurídicos que protegem a criança e rapariga contra essas uniões prematuras, que essa prática viola sistematicamente inúmeros direitos humanos, com impacto significativo no desenvolvimento humano na sociedade.
PALAVRAS-CHAVE: Casamentos Prematuros, Rapariga, Direitos Humanos, Desenvolvimento Humano.

1 I INTRODUÇÃO

Os casamentos prematuros em Moçambique são um fenómeno comum e de grande incidência sobre a população, por se tratar de uma prática sociocultural que se verifica frequentemente nas populações que vivem nas zonas Centro e norte do país, que na sua maioria ainda vivem de práticas costumeiras ligadas à

tradição.

A situação é grave, sendo que o país ocupa o décimo lugar entre os países do mundo mais afectados pelos CP, com uma prevalência elevada em que 14% das mulheres, entre os 20 e 24 anos de idade, casaram antes dos 15 anos de idade e, 48% casaram antes dos 18 anos de idade (INE, IDS 2011). De acordo com dados da UNICEF (2015) mais de meio milhão de raparigas entre os 20 e 24 anos de idade, casaram-se antes dos 18 anos de idade, das quais 56.323, fizeram-no antes mesmo de atingirem, os 15 anos de idade. Este fenómeno prevalece ainda em famílias que vivem em zonas rurais, uma vez que a sua maioria é pobre com fraco poder financeiro e devido a pressão económica exercida muitas vezes acabam submetendo as suas filhas aos casamentos prematuros.

Esta prática mostra-se preocupante na sociedade uma vez que viola os direitos humanos da criança, especificamente os direitos das raparigas, com impacto negativo não só na vida da criança, mas igualmente no desenvolvimento humano da sociedade.

O Estado Moçambicano reconhecendo este flagelo social, com vista a garantir o respeito pelos direitos humanos da rapariga, dotou-se de legislação em defesa dos direitos humanos da criança e da mulher, tendo para o efeito ratificado a Convenção sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, bem como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como aprovou a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros Moçambique 2015-2019 e a Lei de Combate as Uniões Prematuras 2019,tendo ainda no seu Plano Quinquenal 2020 -2024, definido como dos seus objectivos estratégicos *" a promoção da igualdade e equidade de género, inclusão social e proteção dos segmentos mais vulneráveis da população, ."* sendo que para a sua concretização uma das acções prioritárias é *"a prevenção e combate as uniões prematuras"*. Neste sentido, o presente estudo compreende, em primeiro lugar, efectuar uma análise do processo que leva à realização dos casamentos prematuros, para demostrar que a sua realização configura violação dos direitos humanos da rapariga, consistindo assim um problema de desenvolvimento humano.

O estudo mostra-se pertinente pois contribuirá para o debate sobre o impacto dos casamentos prematuras como violação de direitos humanos, podendo elucidar as diversas lides sobre as consequências dessas uniões para o desenvolvimento do país, estimulando assim aos tomadores de decisões para a elaboração de e programas, políticas, estratégias e leis que visam mitigar os impactos negativos no desenvolvimento do país.

Para a realização da pesquisa recorreu-se ao método qualitativo, visto que se analisou e interpretou aspectos profundos dos casamentos prematuros, direitos humanos e desenvolvimento, fornecendo desta forma uma análise mais detalhada, sobre as investigações, hábitos e tendências (MARCONI e LAKATOS, 2010: 6). Recorreu-se igualmente a pesquisa bibliográfica, tendo se desenvolvido uma investigação a partir de obras e estudos já efectuados.

2 I OS CASAMENTOS PREMATUROS (CP)

No presente capítulo pretende-se de uma forma breve analisar o fenómeno das uniões prematuras com vista a identificação das causas e condições do processo de realização, bem como as consequências deste flagelo social na vida da rapariga.

1. Os Casamentos Prematuros - Definição

Divage, Divage e Marrengula (2010:18) definem o Casamento Prematuro como um casamento tradicional realizado entre indivíduos adultos de sexo masculino e raparigas na adolescência e pré-adolescência que vivem em contextos sócio culturais específicos (tipicamente rurais e pobres).

A Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros em Moçambique 2016 – 2019, define o Casamento Prematuro simplesmente como a união material envolvendo menores de 18 anos de idade.

Para os fins do presente estudo, define-se Casamentos Prematuros (CP) como uniões informais do ponto de vista legal, celebradas com rituais comunitários entre indivíduos de sexo oposto, em que uma das partes é menor de 18 anos de idade. Importa aqui referir que a designação dos casamentos prematuros não se encontra legalmente prevista no ordenamento jurídico moçambicano, sendo um termo usado comumente pela sociedade para se referir a esse tipo de união, isto é assim porque, de acordo com a Lei da Família em vigor, considera-se casamento apenas a união voluntaria entre pessoas de sexo oposto, desde que tenham 18 anos de idade, havendo uma excepção a regra dos 18 anos, que iremos abordar mais adiante. Assim, porque o casamento realizado entre partes onde uma delas é menor de idade, isto é, é uma criança, este tipo de união designa-se por união prematura e forçada, isso porque, de acordo com lei a criança não tem capacidade de decisão, ou seja, não tem capacidade de dar o seu consentimento válido para constituir família (ARTUR, 2010:410).

A abordagem sobre os casamentos prematuros no presente estudo, enfoca especialmente sobre crianças de sexo feminino, que são as mais afectadas neste processo, pois apresentam maior probabilidade de estar expostas a esta situação em relação a criança de sexo masculino, devido a relações baseadas nas desigualdades entre ambos os sexos, sendo esta duplamente discriminada, uma vez que vê seus direitos serem violados duas vezes, na medida em que:

- 1.ª Por se tratar de uma criança, que ocupa um lugar quase invisível na família, justificada essa posição pelo facto de ainda não ser considerada um verdadeiro membro da família com capacidade de opinar (MARCHI, 2008: pág. 208);
- 2.ª Por se tratar de uma mulher, onde de acordo com a tradição e cultura prevalecente no nosso Estado, ocupa uma posição inferior em relação ao homem na tomada de decisão.

2. Motivações ou Causas dos Casamentos Prematuros

Existem vários motivos que levam com que raparigas “se casem” prematuramente, destacam-se em particular as seguintes:

a) A pobreza

Desde a independência nacional que o Estado moçambicano conhece uma dura realidade, caracterizada pela pobreza absoluta, verificada após a independência e mais tarde com a guerra civil dos dezasseis anos que terminou em 1992 e agudizou a situação de pobreza no país, tendo devastado não só a população, mais também uma gama de infraestruturas, bens e serviços.

Apesar de diversos avanços no que se refere ao nível de vida da população, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Moçambique está entre os oito países do mundo com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a posição 181.º lugar da classificação em 2019[1], o que significa dizer que a população do país está entre as mais vulneráveis do mundo. Isto significa que a maior parte da população moçambicana vive no liminar da pobreza. É nessa senda que se verifica a prevalência dos CP, uma vez que essas famílias, devido ao fraco poder financeiro, acabam vendo as suas filhas/crianças como moeda de troca, submetendo-as aos casamentos em idade prematura.

Segundo um estudo efectuado pela UNICEF[2] em 2015, para as famílias com fraco poder financeiro, submeter uma rapariga ao casamento prematuro, não só traz um imediato ganho material na forma de *lobolo*[3], mas também alivia o pai ou a família da pressão de ter um membro a menos para alimentar (LOFORTE,161:1996). O estudo concluiu que a riqueza é negativamente associada ao CP, ou, por outra as raparigas cujas famílias apresentam melhores condições de vida são menos vulneráveis à prática em objecto; nas zonas urbanas onde se pode garantir a maioria dos direitos das crianças há uma baixa prevalência de CP, isso porque as raparigas começam a casar-se mais tarde em relação as raparigas das zonas rurais.[4]

Dito isto, mostra-se claro que o problema da pobreza em Moçambique é um dos determinantes que está na origem da realização de casamentos prematuros.

b) Relações sociais de género e poder

As relações sociais de género estão na origem das uniões prematuras, na medida em que a construção social da diferença entre os homens e a mulheres na sociedade moçambicana, sobre tudo nas zonas rurais, põem as mulheres numa posição de inferioridade em relação ao homem, submetendo-as a uma vida discriminatória que culmina com a

---

1 Relatório da PNUD sobre Desenvolvimento Humano (IDH) de 2020.
2 UNICEF, *Casamentos Prematuros e gravidez precoce em Moçambique, Resumo de Analise,* 2015.
3 O termo *lobolo* pressupõe uma oferta da compensação matrimonial da família do noivo e sua aceitação pela família da noiva, LOFORTE, Ana Maria, género e poder entre os Tsongas de Moçambique, pág. 161, 1996
4 UNICEF, *Casamentos Prematuros e gravidez precoce em Moçambique, Causas e Impacto,* 2015.

restrição do gozo dos direitos humanos. Em certas culturas esse tratamento nitidamente visível, em termos de divisão de trabalho na exploração agrícola é organizada segundo conceitos que se baseiam na definição especifica da oposição masculino e feminino (SCOTT,1989:23).

A definição de papel social na sociedade traz consigo implicações sociais nas representações dos papéis dos rapazes e raparigas, principalmente no seio das famílias, que devido a forma como é vista a rapariga leva a realização de CP, porque as famílias desde que uma criança de sexo feminino nasce, já está enraizado de que ela será entregue a um homem, sendo educada e socializada para um futuro comprometimento conjugal e acima de tudo, devendo obediência ao homem.

As relações de género são reproduzidas através da dominação e poder do homem à mulher, sendo um grande desafio na prevenção combate e eliminação do CP, uma vez que estes são uma forma de violência da rapariga e reflexo das relações desiguais de poder e dominação.

c) Questões culturais

Determinadas práticas socioculturais prevalecentes na sociedade moçambicana, são nocivas a dignidade das raparigas, afectando o seu bem-estar, desenvolvimento e crescimento normal, são vistas como determinantes do CP, a título exemplificativo temos a realização de vários ritos de iniciação como práticas culturais que atentam a dignidade das raparigas.

Os ritos de iniciação são cerimónias que orientam a vida das pessoas, definindo grupo e lugar a que pertencem, com vista marcar a passagem da infância para a vida adulta. Os rapazes são submetidos aos ritos após os primeiros sinais de puberdade e as raparigas quando ocorre a primeira menstruação (OSÓRIO, 2008:526).

Segundo o Perfil de Género elaborado pelo Ministério de Género em 2015, as práticas socioculturais como o CP e os ritos de iniciação, dificultam a promoção da igualdade e equidade de género, uma vez que estão estreitamente ligados à desigualdade de género e reproduzem o modelo da inferioridade das mulheres/raparigas, o que legitima a cultura de dominação pois encontram suas origens na desvalorização da mulher como sujeito de direitos.

d) A Falta de escolaridade

Para que as raparigas não sejam vítimas e vulneráveis a discriminações e tratamentos humilhantes, elas devem estar habilitadas e ter um certo nível de escolarização e informação para se protegerem e lutarem pelos seus direitos e liberdades. O nível de escolarização influencia a realização de CP.

Segundo a pesquisa sobre Casamentos Prematuros e Gravidez Precoce em Moçambique, efectuada pela UNICEF, FANUAP e CECAP em 2015, concluiu que existe

uma forte e significativa relação entre a educação e a idade do casamento da rapariga, na medida em que raparigas que apresentam um certo nível de educação casam-se mais tarde em relação as que são menos educadas, uma vez que aquelas são mais capacitadas.

Uma rapariga que frequenta a escola apresenta mais capacidades de conhecer e aceder aos seus direitos, pois tem o conhecimento como ferramenta importante na defesa dos seus direitos, formação e acesso a educação, podendo por si mesma escolher e tomar decisões, sobre tudo no que tange sexualidade, enquanto que aquela que não frequenta a escola, não conhece os seus direitos, encontrando-se submissa às práticas culturais que incutem nela o papel social subalterno como mulher no seio da família, submetendo-a a diversas situações que perigam o seu desenvolvimento normal.

3. Consequências dos Casamentos Prematuros

A realização de CP é um dos principais factores que afecta o desenvolvimento da rapariga, enfraquecendo-a e fechando oportunidades na sua vida. Entre outras, foram identificadas as seguintes consequências:

a) A gravidez precoce

Em Moçambique segundo dados do IDS de 2011, 21% das raparigas ficam gravidas ou já tem um filho aos 16 anos e mais de 55% engravidaram ou já tem um filho aos 18 anos, isso acontece maioritariamente devido a realização de CP, uma vez que, quando a criança é levada para o lar, logo começa a actividade sexual, muitas vezes sem o uso de contraceptivos, o que consequentemente leva a gravidez precoce. Ademais, 39% das raparigas que se casaram prematuramente antes do 15anos, também tiveram filhos antes dos 15 anos de idade, ficando claro que o CP está intimamente relacionado com ter filhos mais cedo do que seria saudável.

b) A desistência da escola

Segundo um estudo realizado pela UNICEF, FNUAP e CECP em 2015, o CP está associado a um risco significativo do facto de a rapariga não concluir o ensino primário e nem iniciar o ensino secundário (UNICEF et alii), pois após a realização do CP, devido a responsabilidades e ao novo papel social de mulher e dona de casa, a criança deve cuidar do marido, da casa e mais tarde das crianças.

Esta criança, que ainda não viveu a sua infância, torna-se mãe devendo cuidar de uma outra criança, vendo-se desta forma obrigada a abandonar os estudos, muitas das vezes também pela proibição do seu marido, visto o contexto cultural tradicionalista em que o CP é mais difuso.

c) Contração da fístula obstétrica (FO)

A Fistula Obstétrica consiste numa comunicação entre a vagina e a bexiga resultante

da necrose dos tecidos por compressão da cabeça do feto, numa circunstância de trabalho de parto arrastado.[5] A contração pode aparecer em qualquer idade, mais aparecem com maior frequência em adolescentes, isso porque são mais vulneráveis ao parto prolongado e obstruído pelo facto de o organismo por causa da tenra idade não estar preparado para uma gestação.

Devido à idade das meninas que são entregues a adultos ou jovens como esposas, há muitos casos de FO com complicações traumáticas e cirúrgicas derivadas de abuso e violação sexual de crianças vítimas de CP, mesmo em presença dum certo grau de consentimento.

Segundo Igor Vaz:

> A elevada prevalência de fístulas obstétricas, prende-se não só com a baixa cobertura au parto nas zonas rurais das províncias, mais também mais também com maior incidência de factores de natureza cultural, como é o caso dos CP com partos numa idade muito precoce. (VAZ, 2011:23).

d) Problemas psicológicos

A criança, além de ter direito à própria infância, tendo o direito de brincar, entre outras situações típicas da sua condição, ela não apresenta maturidade para lhe dar com certos comportamentos e questões da vida conjugal. Uma criança submetida aos casamentos prematuros sofre grandes danos psicológicos na medida em que se vê obrigada a unir-se a um homem normalmente muito mais velho que ela, devendo ter relações sexuais e passando a viver como mulher, com responsabilidades para com o lar e o marido.

Para Maria José Arthur, com o CP a criança fica psicologicamente afectada, ao afirmar que:

> Uma criança forçada a unir-se a um homem mais velho para viver como sua esposa, arruína a sua infância. Não só perde a liberdade e possibilidades de desenvolvimento pessoal, como também sofre de profundas consequências psicológicas e emocionais, algumas das quais não são abertamente perceptíveis. Porque estas uniões são forçadas, geralmente as crianças ou raparigas sentem-se infelizes, frequentes vezes não têm com quem falar e vivem na solidão (ARTHUR, 2013:412).

3 I OS DIREITOS HUMANOS (DH)

Depois de se analisar as causas e condições, bem como as como as consequências da realização dos casamentos prematuros, importamos agora à luz duma articulada apresentação dos fundamentos dos direitos humanos, demonstrar através de instrumentos jurídicos que protegem a criança e rapariga, que essa prática viola sistematicamente inúmeros direitos humanos.

5 Definição segundo a Estratégia Nacional de prevenção e Tratamento da Fistula Obstétrica

1. Os Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos, liberdades e garantias básicas de todos os seres humanos, são direitos universais e imutáveis inerentes a dignidade humana. Trata-se de direitos eminentemente naturais, relativos a qualidade e natureza do ser humano, constituindo de um modo geral, num núcleo de direitos que protegem a vida e a dignidade dos seres humanos. Estes direitos nascem essencialmente como direitos negativos, como uma obrigação de omissão ou abstenção por parte do Estado perante determinadas condutas dos cidadãos (ALEXANDRINHO, 2011:18).

Flávia Piovesan, define-os como direitos básicos de todos os seres humanos, compreendendo os direitos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais, bem como os direitos difusos e colectivos (PIOVESAN, 2004:45).

Trata-se de direitos básicos inerentes a todas as pessoas sem distinção da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política, sendo direitos adquiridos com seu nascimento, tais como o direito à vida, igualdade, saúde, educação, trabalho, habitação, liberdade de locomoção, de expressão, de associação e de culto, etc.

2. Princípios de Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são norteados por Princípios que ao os analisar nota-se claramente que a realização dos CP, violam estes princípios fundamentais, a destacar:

a) Princípio da Dignidade Humana**,** Segundo este princípio, toda a pessoa tem um valor natural inerente a sua qualidade como ser humano e a dignidade da pessoa humana deve ser respeitada por todas as pessoas e principalmente pela ordem jurídica do Estado, que deve assegurar e proteger os DH. Trata-se do princípio fundamental dos DH uma vez que a dignidade da pessoa humana é o núcleo dos DH, sendo considerado pela maior parte dos doutrinários, como o princípio essencial que rege os demais princípios de DH.[6]

b) Princípio da Universalidade[7]**,** defende que os DH devem ser reconhecidos em toda parte do mundo, em qualquer estado, pobre ou rico, grande ou pequeno, independentemente do sistema social e económico, determinando que os direitos humanos são aplicáveis a todos em qualquer Estado e situação. A universalidade dos DH encontra-se patente no Preambulo da DUDH ao consagrar que: *"… os Estados-Membros comprometem-se a desenvolver em cooperação com as Nações Unidas o respeito universal dos direitos humanos e liberdades fundamentais…".*

c) Princípio da Igualdade[8], segundo este princípio, todos são iguais em dignidade perante a lei, sendo titulares dos mesmos direitos e deveres independentemente das diferenças existentes. Decorre disto que deve haver igualdade entre as pessoas

6 Em clara demostração o preambulo da DUDH, sendo evidente no início o de conhecimento da dignidade humana como fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo.
7 Artigo 1 da DUDH
8 Consagrado no artigo 35 da CRM

na aplicação do direito, o que significa dizer que se deve tratar igualmente as pessoas "iguais" e desigualmente as pessoas "desiguais" (MIRANDA, 2014:118), ou seja, assegurar as pessoas em situações iguais os seus direitos e obrigações. É importante referir que, no âmbito do Princípio da Igualdade, encontramos na Constituição da República de Moçambique o Princípio da Igualdade do Género, segundo o qual "*O Homem e a Mulher são iguais perante a lei, em todos os domínios da vida, política, económica, social e cultural".*

d) Princípio da Liberdade[9], encontra-se intimamente ligado ao Princípio da Igualdade, uma vez que sem igualdade de condições entre os homens e mulheres, não pode haver liberdade e muito menos o respeito pela dignidade da pessoa humana. Segundo este princípio, todo o ser humano tem um direito igual ao mais abrangente ao sistema de liberdades básicas. Decorre deste princípio que todas as pessoas nascem livres iguais em dignidade e direitos.[10]

e) Princípio da Não Discriminação[11], representa a expressiva manifestação da igualdade, encontrando-se intimamente ligado ao Princípio da Igualdade na vertente igualdade de direitos e igualdade de obrigações. Baseia-se na igualdade de todos os seres humanos em decorrência de igual dignidade para todos os seres humanos, vedando dessa forma a discriminação entre as pessoas, no sentido de que não se pode tratar as pessoas de maneira diferenciada, mais ou menos favorável, em particular em razão da sua cor, raça, sexo, origem étnica, cultura, profissão, situação religiosa, política, social ou económica.

4 I OS CASAMENTOS PREMATUROS COMO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

No presente capítulo apresenta-se o quadro legal de proteção e promoção dos direitos da criança e da mulher em Moçambique, com vista a demonstrar que a prática dos CP, configura a violação dos DH da rapariga, uma vez que tal prática cultural colide com os DH estipulados e em vigor no Estado Moçambicano.

Importa referir que, falamos especificamente dos direitos da criança e da mulher, porque a rapariga é uma criança (definida como todo ser humano com menos de 18 anos de idade) e além disso é uma mulher que vê seus direitos violados no âmbito da realização dos CP.

O Estado desde a independência nacional no âmbito da sua actuação legislativa apresenta avanços significativos no que tange a promoção e protecção dos direitos da mulher e criança, que podem ser analisados a partir da ratificação de instrumentos legais internacionais de direitos humanos, bem como da aprovação de instrumentos legais internos. Iva vejamos

9 Artigo 1 da DUDH
10 Artigo 1 da DUDH
11 Artigo 2 da DUDH, onde encontra-se patente a vedação à discriminação.

1. Quanto aos Instrumentos Legais Internacionais

O Governo de Moçambique, no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos, tem aderido sem reservas a quase todos os principais textos normativos internacionais e regionais, relativos aos direitos das crianças e mulheres, a destacar:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948[12];
- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) de 1966[13];
- Declaração dos Direitos da Criança de 1959[14];
- Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989;
- Convenção sobre Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra a Mulher de 1997,
- Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1981[15]
- Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança de1998[16];
- Protocolo Facultativo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África de 2003[17];
- Plataforma de Beijing de 1995[18];

Analisemos particularmente os seguintes instrumentos jurídicos internacionais:

a) Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989

Ratificada pela Assembleia da República de Moçambique através da Resolução n.º 19/90 de 23 de Outubro, consiste num instrumento que tem em vista assegurar a protecção e atenção especiais às crianças, devido à sua vulnerabilidade, garantindo protecção jurídica e não jurídica da criança antes e após o seu nascimento, bem como o respeito pelos valores culturais da comunidade da criança para que os seus direitos sejam uma realidade. Destacam-se neste instrumento as seguintes disposições que colidem com a realização dos CP:

- No Artigo 2, consagra o dever do Estado em tomar medidas para proteção da criança, ao estabelecer que devesse tomar todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discrimi-

12 O Artigo 16, estipula o direito que o homem e a mulher têm de constituir família a partir da idade núbil.
13 No Artigo 3, estabelece que o casamento não pode ser celebrado se o consentimento
14 Com base em 10 princípios, reconhece as crianças o direito a uma infância feliz e que possam gozar dos seus direitos e liberdades, apelando aos homens e mulheres, bem como ao Estado e a sociedade no geral a reconhecerem esses direitos e se empenharem pela sua observância em conformidade com princípio estipulados.
15 No artigo 18, estipula que o Estado tem o dever de assegurar a proteção dos direitos da mulher e da criança tal como estão estipulados nas convenções e declarações internacionais.
16 No artigo 1, estipula que qualquer costume e tradição cultural e religiosa que é incompatível com os direitos e deveres contidas na Carta devem ser desencorajados e ainda estipulo a proteção contra o nocivo social e praticas culturais prejudicais à vida da criança, estabelecendo 18 anos para a idade núbil.
17 Estabelece no seu artigo 16, relativo ao casamento, que o homem e a mulher são iguais em direitos e deveres, devendo os Estados tomar medidas para que nenhum casamento seja contraído sem co consentimento das partes e estabelece 18 anos para a idade núbil.
18 Nas suas disposições consagrou três grandes inovações dotadas de potencial transformação na luta pela promoção dos direitos da mulher, tendo introduzido o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque na transversalidade.

nação

- O Artigo 3, consagra o Princípio do Interesse Superior da Criança, estabelecendo que todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança;
- O Artigo 9, consagra o direito de não ser separado dos pais, ao estabelecer que a criança tem o direito de viver com os seus pais a menos que tal convivência seja considerada incompatível com o seu interesse superior;
- O Artigo 31 consagra o direito a repouso, lazer, actividades recreativas e culturais, estipulando que os Estados reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade;
- O Artigo 34 consagra o direito contra a violência e a exploração sexual, e cada Estado deve proteger a criança contra a violência e a exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição e a participação em qualquer produção de carácter pornográfico.

b) Convenção sobre Eliminação de Todas Formas de Discriminação contra a Mulher de 1997, Ratificada pela Assembleia da República através da Resolução n. 4/1993 de 22 de Junho é um instrumento que estabelece os direitos da pessoa humana de sexo feminino com vista a eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar a igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Neste instrumento especialmente destacam-se as seguintes disposições:

- No o artigo 2, consagra o princípio da não discriminação, ao estipular que os Estados que ratificarem a Convenção condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas;
- Artigo 5º, relativo a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias, sendo o qual os Estados devem tomar medidas apropriadas para modificar ou eliminar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres baseadas na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos;
- Artigo 16, consagra ao casamento eestipula que os Estados devem adoptar todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular;
- Artigo 2, que consagra o princípio da não discriminação, ao estipular que os Estados que ratificarem a Convenção condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas;
- Artigo 5º, relativo a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias. Os

Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vista a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres;

- Artigo 16, que consagra ao casamento, e estipula que os Estados devem adoptar todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular consagra o direito de escolher livremente o cônjuge e proíbe o casamento de uma criança.

2. Quanto aos Instrumentos Legais Nacionais

Para além dos vários instrumentos legais internacionais de que Moçambique é signatário, existem, a nível nacional instrumentos legais de protecção à mulher e criança que devem conformar-se com as suas disposições[19]. Destacamos os seguintes instrumentos que se pode usar no combate e protecção dos direitos da rapariga:

a) Constituição da República, neste instrumento para além dos direitos à vida, saúde e educação previstos para todos os cidadãos, especialmente destacamos as seguintes disposições:

- O Princípio da Igualdade e Universalidade - Artigo 35
- O Princípio da Igualdade de Género - Artigo 36
- Direitos da Criança, n.º 1 do artigo 47.

b) Lei da Família; destacamos aqui os seguintes artigos:

- Deveres da Família - Artigo 5, estabelece na alínea c) que à família incumbe, em particular o dever de garantir o crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente, bem como assegurar que não ocorram situações de descriminação no seio da família.
- Noção de Casamento - Artigo 8 – consagra que o casamento é a união voluntaria e singular entre um homem e uma mulher com propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida, estipulando que é nula a promessa de casamento se um dos promitentes for menor de 18 anos de idade.

c) Lei de Bases de Protecção da Criança, a realização dos CP, viola as seguintes disposições:

- Princípio da dignidade humana - Artigo 4, consagra os princípios da dignidade

19 De realçar que, não existe legislação específica referente à violência contra rapariga, quer a nível escolar, familiar, ou na sociedade.

humana e o da não descriminação ao estipular que a criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana;

- Direitos especiais - Artigo 5, a criança tem direito de crescer rodeada de amor, carinho e compreensão, num ambiente de felicidade, segurança e paz., bem como de viver numa família onde se desenvolva o respeito pelos seus membros;
- Proibição de tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel - Artigo 6, nenhuma criança pode ser sujeita a tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel, nem ser objecto de qualquer forma de exploração ou opressão;
- Direito à liberdade, ao respeito e dignidade - Artigos 2 e 3, a criança tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos humanos, civis e sociais;
- Direito ao acompanhamento familiar - Artigo 28, toda criança tem direito a ser criada e educada no seio da sua família, devendo o Estado adoptar todas as medidas para que ela não seja separada dos seus pais contra a vontade destes
- Exploração no trabalho - Artigo 46; é vedada toda a forma de exploração do trabalho infantil, pelo que a violação deste princípio deve ser punida por lei
- Prevenção de ameaça ou violação de direitos - Artigo48
- Todo o cidadão e as instituições em geral têm o dever especial de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança;
- Direito à proteção em relação à prostituição e práticas sexuais ilícitas -Artigo 63, o Estado deve adoptar medidas legislativas e administrativas para proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual;
- Direito à proteção contra o de abuso físico ou psíquico - Artigo 68, o Estado deve adoptar especiais medidas legislativas e administrativas com vista a proteger a criança contra qualquer forma de abuso físico ou psíquico, maus tratos e tratamento negligente por parte dos pais, representante legal ou terceira pessoa

d) Lei da Violência Doméstica contra a Mulher;

Aprovada pela Lei 29/2009 de 29 de Setembro, a presente lei estabelece o regime jurídico que tem como objectivo, prevenir, sancionar os infractores e prestar às vítimas de violência doméstica a necessária protecção, garantindo e introduzindo medidas que forneçam aos órgãos do Estado os instrumentos necessários para a eliminação da violência doméstica, com vista a proteger a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e sexual da mulher contra violência praticada pelo seu conjugue, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado e familiares.

Esta lei visa combater a violência de género, reprimindo situações de agressões no âmbito doméstico resultado da desigualdade de poder entre homens e mulheres na família,

comprometendo o Estado na luta contra esta forma de violência, dando assistência às vítimas e introduzindo o carácter de criminalização do agressor.

e) Lei de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras.

Aprovada pela Lei 19/2019, de 22 de Outubro, este instrumento é um verdadeiro marco histórico no para a prevenção, combate e eliminação dos Casamentos prematuros, sendo o instrumento jurídico que em 48 artigos, estabelece o regime jurídico aplicável a proibição, prevenção, mitigação das uniões prematuras e penalização dos seus autores e cúmplices, bem como a protecção das crianças que se encontrem ou se encontravam nessas uniões.

A presente Lei, proíbe veemente que menores de 18 anos de idade se envolvam em uniões prematuras, apresentando as componentes preventiva, proibitiva, sancionaria e punitiva, para todos aqueles que directa ou indirectamente compactuarem com as uniões prematuras, sendo de destacar nalei as matérias relativas à:

- Idade para união;
- Protecção de direitos pessoais e patrimoniais;
- Estabelecimento de mecanismos legais para cessação de uniões prematuras e aplicação de medidas cautelares; e
- Infracções penais.

Como se pode depreender do acima exposto, o Estado moçambicano possui um leque de disposições legislativas internas e tem aderido e ratificado sem reservas, quase todos os principais instrumentos internacionais, incluindo alguns específicos do continente africano, relativos a proteção e promoção dos direitos da criança e da mulher. Portanto, compulsados esses instrumentos, fica claro que o Casamento Prematuro é proibido tanto ao nível do sistema universal de proteçção dos direitos humanos, bem como no sistema regional e nacional, o que nos leva a afirmar que a sua realização viola, não apenas os princípios fundamentais que norteiam os direitos humanos, mas igualmente os direitos fundamentais da rapariga, nomeadamente, o direito à vida, à saúde, educação, casamento, liberdade, igualdade, estar livre de todas a formas de discriminação e não ser submetida a tortura e maus tratos.

Segundo, Bruce, J.2002, citado por Maria José Artur (2013)[20]guiando-se pela Convecção sobre os direitos da Criança, podem também ser violados os seguintes direitos da rapariga:

- Direito de procurar, receber e transmitir informações e ideias (artigo 13);
- Direito de não ser separa dos pais contra a sua vontade;

20 ARTHUR, Maria José - Memórias do Activismo II Volume, Casamento prematuro como violação de direitos humanos, publicado em “Outras Vozes”, n.°31-32:, Pag. 409, Maputo, WLSA 2013.

- Direito de ser protegida contra toda forma de violência física e mental, dano ou abuso inclusive, sexual l (artigo 19);
- Direito à Informação escolar e profissional, profissional e profissional (artigo 28);
- Direito ao descanso, lazer e de participar livremente na vida cultural (artigo 31);
- Direito à proteção contra todas as de exploração que afectem de qualquer modo o bem-estar da criança (artigo 36).

5 l UM PROBLEMA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Apos demonstrarmos que os casamentos prematuros, violam sistematicamente os Direitos Humanos contidos nos diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, o presente capítulo visa explicar que as realizações dessas uniões configuram um problema de desenvolvimento humano em Moçambique.

1. Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano é um conceito baseado na ideia de liberdade dos seres humanos, com vista a assegurar que estes tenham oportunidades e capacidade de viver com qualidade de vida e de acordo com os seus objetivos, estando diretamente relacionado com a satisfação das pessoas com o modo como vivem a vida.

Segundo o Programa das Noções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de Desenvolvimento Humano analisa a qualidade de vida da população considerando para além dos aspectos económicos, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (www.br.undp.org).

A PNUD, através de Relatórios anuais sobre Desenvolvimento Humano, analisa o Índice de Desenvolvimento Humano de cada país (IDH), onde mede as realizações médias em três dimensões básicas de desenvolvimento humano, nomeadamente: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Cada Relatório do Desenvolvimento Humano tem defendido que o propósito do desenvolvimento é melhorar a vida das pessoas aumentando as suas escolhas, a sua liberdade e a sua dignidade.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020, o Estado moçambicano é o pior dos países de língua portuguesa em África, ocupando 181.º lugar entre 189 países analisados, o que significa dizer que o país se encontra entre os 10 países do mundo com índice de desenvolvimento humano mais baixos, sendo que um dos factores determinantes é a pobreza.

Importa aqui referir que, segundo os Objectivos do Milénio, a pobreza envolve muito mais do que as restrições impostas pela falta de rendimentos, acarretando igualmente a falta de capacidades básicas para levarem as pessoas uma vida plena e criativa, como quando as pessoas sofrem de má saúde, educação, estas são excluídas de participar nas

decisões que afectam as suas comunidades, ou não têm o direito de orientar o curso da sua vida, essas privações distinguem a pobreza humana da privação de rendimento. Para analisar o nível do desenvolvimento humano de determinado grupo, deve-se observar não só a renda, mas todas as condições e oportunidades que os indivíduos possuem para conseguirem ter uma vida com dignidade e qualidade.

1. Casamentos Prematuros como um Problema de Desenvolvimento Humano

Da análise efectuada no presente estudo se mostra-se claro que a realização dos casamentos prematuros violando os direitos humanos, eles impactam negativamente sobre o desenvolvimento da sociedade, sendo assim um problema de desenvolvimento humano que afecta especificamente a rapariga, na medida em que a enfraquece, fechando oportunidades na sua vida pondo em risco o seu futuro.

Assim, partindo da identificação das consequências dos casamentos prematuros nomeadamente:

- A gravidez precoce;
- A desistência da escola;
- Contração da fístula obstétrica (FO;
- Problemas Psicológicos.

Estas consequências casamentos prematuros põem em causa o gozo dos direitos humanos da rapariga, designadamente:

- O direito a vida;
- O Direito a saúde;
- O Direito a educação;
- O Direito ao Casamento;
- O Direito de a liberdade;
- O Direito a igualdade;
- O Direito de estar livre de todas a formas de discriminação; e
- O Direito de não ser submetida a tortura e maus tratos.

Assim, partindo do conceito de desenvolvimento humano que se baseia na ideia de liberdade dos seres humanos, com vista a assegurar que estes tenham oportunidades e capacidade de viver com qualidade de vida e de acordo com os seus objetivos, tendo o direito de ter uma vida digna. Atendendo e considerando que em conformidade o PNUD o desenvolvimento humano analisa a qualidade de vida da população considerando para além dos aspectos económicos, outras características no caso as culturais que possam influenciar a qualidade da vida humana, tendo em conta que o Estado moçambicano é o

pior dos países de África com um baixo índice de desenvolvimento humano, ocupando 181.° lugar entre 189 países analisados[21], podemos sim afirmar que os casamentos prematuros em moçambique configuram um problema de desenvolvimento humano.

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, se olharmos para a realização dos casamentos prematuros e suas consequências na vida da rapariga e tendo em conta o conjunto de instrumentos legais nacionais e internacionais de promoção e procteção dos direitos da criança e raparig, é possível notar inequivocamente que tais práticas socio culturais são baseadas na violência de género e configuram uma violação dos direitos humanos, com impacto directo na vida da rapariga, sendo esse um problema de desenvolvimento humano em Moçambique, uma vez que esta situação afecta toda sociedade moçambicana.

O casamento prematuro é um dos problemas mais graves de desenvolvimento humano em Moçambique, sendo um dos países que ao nível mundial apresenta altas taxas de sua prevalência, configurando uma grande violação dos direitos humanos das raparigas, representando dessa forma um ploblema de desenvolvimento humano, com impacto directo na qualidade de vida das raparigas, pois tem implicações no seu bem-estar, saúde e educação, contribuído para o aumento da pobreza na sociedade moçambicana.

Entretanto, apesar de existirem um quadro jurídico robusto de promoção e proteção dos direitos humanos da criança e da mulher, esta prática nociva ainda é frequente em moçambique e é ainda é largamente ignorada pelos governantes no âmbito dos desafios de desenvolvimento que o país persegue, pois na verdade o problema endémico é mais tratado simplesmente como um problema sociocultural sob ponto de vista apenas de violação de direitos humanos da mulher, sem se dar enfase ao seu impacto no desenvolvimento humano na sociedade.

Assim, há necessidade de todos os intervenientes neste processo[22] de promoção e protecção dos direitos da criança e da rapariga, bem como na prevenção, combate e eliminação dos casamentos prematuros, passarem a destacar este problema, não apenas na vertente de violação de direitos humanos, requerendo para o efeito uma maior atencção dos decisores políticos e acima de tudo uma maior conscientização entre as lides, de que os casamentos prematuros são não apenas um problema de género que viola os direitos humanos, mas que acima disso, consistem num problema de desenvolvimento humano com impacto não só na vida da rapariga, mas igualmente da sociedade no geral.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINHO, José Melo (2001) Os Direitos Humanos em África, 1.ª edição, Coimbra Editora, S.A., Lisboa.

21 Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020.
22 A sociedade no geral, designadamente a sociedade civil e a sociedade não governamental.

ARTHUR, Maria José (2010) Memórias do Activismo, pelos Direitos Humanos das Mulheres, II Volume, Casamento prematuro como violação de direitos humanos, publicado em *Outras Vozes*, n° 31-32, Maputo.

ARTHUR, Maria José (2013),- Memórias do Activismo II Volume, Casamento prematuro como violação de direitos humanos, publicado em " Outras Vozes", n.°31-32: , Pag. 409, Maputo, WLSA.

DIVAGE Sónia N, DIVAGE, José e MARRENGULA, Miguel (2010). Casamentos Prematuros em Moçambique: contextos, tendências e realidades, Maputo.

FNUAP (2013). Gravidez na Adolescência Desafios e Respostas de Moçambique, Suplemento do Relatório sobre a Situação da População Mundial, Moçambique.

LOFORTE, Ana Maria, género e poder entre os Tsongas de Moçambique, pág. 161, 1996.

MALUNGA, Didier e MUZZI, Mariana (2014). Casamentos Prematuros: Instrumentos Internacionais, Regionais Africanos, Legislação Nacional em Países Africanos e em Moçambique.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS Eva Maria (2010). Metodologia científica. 6.ª Edição São Paulo.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional: direitos fundamentais. t. IV. 5. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

OSÓRIO, C. (2008), *Memórias do Activismo, II Volume: Ritos de Iniciação: Um debate necessário*, publicado em "Outras Vozes", n.˚ 22, WLSA Moçambique.

OSÓRIO, C. (2011), *A Violência Sexual e a Violação de Menores: Uma discussão sobre os conceitos*, publicado em , publicado em "Outras Vozes" n.˚ 33-34, WLSA Moçambique.

OSÓRIO, C. (2014a), *Os Ritos de Iniciação*, publicado em "Outras Vozes", WLSA Moçambique.

OSÓRIO, C. (2014b), *Violação Sexual de Menoreas, Estudo de caso na Cidade de Maputo*, publicado em "Outras Vozes", WLSA Moçambique.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2019). Relatório de Desenvolvimento Humano 2000. Nova Iorque: Oxford.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2020). Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Nova Iorque: Oxford

PNUD (2020) - Relatório da sobre Desenvolvimento Humano (IDH) de 2020

PIOVESAN, F. (2003), *Direitos Humanos e Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. São Paulo: Malheiros.

PIOVESAN, F. (2004), *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*, 6.ª edição, São Paulo: Max Limonad.

SCOTT, J. (1989), Gender: a Useful Category of Historical Analyses, Gender and the Politics of History, New York: Columbia University Press

http://www.wlsa.org.mz;

http://www.rosc.org.mz.;

http://www.unicef.org.mz;

http://www.pnud.org.mz.

Legislação Nacional

Constituição da República de Moçambique; Lei nº.1/2018;

Lei da Família, Lei n° 10/2004;

Lei de Promoção e Protecção do Direito da Criança, Lei n.º 7/2008;

Lei Sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher, Lei n.º 29/2009;

Lei de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras, Lei n.º 19/2019.

Legislação Internacional

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Convenção sobre os Direitos da Criança;

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Descriminação contra as Mulheres,

Carta Africana dos Homens e dos Povos;

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos;

Declaração dos Direitos da Criança;

Protocolo Facultativo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África de 2003;

Plataforma de Beijing de 1995.

COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* PIAUIENSE NO PERÍODO 2017-2022

Data de submissão: 08/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Geovana Luisa de Jesus Azevedo
Bolsista do Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV/PROPESQI/ UFPI

Edivane de Sousa Lima
Docente do Departamento de Economia (DECON/UFPI) Núcleo de Economia Regional do Piauí (NERPI/ UFPI).

RESUMO: Este resumo expandido analisa o comportamento das exportações de *commodities* do Piauí no período pré-pandemia (2017-2019) e durante a pandemia (2020-2022) com o objetivo de compreender o desempenho exportador do agronegócio piauiense nesse período. Para isso, verifica-se o comportamento da taxa de crescimento, do *market share* e da volatilidade dos principais produtos do agronegócio (soja, milho, algodão, castanha de caju, ceras vegetais e mel). Os resultados mostram um comportamento ascendente para os grãos (soja e milho), castanha de caju e mel natural durante a pandemia, entretanto, evidenciando maiores instabilidades.
PALAVRAS-CHAVE: Economia Internacional. Covid-19. Indicadores de mercado. Piauí.

BEHAVIOR OF EXPORTS OF THE MAIN AGRICULTURAL COMMODITIES OF PIAUÍ IN THE PERIOD 2017-2022

ABSTRACT: This expanded summary analyzes the behavior of Piauí´s commodity exports in the pre-pandemic period (2017-2019) and during the pandemic (2020-2022) with the aim of understanding the export performance of the Piauí agribusiness in this period. To achieve this, we examine the growth rate, market share, and volatility of the main agribusiness products (soybean, corn, cotton, cashew nuts, vegetable waxes, and honey). The results show na upward trend for grains (soybean and corn), cashew nuts, and natural honey during the pandemic, however, they also reveal greater instabilities.
KEYWORDS: International Economy. Market indicators. Covid-19. Piauí.

1 I INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 foi reconhecida oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de

2020, para além das consequências sanitárias adversas, trouxe impactos econômicos para todos os países, provocando redução das atividades econômicas. Contrariando as expectativas de efeito negativo nos setores econômicos, o agronegócio brasileiro apresentou um aumento de 2,0% em 2020. De modo semelhante, no Piauí, o agronegócio obteve um crescimento de 11,9%. Esse desempenho tem sido refletido no comportamento das exportações piauiense tanto do setor agrícola quanto extrativista, a exemplo das culturas de soja, do milho, do algodão, das ceras vegetais, da castanha de caju e do mel natural (BRASIL, 2021; CEPRO, 2021, 2022.).

Assim, diante da relevância econômica do agronegócio no Piauí, a indagação que orientou esta pesquisa consistiu em saber de que forma se comportaram as exportações das *commodities* no contexto da pandemia de Covid-19. Na intenção de responder a esse questionamento, a pesquisa teve por objetivo geral analisar o desempenho do agronegócio piauiense no período pré-pandemia e durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, utilizou-se de indicadores de mercado, para analisar as variações das exportações de soja, milho algodão, ceras vegetais, castanha de caju e mel de 2017 a 2022.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa utilizou uma abordagem de caráter exploratório a partir do uso de indicadores de mercado (taxa de crescimento, *market share* e volatilidade) que permitiram comparações entre períodos distintos: pré-pandemia (2017-2019) e durante a pandemia (2020- 2022). A base de dados utilizada foi fornecida pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia (ME), que disponibilizou informações sobre o fluxo comercial dos produtos do agronegócio do Piauí com outros países, através das quantidades exportadas e valor dessas exportações da soja, do milho, do algodão, da castanha de caju, das ceras vegetais e do mel natural.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Comportamento da taxa de crescimento das exportações do agronegócio piauiense

O comportamento da taxa de crescimento das exportações de grãos (soja, milho, algodão) nos períodos pré-pandemia (2017-1019) e durante a pandemia (2020-2022) estão disponíveis na Figura 1. Observa-se que o valor das exportações de soja apresentaram melhor resultado em 2018, crescimento de 92,51% em comparação ao ano anterior. No período intenso da pandemia (2020-2021), houve um aumento percentual de 61,75%, e para o ano de 2022, a taxa de crescimento foi de 75,25%. Com relação ao milho, em 2018, houve uma redução percentual de 85,77% em relação ao ano anterior, contudo, no período seguinte (2019-2022), apresentaram um crescimento gradual, com o maior destaque no

ano de 2022 (aumento de 480,84%). Quanto ao algodão, houve um crescimento constante do valor exportado de 2017 a 2020, declinando em 2021, mas recuperando-se em 2022.
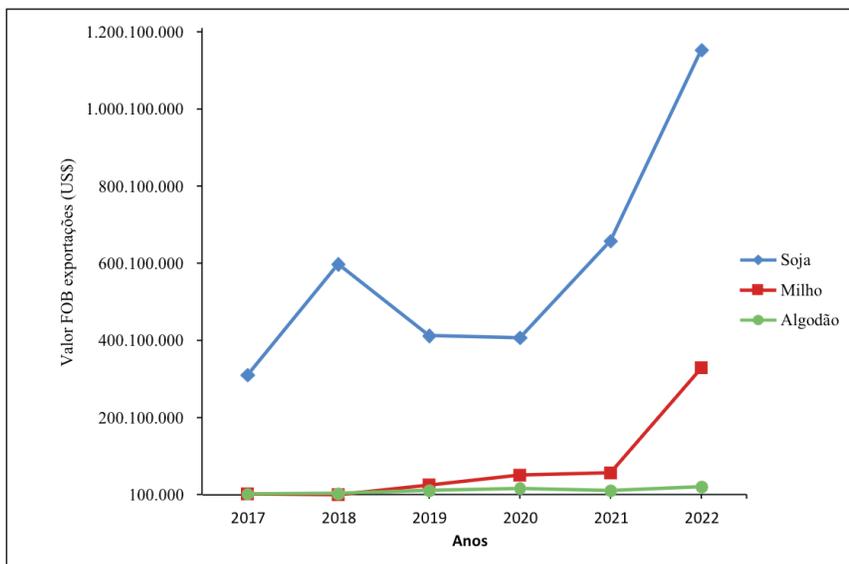
Figura 1: Comportamento do valor das exportações de soja, milho e algodão no período 2017 – 2022.

Fonte: elaboração própria (2023).

3.2 *Market share* das principais *commodities* do agronegócio piauiense

De acordo com a Figura 2, é possível perceber que a participação das exportações de grãos (soja, milho, algodão) não ocorreu de forma linear. Antes da pandemia, a soja liderava as exportações com 84,7% em 2018 e diminuiu para 69,7% em 2020. O milho teve menor participação antes da pandemia (2017-2019), aumentando em 2020 e 2022 para 8,7% e 19,9%, respectivamente. O algodão alcançou 2,7% de participação, mas apresentou redução nos anos pandêmicos (1,2% em 2022). A participação das ceras vegetais declinou de 12% em 2017 para 2,3% em 2022. O mel natural apresentou pequena participação de 2017 a 2019, mas aumentou em 2020 e 2021. As exportações de castanha de caju, apresentaram uma fatia de mercado relativamente menor, abaixo de 1%.
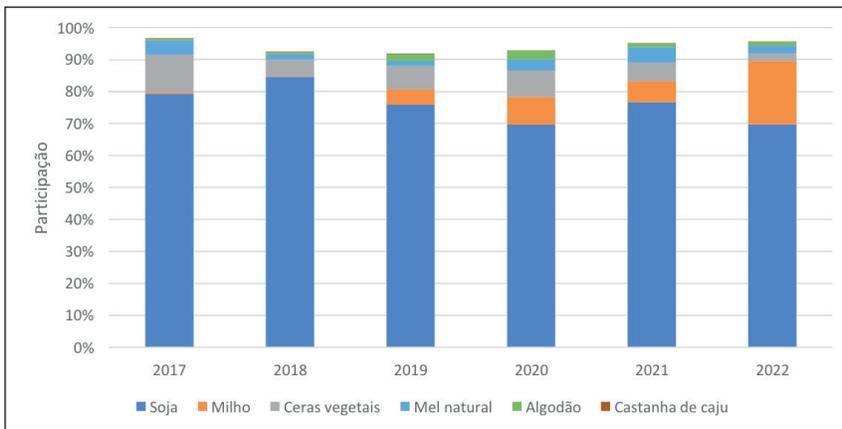
Figura 2: *Market share* das principais *commodities* do agronegócio piauiense no período 2017 – 2022.

Fonte: elaboração própria (2023).

3.3 Volatilidade das principais *commodities* do agronegócio piauiense

De acordo com a Figura 3, observa-se que as ceras vegetais apresentaram a menor volatilidade, indicando que as exportações permaneceram com pouca variação durante o período. A Soja apresentou uma volatilidade moderada, porém, menor que as das *commodities* subsequentes, enquanto o mel natural e a castanha de caju, mostraram níveis semelhantes de volatilidade, indicando proximidade na variação de suas exportações durante o período pandêmico. O algodão apresentou a segunda maior volatilidade, seguido pelo milho, indicando que as exportações de ambos foram as mais instáveis em termos de variação percentual durante os anos de 2020 a 2022.
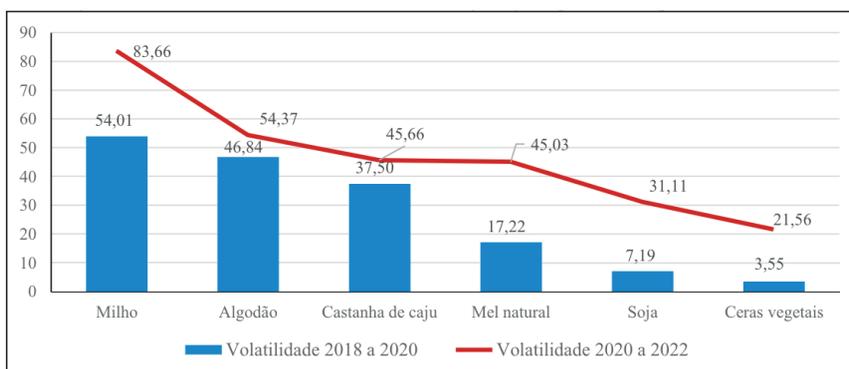
Figura 3: Volatilidade das principais *commodities* do agronegócio piauiense no período 2018–2022.

Fonte: elaboração própria (2023).

4 I CONCLUSÃO

No presente estudo, constatou-se que as exportações de soja, milho, ceras vegetais e mel natural alcançaram a maior participação no comércio internacional durante o período pandêmico. Já as exportações de algodão exibiram um padrão constante de crescimento, exceto em 2021. Enquanto as exportações de castanha de caju apresentaram um aumento contínuo no período pré-pandemia. Por meio da análise do *market share*, foi possível identificar alterações nas respectivas parcelas de mercado de cada produto. A maior participação ficou com a soja, seguida do milho e do algodão. As ceras vegetais reduziram sua participação ao longo do período analisado, enquanto o mel natural apresentou flutuações instáveis. Através da análise de volatilidade das exportações das *commodities*, observou-se que, de modo geral, houve maior instabilidade durante o período pandêmico, evidenciando maior incerteza nos preços e nas transações das *commodities*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **PIB do setor agropecuário apresentou crescimento de 2% em 2020**. Brasília, DF: Mapa, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt- br/assuntos/noticias/pib-do-setor-agropecuario-apresentou-crescimento-de-2-em-2020. Acesso em: 14 jun. 2023.

________.Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Secretaria de Comércio Exterior. **Manual de utilização dos dados estatísticos do comércio exterior brasileiro**. Brasília: Ministério da Economia, v1.1 02/04/2020. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/manual/Manual.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023

CEPRO.**Conjuntura econômica. Boletim analítico anual 2021**. Disponível em http://www.cepro.pi.gov.br/conjuntura.php. Acesso em 08 jun. 2023.

________. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Conjuntura econômica. Boletim analítico anual 2022**. Disponível em http://www.cepro.pi.gov.br/conjuntura.php. Acesso em 08 jun. 2023.

KRUGMAN, P. R.; OBSTEFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

SOUZA, Dallas Kelson Francisco. O impacto da pandemia de covid-19 na volatilidade dos preços agrícolas brasileiros: um estudo para soja, milho e algodão. **Revista MEPAD**, v.6, n.1, 2021.

CAPÍTULO 4

LA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL DE LA ORIENTACIÓN AL MERCADO DEL DOCENTE DE LA LICENCIATURA EN LOGÍSTICA INTERNACIONAL DE LA UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE NAYARIT (UTN)

Data de submissão: 27/09/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

J. Arnulfo García Muñoz
Dr.
https://orcid.org/0000-0002-9932-1351

Héctor Manuel Martínez Ruíz
M.I.
https://orcid.org/0009-0000-4566-5004

Ricardo Gómez Alvares
Dr.

Aldara María Díaz Ponce Madrid
M.C.A.
https://orcid.org/0000-0002-1262-8714

Aline del Sol Muñoz Trejo
Dra. Universidad Autónoma de Nayarit
https://orcid.org/0009-0008-0398-411X

Isidro Bobadilla García
Dr.

RESUMEN: El objetivo de la presente investigación es determinar el índice de la (OM) desde la perspectiva comportamental del docente del Programa Académico en Logística Internacional de la UTN. La corriente teórica de la OM desde la perspectiva comportamental que se considera en la presente investigación es la desarrollada por Kohli y Jaworski (1990) y el instrumento que se utilizó fue el desarrollado por Flavian y Lozano (2006), este trabajo proyecta las acciones constitutivas de la OM en sus tres dimensiones (generación de información, diseminación de la información y respuesta) a la realidad del Programa Académico desde el enfoque del docente, y aplica un índice de medición al contexto de la Institución de Educación Superior con datos de encuesta, y los resultados obtenidos son concordantes con los se exhiben en la literatura, confirmando con ello la importancia del comportamiento Orientado al Mercado del docente, así mismo se observa que existe un grado de OM y no, la presencia o ausencia de tal Orientación. Pese a los resultados favorables se observan áreas de oportunidad en la Diseminación de la Inteligencia de Mercado, que merecen de atención.

PALABRAS CLAVE: Orientación al Mercado, Instituciones de Educación Superior, Docente.

Objetivo: Determinar el índice de la OM del docente que imparte clase en la Licenciatura de Logística Internacional, en la Universidad Tecnológica.

INTRODUCCIÓN

La investigación en el área de la Orientación al Mercado tiene su origen en la década de los 90's, su marco teórico parte de dos enfoques: el Comportamental y el Cultural, estos enfoques inicialmente se aplican en las organizaciones con fines de lucro, en donde buscaron la relación con el desempeño y los resultados demuestran una relación fuerte. Tales resultados generan interés para aplicarse en las organizaciones sin fines de lucro y en las Administraciones Públicas, que al igual que en las primeras investigación dicha Orientación presenta una relación fuerte con el desempeño. Esta orientación no es exclusiva de las grandes organizaciones sino que también su efecto se ha visto en pequeñas organizaciones, ahora bien la investigación en esta Orientación Estratégica también se está generando en las Instituciones de Educación de Nivel Superior, en donde la naturaleza de este sector está sufriendo cambios radicales, presenta un entorno turbulento, la competencia cada día es más intensa, los clientes son cada vez más exigentes y sin perder de vista los recortes presupuestales a los que se enfrentan y la lucha por las diferentes fuentes de financiamiento. Todo ello ha generado un cambio en la gestión de las organizaciones y por ende, la busca de una mejor posición competitiva para seguir en el mercado.

Es por todo ello que en la Universidad Tecnológica de Nayarit, se realiza la primera investigación para determinar el índice de OM del Docente que imparte clase en la Licenciatura en Logística Internacional, y los resultados obtenidos son prometedores con ciertas áreas de oportunidad para fortalecer dicha Orientación Estratégica.

MARCO TEÓRICO

Orientación al Mercado

Antes de los años noventa la teoría del marketing se enfocaba en determinar el grado de orientación al marketing, recopilando los puntos importantes esta orientación se enfocaba en tres temas: Un enfoque completo en el cliente, coordinación departamental, y crecimiento de ganancia, y consideran como punto principal de referencia al departamento de marketing y no a todos los departamentos de la organización (Kohli y Jaworski 1990).

A principios de 1990 surge la corriente teórica de la Orientación al Mercado, con dos aportaciones importantes se realizadas por Narver y Slater (1990) y Kohli y Jaworski (1990). A pesar de las múltiples aproximaciones que se han realizado acerca de la orientación al mercado, la literatura ha tomado como punto de referencia las aportaciones realizadas por los investigadores antes mencionados.

Kohli y Jaworski (1990) adoptan una perspectiva basada en las actividades de generación de la información del mercado. La premisa básica de este modelo es que consideran a la orientación al mercado como la puesta en práctica del concepto del marketing. Y la define como:

> “ *La generación de información a cargo de toda la organización, relacionada con las necesidades presentes y futuras de los clientes, la diseminación de la inteligencia a través de todos los departamentos de la organización y la capacidad de respuesta de la organización*”.

Hay muchas definiciones y significados del término MO. Sin embargo, Küster (1999) explica que existe cierto consenso entre los académicos con las contribuciones más significativas de Kohli y Jaworski (1990). Este estudio defiende [49] Kohli et al. (1993, pág. 467), que en cierta medida combina las contribuciones más significativas y ampliamente acordadas en la literatura:

> *la orientación al mercado es la amplia generación de inteligencia de mercado en la organización con referencia a las necesidades actuales y futuras de los clientes, la difusión horizontal y vertical de esa inteligencia dentro de la organización y la amplia capacidad de acción o respuesta a dicha inteligencia de mercado.*

Kohli y Jaworski (1990) proponen que una orientación al mercado implica tres conjuntos de actividades, las cuales son:

- *Generación de inteligencia de mercado.* El punto de partida de una orientación al mercado es la generación de inteligencia del mercado y es generada por todos los miembros de la organización, a través de una variedad de medios formales, así como informales, y puede involucrar datos primarios o secundarios. La generación de inteligencia del Mercado es un concepto más amplio que las necesidades y preferencias puestas en palabras del cliente, analiza también los factores exógenos (la regulación gubernamental, la tecnología, los competidores, y otras fuerzas medioambientales, Etc.) que influyen en las necesidades y preferencias de los clientes y los consumidores.

- *Diseminación de la información.* La inteligencia del mercado no precisamente se disemina del departamento de marketing a otros departamentos, puede fluir en dirección opuesta, dependiendo dónde se originó. La diseminación de inteligencia de mercado crea una base compartida de conocimientos entre todos los departamentos. El procedimiento de diseminación puede ser por medios tanto formales como informales. La comunicación horizontal juega un papel importante en la organización. La diseminación eficaz genera un clima de armonía entre los departamentos de la organización, originando un mejor aprovechamiento de la información y creando el aprendizaje colectivo.

- Respuesta a la inteligencia de mercado. Una organización puede generar inteligencia y diseminarla internamente, sin embargo, a menos que responda para satisfacer las necesidades de los clientes muy poco se ha cumplido. La respuesta es la capacidad de planear y ejecutar acciones. Selecciona los segmentos de mercados, para diseñar y ofrecer productos /servicios para satisfacer las necesidades actuales y futuras de los clientes. Produciendo, distribuyendo, y promoviendo los productos hacia sus clientes objetivos. Virtualmente todos los departamentos -no simplemente marketing- participan respondiendo a la

tendencia del mercado en una firma orientada al mercado.

Además, la necesidad de evaluar el MO en las organizaciones ha traído consigo numerosos intentos de desarrollar escalas fiables para medir MO, por lo que no existe una escala multipropósito única que pueda utilizarse para medir todas las propuestas de MO (Bello et al., (1999); Küster, (2000)). Para la presente investigación y ser más coherente con el significado teórico del constructo (Kohli y Jaworski, 1990), Flavián y Lozano (2001) utilizan la escala MARKOR para desarrollar una escala para el sector educativo, que pretende cuantificar la medida en que la enseñanza orienta su actividad hacia el entorno. Esta escala se utilizará para la presente investigación, porque es más adecuada a los objetivos del estudio.

Orientación al Mercado en las IES

Ahora bien, la OM en el ámbito de las Instituciones de Educación Superior (IES) se ha estudiado desde las dos perspectivas, la primera de ellas es la cultural desarrollada por Narver Slater (1990), la cual han utilizado Hemsley-Brown y Oplatka (2010), Ma y Todorovic (2011), la segunda perspectiva es la comportamental desarrollado por Kohli y Jaworski (1990), el cual ha sido utilizado por Baber y Upadhyay (2015), Caruana et al (1998a), Flavián y Lozano (2006), Flavián y Lozano (2005), Flavián y Lozano (2007b).

Esta corriente se ha aplicado en diferentes países, por ejemplo: España (Flavián y Lozano (2006), Flavián y Lozano (2005), Flavián y Lozano (2007a), Flavián y Lozano (2007b)), Estados Unidos (Hampton et al (2009), Webster et al (2014)), Inglaterra e Israel (Hemsley-Brown y Oplatka (2010)), Reino Unido (Yu et al (2018)), México (Küster, y Avilés (2010), Küester y Avilés (2011), Küester y Avilés (2012)), India (Baber y Upadhyay (2015)), Sudáfrica (Mokoena et al (2015)), Bangladesh (Mostaque y Goodwin (2012))

En las IES se ha desarrollado investigación tanto en públicas (Flavián y Lozano (2006), Flavián y Lozano (2005), Flavián y Lozano (2007a), Flavián y Lozano (2007b), Küster, y Avilés, (2010), Küester y Avilés (2011)), como privadas (Baber y Upadhyay (2015), Mostaque y Goodwin (2012))

Como puede verse la investigación del marketing aplicado a las IES, aun es poca, pero los resultados son prometedores y eso se debe principalmente a que el entorno se está presentando instable y las IES necesitan desarrollar estrategias que les permitan la adaptación a los cambios.

Los recortes presupuestales, incremento de la competencia y cambios en el comportamiento del cliente, ha generado que las IES cambien su sistema de gestión y comiencen a implementar los principios y prácticas de la OM empresarial. Uno de los cambios que está causando gran inquietud es el cambio en la creencia de que el estudiante es el cliente y la recomendación de que las universidades necesitan centrarse más en el cliente. Por otro lado, también hay una comprensión cada vez mayor de la propuesta

de Harvey y Bushe (1996) de que, si se entiende y utiliza correctamente, el concepto de marketing puede ser beneficioso para las escuelas y colegios con la esperanza de atraer a los estudiantes y hacer que su oferta sea más significativa para que se convierta en un imperativo para los estudiantes.

Desde la perspectiva de MO y en vista de lo anterior, no cabe duda de que las IES pueden y necesitan aplicar conceptos y teorías de marketing ya que, como son organizaciones, su nivel de MO estará determinado por su capacidad para: generar inteligencia en su entorno más amplio, difundir esa inteligencia en toda la organización y actuar en respuesta a la inteligencia generada y difundida. Además, como señalan Kohli y Jaworski (1990) y Narver y Slater (1990), el grado de MO es un continuo más que una presencia o ausencia, lo que significa que, al igual que con las organizaciones lucrativas, las universidades tienen en mayor o menor grado MO.

H1. Los docentes de la licenciatura en Innovación de Negocios y Mercadotecnia, llevan a cabo un comportamiento Orientado al Mercado.

METODOLOGÍA

Determinación de la muestra

Docente	14
Programa Académico	Logística Internacional
Turno	Vespertino
Semestre	Indistinto
Tipo de contrato	PTC y HSM
Corte transversal	Junio 2024

Tabla 1. Datos generales de la investigación

Los docentes que se consideraron para el presente estudio imparten clase en Unidades de Aprendizaje en el Área de formación Diciplinar Profesionalizante.

En la Licenciatura en Logística Internacional se tiene un total de 16 docentes que imparten clase en el Área Profesionalizante, y para la presente investigación se obtuvo una taza de respuesta del 88%.

Instrumento

El constructo que se utiliza para determinar el grado de Orientación al Mercado, fue desarrollado por Flavian y Lozano (2007). Consta de 16 ítems y utiliza una escala Likert de cinco puntos.

El nivel de orientación al mercado de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional se calculó siguiendo lo indicado por Gaski y Etzel (1986), se procedió a la elaboración de un índice para la determinación del nivel de orientación al mercado de cada uno de los elementos integrantes de la muestra objeto de estudio. Dicho índice se

construyó a partir de las puntuaciones totales obtenidas en relación con cada uno de los diferentes ítems de las subescalas, esto es, los factores de orientación al mercado, según el proceso representado en la fórmula siguiente:

$$\sum_{j=1}^{n}\left(\sum_{i=1}^{m} x_{ij}\right)$$

donde:

ij = respuesta dada por el individuo *i* al ítem en la dimensión/subescala *j*;

m = número de ítems en la subescala *j*;

n = número de subescalas.

Para hacer las puntuaciones más comprensibles, y dado que cada uno de los 16 ítems posee una puntuación entre los valores 1 (*muy en desacuerdo*) y 5 (*muy de acuerdo*) para cada aspecto de la orientación al mercado objeto de consideración, lo que supone una puntuación total mínima de 16 y una máxima de 80, se generaron cuatro intervalos determinantes de otros tantos niveles de orientación al mercado (*no orientado*, *algo orientado*, *bastante orientado*, y *muy orientado*). De esta forma se eliminaba el tramo de *"indiferencia"*, que pasaba a ser asumido por sus tramos circundantes para así mejorar la interpretación del índice.

RESULTADOS

El índice de Orientación al Mercado desde la perspectiva comportamental de los docentes en el Programas Académicos de Logística Internacional, se muestra en el gráfico No.1, en donde se puede apreciar que, el 50% de los docentes poseer un nivel medio-alto de orientación al mercado (esto es, situarse dentro de la categoría *bastante orientado*), y un 21 % adicional poseer un nivel elevado en relación a la orientación (categoría, *muy orientado*). Así mismo, se observa un 29% de los docentes presenta un índice bajo de Orientación al Mercado (categoría *algo orientado*). Cabe señalar que, en la presente investigación existe un 0% de docentes en la categoría de *no orientado*.
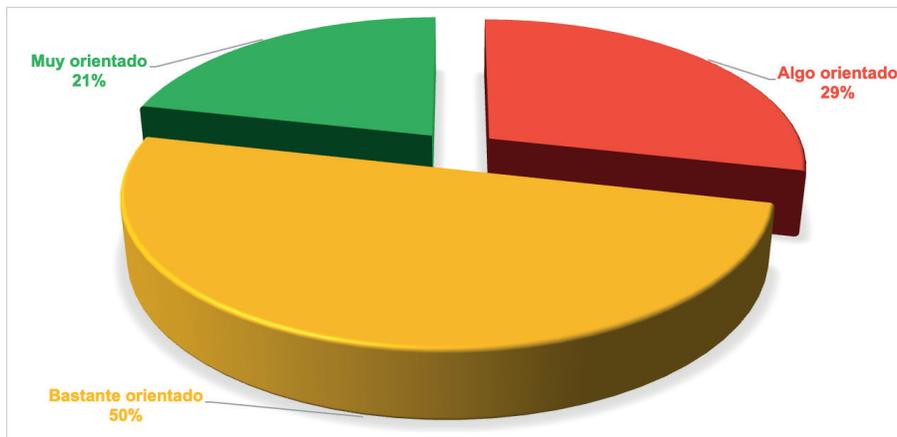
Gráfico 1. Nivel de orientación al mercado de los docentes del Programa Académico de Innovación de Negocios y Mercadotecnia .

Fuente: elaboración propia

No.	Categorías	% S/muestra
1	No orientado (16-31)	0.00
2	Algo orientado (32-47)	28.57
3	Bastante orientado (48-63)	50.00
4	Muy orientado (64-80)	21.43
		100

Tabla 1. Nivel de orientación al mercado de los docentes del Programa Académico de Innovación de Negocios y Mercadotecnia

Fuente: elaboración propia

Ahora bien, llevando este tipo de análisis a cada una de las subescalas, los resultados indican lo siguiente:

GENERACIÓN DE INTELIGENCIA

A la vista en el gráfico No.2, los resultados indican que el 36 % de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional poseer un nivel alto de Generación de Inteligencia de Mercado (Categoría de *Siempre Genera de Inteligencia de Mercado*), y un 43 % adicional poseer un nivel medio-alto en relación con esa misma Generación (categoría *A Menudo Genera de Inteligencia de Mercado*). Así mismo, se observa que el 7% de los docentes de la muestra *No Genera Inteligencia de Mercado*.
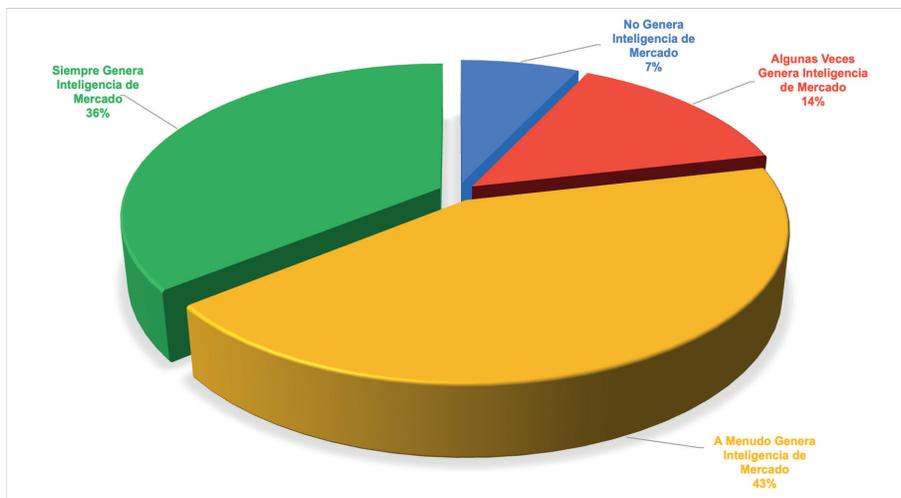
Gráfico 2. Nivel de Generación de Inteligencia de Mercado de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional

Fuente: elaboración propia

Rango	Clase	% S/muestra
(5-9)	No Genera Inteligencia de Mercado	7.14
(10-14)	Algunas Veces Genera Inteligencia de Mercado	14.29
(15-19)	A Menudo Genera Inteligencia de Mercado	42.86
(20-25)	Siempre Genera Inteligencia de Mercado	35.71
		100

Tabla 2. Nivel de Generación de Inteligencia de Mercado de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional.

Fuente: elaboración propia

DISEMINACIÓN DE INTELIGENCIA DE MERCADO

A la vista en el gráfico No. 3, se observa que el 72 % de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional poseen un nivel medio-alto de Diseminación de Inteligencia de Mercado (categoría *A Menudo Disemina de Inteligencia de Mercado*), y con el porcentaje similar (39 %) poseer un nivel medio-bajo en relación con esa misma Diseminación de Inteligencia de Mercado (categoría *Algunas Veces Disemina de Inteligencia de Mercado*) y tan solo el 17% presenta un nivel alto de Diseminación de Inteligencia de Mercado (categoría *Siempre Disemina Inteligencia de Mercado*). Se constató un bajo porcentaje del 5 % de docentes integrantes de la muestra analizada con la categoría *No Diseminan Inteligencia de Mercado*.
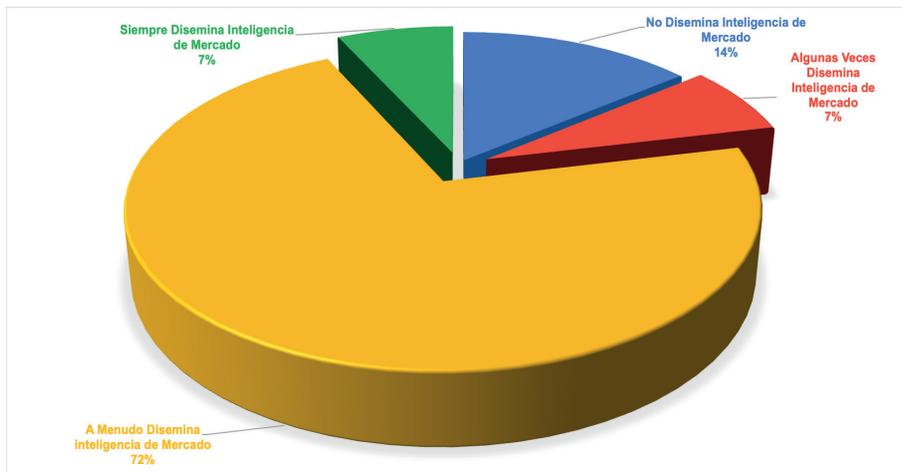
Gráfico 3. Nivel de Diseminación de Inteligencia de Mercado de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional.

Fuente: elaboración propia

Rango	Clase	% S/muestra
(5-9)	No Disemina Inteligencia de Mercado	14.29
(10-14)	Algunas Veces Disemina Inteligencia de Mercado	7.14
(15-19)	A Menudo Disemina inteligencia de Mercado	71.43
(20-25)	Siempre Disemina Inteligencia de Mercado	7.14
	Total	100

Tabla 3. Nivel de Diseminación de Inteligencia de Mercado de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional.

Fuente: elaboración propia

RESPUESTA A LA INTELIGENCIA DE MERCADO

A la vista en el gráfico No. 4, se puede observar que el 7 % de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional posee un nivel alto en el índice de Respuesta a la Inteligencia de Mercado (categoría *Siempre Responden a la Inteligencia de Mercado*), un 57% posee un nivel medio-alto en relación a la Respuesta de Inteligencia de Mercado (categoría *A Menudo Responden a la Inteligencia de Mercado*) y tan solo el 29% presenta un nivel medio-bajo de Respuesta de la Inteligencia de Mercado (categoría *Algunas Veces Responde a la Inteligencia de Mercado*). Cabe resaltar que el 7% de docentes integrantes de la muestra analizada se encuentran en la categoría de *No Responde a la Inteligencia de Mercado*.
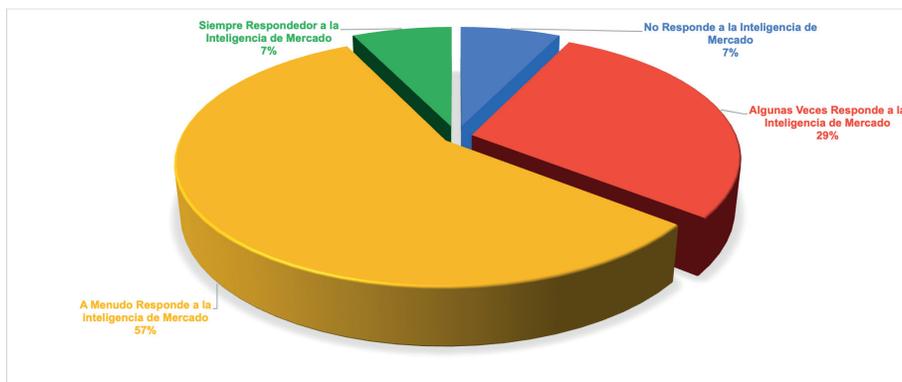
Gráfico 4. Nivel de Respuesta a la Inteligencia de Mercado de los docentes del Programa Académico de Innovación de Negocios y Mercadotecnia.

Fuente: elaboración propia

Rango	Clase	Total muestra % S/muestra
(6-11)	No Disemina Inteligencia de Mercado	7.14
(12-17)	Algunas Veces Disemina Inteligencia de Mercado	28.57
(18-23)	A Menudo Disemina inteligencia de Mercado	57.14
(24-30)	Siempre Disemina Inteligencia de Mercado	7.14
		100

Tabla 4. Nivel de Respuesta de los docentes del Programa Académico de Logística Internacional.

Fuente: elaboración propia

CONCLUSIONES

En la presente investigación, con base en el modelo de la Orientación al Mercado comportamental (Kohli y Jaworski (1990), y Jaworski y Kohli (1993, 1996)), del docente del Programa Académico de Logística Internacional, y teniendo en consideración las características específicas que rigen el funcionamiento de la IES, se ha concluido que la Orientación al Mercado del docente universitario consiste en la generación, diseminación y respuesta a la información para la satisfacción de las necesidades del mercado objetivo.

Lo descrito en el párrafo anterior permito determinar el índice de Orientación al Mercado del docente del programa académico de Logística Internacional. Los resultados de la presente investigación indican que el 33% de los docentes tiene un nivel alto de la Orientación al Mercado, mientras que la mayor concentración de los docentes se encuentra a la categoría de Esta Bastante Orientados al Mercado, así mismo se observa un área de oportunidad, dado que el 5% de los docentes presentan un índice de No Orientación al Mercado.

Ahora bien, a nivel de los componentes de la Orientación al Mercado, se observa una fortaleza en la Generación de Inteligencia del Mercado dado que el 39% de los docentes

exhibe el índice de Siempre Generar Inteligencia de Mercado; el área de oportunidad se presenta en la Diseminación de Inteligencia de Mercado donde solo el 17% de los docentes presenta un nivel alto de Diseminación de la Inteligencia de Mercado, en dicho componente las áreas de oportunidad se concentran en tres variables, las cuales son:

1) Reuniones periódicas para el intercambio información y toma decisiones

2) intercambio de información con los Programas Académicos del área de otras Universidades

3) flujo de información entre los docentes del programa académico.

Con base en lo anteriormente planteado, podremos concluir que la hipótesis de la presente investigación se cumple, aunque existen áreas de oportunidad para incrementar el comportamiento del docente Orientado al Mercado.

Los resultados obtenidos en este estudio son relevantes en el área de la Orientación al Mercado del docente de Nivel Superior, pero no se pueden generalizar dado que, se concretan a la Orientación al Mercado del docente del Programa Académico de Logística Internacional de la Universidad Tecnológica de Nayarit.

Implicaciones de la investigación: la presente investigación fortalece la corriente teórica de Orientación al Mercado, ya que se desarrolló en un país subdesarrollado y los resultados obtenidos son concordantes con los observados en la literatura. Así mismo los resultados obtenidos en la presente investigación no se pueden generalizar porque el tamaño de la muestra de la planta docente de la Institución de Educción es no representativo.

Originalidad y valor: es el primer estudio que se realiza en la Universidad Tecnológica de Nayarit en donde se determina el índice de Orientación al Mercado desde la perspectiva comportamental y los resultados pueden fortalecer dicha corriente teórica.

REFERENCIAS

Baber, Ruturaj; Upadhyay, Yogesh (2015). Examining the Role of Competition Intensity as Moderator on Market Orientation and Performance Relationship in Private Universities. *South Asian Journal of Management*; Tomo 22, N. º 1, (Jan-Mar 2015): 97-113.

Caruana, A., Ramaseshan, B., & Ewing, M. T. (1998a). Do universities that are more market oriented perform better? *International Journal of Public Sector Management*, Tomo 11, No. 1, pp. 55-70.

Flavián, B.C. and Lozano, V.F.J. (2001), "Diseño de una escala para medir la orientación al entorno de la nueva formación profesional" ("Design of a scale to measure the orientation to environment of the new professional training"), XI Congreso de la Asociación Española de Economía y Dirección de la Empresa (ACEDE), Zaragoza.

Flavián, Carlos and Lozano, Javier (2006). Organisational antecedents of market orientation in the public university system. *International Journal of Public Sector Management* Vol. 19 No. 5, 2006 pp. 447-467.

Flavián, Carlos y Lozano, Javier (2005). Relación entre orientación al mercado y resultados en el sistema público de educación. *Revista Asturiana De Economía*. No 32, pp. 69-93.

Flavián, Carlos y Lozano, Javier (2007a). Influencias ambientales en la relación orientación al mercado-resultados del profesorado de marketing en la Universidad española. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*. Núm. 32, septiembre 2007, págs. 049-080

Flavián, Carlos y Lozano, Javier (2007b). Market Orientation of Spanish Public Universities: A Suitable Response to the Growing Competition. *Journal of Marketing for Higher Education*, Vol. 17(1), pp. 91-116.

Kohli, A. K., & Jaworski, B. J. (1990). Market orientation: The construct, research propositions, and managerial implications. *Journal of Marketing*, 1-18.

Küester-Boluda, Inés; Avilés-Valenzuela, María Elena (2011). El estilo de liderazgo y la orientación al mercado: Su repercusión en la satisfacción en el trabajo del docente universitario *Journal of Globalization, Competitiveness & Governability*. vol. 5, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 64-79.

Küester-Boluda, Inés; Avilés-Valenzuela, María Elena (2012). El docente universitario y sus efectos en el estudiante. *Studios Sober Education* / VOL. 23 / 2012 / 157-182

Ma, Jun; Todorovic, Zelimir (2011) . Making universities relevant: market orientation as a dynamic capability within institutions of higher learning. Academy of Marketing Studies Journal, supl. Special Issue 2; Tomo 15, (2011): 1-15.

Mokoena, Aubrey Bakae; Mafini, Chengedzai; Dhurup, Manillal (2015). Navigating the influence of marketing orientation on university performance. Studia Universitatis Babes-Bolyai. Tomo 60, N.º 3, 22-40.

Mostaque Ahmed Zebal; Goodwin, David R. (2012). Market orientation and performance in private universities. Marketing Intelligence & Planning; Tomo 30, N.º 3, (2012): 339-357.

Narver, J. C., & Slater, S. F. (1990). The effect of a market orientation on business profitability. *Journal of Marketing*, 20-35.

Webster, Robert L; Hammond, Kevin L. (2014). Market orientation effects on business school performance: views from two management levels. Academy of Educational Leadership Journal; Tomo 18, N.º 4, (2014): 231-244.

Yu, Qionglei, Asaad, Yousra, Yen, Dorothy A., Gupta, Suraksha (2018). IMO and internal branding outcomes: an employee perspective in UK HE. *Studies in Higher Education*, Vol. 43, Issue 1. Pp 37-56.

O RPG DE MESA COMO ARTE-JOGO: IMPLICAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS

Data de submissão: 11/09/2024   *Data de aceite: 01/11/2024*

Eliézer Nathan Gonçalves Ramos
Acadêmico do curso de Psicologia.
Universidade Estadual de Maringá.

Pedro Bisacchi Lima
Acadêmico do curso de Psicologia.
Universidade Estadual de Maringá.

Alvaro Marcel Palomo Alves
Doutor em Psicologia (UNESP). Professor Associado na Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

INTRODUÇÃO

O RPG (Role-Playing Game) de mesa, ou TRPG (Tabletop Role-Playing Game) é um jogo de "interpretação de papéis" que faz parte da cultura pop e é mundialmente conhecido, inspirando e sendo retratado em diversos filmes e séries de TV, como por exemplo a série animada A Caverna do Dragão ou mais recentemente a série *Stranger Things*. O jogo funciona a partir de sistemas, que são um conjunto de regras para a criação de personagens e ambientação da história que será interpretada, além de regras para testes, que são a maneira de saber se as atitudes que os jogadores desejam executar são ou não bem sucedidas. Esses sistemas variam de acordo com o tipo de jogo que se pretende jogar, como jogos de fantasia, ficção científica, terror, entre outros. Para isso, é necessário um mestre, também conhecido como narrador, GM (Game Máster), ou DM (Dungeon Máster) que é responsável por criar parte da história, o cenário e os desafios para os jogadores superarem. Os jogadores, por sua vez, criam personagens fictícios com habilidades e histórias únicas. Durante o jogo, os jogadores interpretam seus personagens, tomando decisões que afetam o rumo da narrativa e o mundo ao seu redor, enquanto o GM narra os eventos e interpreta os personagens não jogáveis (NPCs) do mundo fictício. O jogo é composto por objetivos que geralmente giram em torno do cumprimento de uma missão, mas a ênfase está na colaboração e no desenvolvimento da história e dos personagens, em vez de vencer ou perder.

Os dois primeiros autores deste trabalho são jogadores de RPG e se reúnem mensalmente com um grupo de amigos para fazerem sessões (como são denominadas as parcelas de uma aventura, semelhantes aos atos de uma peça teatral, geralmente com várias cenas), que se tornaram importantes para todos os integrantes do grupo. O interesse pela relação entre RPG e vivências surgiu devido ao nosso envolvimento com o jogo e as experiências vivenciadas nas sessões e após estas. Uma mistura de jogo, brincadeira e teatro.

Para trabalharmos este tema, utilizamos da perspectiva Sócio-Histórica da Psicologia, pois por ser uma perspectiva de base marxista não cai em reducionismos psicologizantes e nem negligencia a singularidade do indivíduo particular. Pelo contrário, entende que a psicologia do indivíduo é precisamente o objeto da psicologia social, uma vez que o indivíduo existe sempre como sujeito histórico que transforma e é transformado por sua realidade em um processo dialético "singular-particular-universal". Assim, ao estudar a totalidade do fenômeno psicológico e tratá-lo como objeto desse estudo, busca-se compreender não somente as especificidades dele, nem apenas o mundo como determinante do indivíduo singular. É necessário compreender as singularidades do fenômeno, as suas formas de subjetivação, aquelas que o tornam único; é necessário também compreender a realidade histórica e material na qual o objeto se situa; Assim como também é necessário compreender as particularidades do objeto enquanto processo, que ao mesmo tempo em que aproxima universal-singular, também difere um do outro.

Por essa perspectiva, ao falar dos RPG's devemos saber como esse tipo de jogo surgiu: foi com o seu maior expoente atual, o D&D (Dungeons & Dragons), criado por Gary Gygax e Dave Arneson em 1974, que foi primeiramente lançado pela Tactical Studies Rules Inc. (TSR) como um tipo de suplemento que adicionava batalhas individuais ao wargame Chainmail. Em pouco tempo, D&D ganhou bastante visibilidade, o que permitiu o lançamento de novas edições e suplementos de jogo (algo incomum para o mercado de board games na época) e a cada suplemento, D&D se distanciou dos wargames que foram sua inspiração e se tornou um jogo único com elementos da literatura fantástica e de contos, mas ainda possuindo "mecânicas" de wargames e outros jogos de tabuleiro. Portanto, apesar de ser algo novo e diferente dos Wargames que o inspiraram, o RPG ainda mantém características desses jogos, tais como a estratégia, o balanceamento, as regras, entre outros elementos. Todas essas coisas são geralmente descritas em um manual e tornam o RPG de fato um jogo e não pura interpretação.

O D&D hoje é um dos sistemas de RPG mais jogados do mundo e está em sua 5ª edição, que possui regras para monstros, personagens jogáveis, divindades, mapas, além de romances, contos e podcasts. Inspirados no D&D, existem hoje diversos outros sistemas diferentes, mas o que caracteriza a todos é "um mundo do jogo" onde ocorre interação e colaboração entre os jogadores, que tem "poder narrativo compartilhado" para a criação conjunta de histórias. Essas histórias que são interpretadas pelos jogadores são em

grande medida improvisadas, mas geralmente obedecem à regras gerais e papéis sociais de acordo com as "build's" de personagem (maneira como você cria seu personagem, de acordo com as regras do jogo) e os jogadores adotam esses papéis na dramatização e vão desenvolvendo seu conteúdo a partir das relações sociais que acontecem em jogo. O jogador do RPG cria um personagem cuja singularidade está em contato com a universalidade que é posta pelo sistema do jogo e durante as sessões são criadas histórias nas quais o jogador faz o papel de seu personagem. Portanto, o RPG pode ser descrito como um jogo-teatro e parte do dilema posto ao teatro enquanto arte e enquanto interpretação que causa imersão, é posto também ao RPG, já que na imersão dos jogadores em seus papéis eles se alegram, entristecem, sentem raiva e são afetados das mais múltiplas formas por algo que "não é real", mas são performances. Os jogadores sabem que as histórias e personagens não são "reais", mas não deixam de ser afetados por elas em sua interpretação de papéis. O jogador imerso passa por processos de desenvolvimento e vivência tal qual seu personagem, porque no fim não há clara separação entre jogador e personagem, pois um criou o outro a partir de sua própria história, sua própria vivência.

O termo original para a categoria de vivência aqui citada é perezhivanie, que é um termo de difícil tradução e que teve sua disseminação bastante dificultada por diversos motivos. Faz-se necessário que o conceito de vivência seja melhor trabalhado ao longo da pesquisa, porém é justificável que esta categoria seja relacionada ao RPG desde já, pois os possíveis sentidos de Perezhivanie é "processo de experimentar algo" e "conteúdo desse processo". Esse processo-conteúdo acontece no RPG, porque acontece a todo momento, porém ele origina novas vivências, enquanto um instrumento mediador das pessoas com o seu ambiente social. Sendo assim, o RPG poderia ser usado para a promoção de vivências que gerassem novas significações na vida dos jogadores. Já temos muitas pesquisas sobre RPG e educação e como este jogo pode ser favorável para o ensino escolar de um currículo formal de matérias, contudo as pesquisas não lidam com a possibilidade catártica e artística que essa promoção de novas vivências poderia proporcionar, pelo contrário, lidam com o RPG apenas como jogo, utilizando-se de conceitos importantes como comunidades de aprendizagem, zona de desenvolvimento proximal e imaginação, mas esquecendo-se dessa dimensão "artística" da contação e interpretação das histórias e principalmente do papel mediador de vivências que o RPG tem.

Como o RPG é um jogo de fama mundial, jogado por milhões de pessoas e que por consequência, faz parte das vivências dessas pessoas, estudar aquilo que ele proporciona enquanto objeto mediador das relações sociais se torna de grande importância, é possível ir além do simples "brincar", podendo explicitar contradições e servir de instrumento para a superação de problemas sociais, assim como é possível criar histórias que não reproduzam estruturas e ideologias de opressão, afinal enquanto arte o RPG é ideológico. São estas as possibilidades que planejamos explorar em nosso trabalho, encontrando as particularidades do RPG, entendendo-o como jogo-teatro e nos aprofundando nos estudos

de Vygotsky sobre arte e vivência, a fim de encontrar possibilidades artísticas para o uso do RPG como um mediador capaz de transformar relações sociais, para que as sessões sejam potencializadoras da vida daqueles que o jogam.

FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO JOGO E DA ARTE

Como dito anteriormente, o RPG é arte-jogo e nessa síntese reside a particularidade do RPG enquanto jogo de interpretação de papéis e contação de histórias. Portanto, para análise do RPG é necessário que sejam trabalhadas essas duas categorias de modo separado antes de partir para o RPG como um todo. Para começar, vamos lançar o olhar para os fundamentos sócio-históricos do jogo e da arte sem a intenção de esgotar essas duas categorias, definindo-as de modo último, mas a fim de capturar os processos envolvidos na vivência do jogo e da arte e compreender o fenômeno dessa forma, a partir da relação do indivíduo com o mundo através da mediação das relações sociais no RPG, ou seja, tratando o RPG como mediador.

Da arte

Pensando a arte à luz da perspectiva sócio-histórica, é preciso descrever, como ponto de partida, a construção de uma metodologia referente ao problema psicológico da arte, que foi inicialmente separada em dois vieses metodológicos, o “psicológico e o não psicológico”, descritos como “estética de cima e estética de baixo”, que utilizam o termo “estética” como seu elemento central e disparador para uma análise psicológica da arte, sendo que, o comportamento estético, atrelado à maneira como em uma dada circunstância temporal, o sujeito detém uma percepção, sensação e fantasia específica de um objeto estético específico (VYGOTSKY, p. 7, 1999). Diante disso, para conceituarmos brevemente os dois fundamentos mencionados e não nos aprofundarmos nesse ponto em questão, o primeiro — a estética de cima — também interpretada como sociologia da arte, está pautado em uma visão materialista histórica que destaca o estudo da atividade dos mecanismos psicológicos dos indivíduos, enquanto que o segundo, — estética de baixo — ou também a psicologia da arte, estuda o próprio psiquismo social, o seu funcionamento (TOASSA, p. 88, 2009). Portanto, a questão a ser considerada é o enfoque a ser dado na perspectiva psicológica da arte da qual Vigotski vai se ater através da defesa de um estudo da gênese das reações estéticas, partindo-se do fundamento de que “não há diferença de princípio entre os processos de criação popular e individual” (VYGOTSKY, p. 17, 1999).

Perante a esse pressuposto mencionado, podemos introduzir uma análise que leve em conta esse caráter objetivo e dialético dentro do cenário artístico, entendendo que a arte permeia o meio que relaciona o indivíduo e o mundo, sendo utilizada como recurso que estrutura e ordena as tensões provocadas em contato do sujeito com a sua realidade (TOASSA, 2011). Diante disso, a arte, por sua vez, é determinada por um modelo de

organização referente à constituição do psiquismo do indivíduo social, trabalhando em cima de uma área que corresponde ao campo dos sentimentos, que passa a ser considerado da seguinte maneira:

> [...] ao se estabelecer como o social em nós, a arte teria a função de superar o sentimento individual – e seu aspecto mobilizador estaria em possibilitar a transformação e a transferência da experiência comum. A arte transcende o âmbito individual do artista, constituindo-se em uma dimensão duplamente social: sendo criação única, individual e inimitável, é a criação de um indivíduo também socialmente determinado; a obra de arte satisfaz a necessidade de expressão não apenas do sujeito criador, mas também dos outros, que só pode ser suprida dentro de um diálogo estabelecido entre a obra e seu público, entre o artista e o espectador (CAPUCCI, p.356, 2018).

Deve-se entender o termo "social" não apenas como um conglomerado de indivíduos, pois a sua existência também está retratada no âmbito individual, as emoções que são dadas socialmente tornam-se também emoções pessoais, sem que ela perca esse seu caráter social (VYGOTSKY, p. 315, 1999). Retornando ao campo de atuação que a arte se insere, vemos, por exemplo, os sentimentos expressos pelo ator — diante de uma interpretação de um papel — que se diferem dos sentimentos experienciados de uma maneira direta, sendo mediados pela memória e imaginação, isto acarreta em um conflito entre ações que caracterizam a vivência propriamente dita do ator e a vivência dada em seu contexto interpretativo, que quando posto em ação, gera essa situação conflitante entre duas forças opostas, entre o ser e o não ser, entre o choque do interno e do externo vivenciado pelo indivíduo, que caracteriza, portanto, a definição do drama (CAPUCCI, p. 360, 2017).

É importante ressaltar o atravessamento de um caráter ideológico por detrás de todo esse aparato artístico da qual estamos mencionando, pois ao nos inserirmos dentro de um contexto social, necessitamos da apropriação do mecanismo da linguagem como meio de nos comunicarmos socialmente e estabelecermos nossas relações sociais, contudo ela é permeada por um conjunto de representações e significados provenientes nas raízes históricas de um grupo social (LANE, p. 41, 1989). O termo "ideologia" trata-se de uma falsa consciência; essas "falsas impressões" demonstram como as verdadeiras motivações não estão no campo da consciência, culminando na criação de falsas forças motivadoras (VYGOTSKY, p. 24, 1999). Com isso, a disseminação da sua reprodução no âmbito individual está atrelada à sua ação-pensamento que será mediada pela linguagem.

Porém, o pensar uma ação, pode ser um confronto das possíveis consequências tanto imediatas como mediatas. Este pensar recupera experiências anteriores, quando ações transformaram o ambiente e outras, omitidas, mantiveram o status quo, apesar de ter havido uma necessidade que gerou a contradição entre fazer/não fazer. Refletir sobre estas contradições e suas consequências fará com que a ação decorrente seja um avanço no processo de conscientização. [...] se a contradição é enfrentada, é analisada criticamente e

é questionada no confronto com a realidade, o processo tem continuidade, onde cada ação é renovada e repensada, ampliando o âmbito de análise e da própria ação, e tem como consequência a conscientização do indivíduo (LANE, p. 43-44, 1989).

Mediante ao que foi dito, podemos observar que a arte também é atravessada por essas contradições na sua própria composição, na qual iremos adiante destrinchar os conceitos de forma e conteúdo, de seu enredo e seu material, para determos a consciência do funcionamento de seu processo. Neste último mencionado, o seu material, ele está atrelado às questões que estão dadas materialmente, como nossas relações sociais, ambientes, caracteres, etc., enquanto que a forma é a maneira como esse material está disponibilizado e o seu potencial de destruir o que já está dado — o conteúdo — e transformá-lo em algo novo, representando o ápice da reação estética quando essas duas vertentes se unem em uma só (TOASSA, p. 104, 2011). Para o RPG, esse modo de articulação que compõem qualquer elaboração artística é um fator primordial para dar prosseguimento no surgimento de novos complexos emocionais para os jogadores que nele estão imersos. Esses novos complexos emocionais advêm de uma forte energia investida no processo de vivenciar o andamento da obra — resultante do conflito entre a forma e o conteúdo e a sua transformação no seu contrário — em consonância com a suspensão do julgamento dela, uma espécie de mergulho na obra de arte (TOASSA, p. 94, 2011). É através da fantasia que a arte pode exercer seu papel central de possibilitar a catarse — termo este utilizado para referir-se ao aumento da tensão produzida pela obra diante do conflito do material e da forma (TOASSA, p, 95, 2009). — dos nossos próprios sentimentos, na qual podemos separá-los, para nos determos de uma maneira mais didática, o melhor entendimento de cada um destes, relembrando que constituem parte de um todo representado pelo uso da palavra “sentimento”, sem perder de vista essa sua composição holística, sendo eles a Lei da dupla expressão dos sentimentos, Lei da realidade dos sentimentos, Lei do signo emocional comum, e Lei do consumo unipolar de energia (TOASSA, p, 107-108, 2011).

Do jogo

Como dito anteriormente, o RPG é um jogo de interpretação e contação de histórias e o jogo é um elemento extremamente importante para a psicologia sócio-histórica, sendo bastante estudado enquanto atividade principal da criança na fase pré-escolar nas teorias do desenvolvimento, sendo a atividade principal aquela em que ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança e dentro da qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento (LEONTIEV, p. 122. 2017).

Primeiro, para definir jogo/brincadeira de modo muito geral, podemos citar Leontiev:

> [...] o brinquedo é caracterizado pelo fato de seu alvo residir no próprio processo e não no resultado da ação. Para uma criança que está brincando

> com cubos de madeira, por exemplo, o alvo da brincadeira não consiste em construir uma estrutura, mas em fazer, isto é, no conteúdo da própria ação. Isto é verdadeiro não apenas no caso das brincadeiras do período pré-escolar, mas também no de qualquer jogo em geral. A fórmula geral da motivação dos jogos é "competir, não vencer" Por isso, nos jogos dos adultos, quando a vitória, mais do que a simples participação, torna-se o motivo interior, o jogo deixa de ser brincadeira (LEONTIEV, 2017, p. 122).

A partir disso, podemos prosseguir com a premissa de que o surgimento do jogo na vida infantil não é algo natural, mas surge da necessidade da criança de apreender o mundo cultural humano historicamente colocado diante dela. Essa premissa é fundamentada na teoria da atividade da psicologia sócio-histórica em que, estando a criança em um lugar nas relações humanas em que não pode tomar parte dos papéis destinados aos adultos, por estarem além de suas capacidades físicas. É por meio da atividade o sujeito converge para si as ações e operações que o sujeito realiza e faz coincidir as necessidades com os motivos, ações e operações — que essa necessidade será satisfeita. Nessa fase do desenvolvimento, não há atividade teórica abstrata e o mundo se apresenta à criança como ação humana que manipula os objetos (LEONTIEV, p. 120. 2017). O jogo, então, surge sob a forma de jogo protagonizado (jogo de papéis) e serve como solução desse desafio, sendo o jogo protagonizado aquele em que a criança imita uma personagem de modo generalizado, adequando suas operações ao papel que lhe cabe dentro da brincadeira. Essa generalização serve justamente à função dessa brincadeira enquanto atividade principal: resolver a contradição entre a necessidade da criança e sua capacidade. Assim, o jogo de papéis conserva o conteúdo na interpretação, mantendo os significados das ações e tornando a própria ação em objetivo na brincadeira, porém as operações não coincidem com o conteúdo do brinquedo, alterando seu sentido. Para exemplificar, pensemos em um grupo de crianças que brinca de escolinha: Cada criança tem seu papel, uma pode ser o (a) professor (a), outros são os alunos e outro (a) pode ser o diretor (a), mas a criança que faz o papel de aluno (a) não age como professor (a), mesmo que esse papel lhe pareça mais interessante ou divertido. Se houver desconforto da criança quanto ao papel que assumiu, o comum é que a mesma deixe a brincadeira ou queira trocar de papel, mas não desobedeça às regras. Mesmo assim, a criança que interpreta um (a) professor (a) não está de fato realizando as operações características de um professor no exercício de sua função, a criança não está lecionando. Para ela, os sentidos do papel do professor ainda estão sendo construídos e não há necessidade de ensinar nada. As regras não são claras no jogo protagonizado, mas são latentes, pertencem ao conjunto de características definidoras de um papel social reconhecido pela criança e por isso mesmo a interpretação dela é generalizada e difere de uma dramatização (que aparece em jogos de dramatização, uma produção mais artística que vai do generalizado ao típico da personagem interpretada e surge posteriormente no desenvolvimento infantil). O jogo de papéis, portanto, possui essa função de permitir que a criança integre uma relação ativa não apenas com as

coisas diretamente acessíveis a ela, mas também com o mundo mais amplo, isto é, ela se esforça para agir como um adulto, que para ela se apresenta como dominador dos objetos em um mundo que se apresenta diretamente na forma de ação humana com essas coisas (LEONTIEV, p. 121, 2017). A partir do jogo, a criança resolve a contradição da sua incapacidade e sua vontade de agir, sendo o jogo uma atividade cujo fim não é um resultado, mas a própria ação. No jogo, a criança pode manter o conteúdo da ação e mudar suas operações, justamente porque o objetivo da brincadeira não coincide com o objetivo que está sendo generalizado pela criança. Ou seja, a criança pode mudar os objetos, desde que mantenha a sua relação de domínio e atividade sobre eles de acordo com as regras latentes do jogo.

O RPG não é um jogo protagonizado infantil, porém uma luz sobre esse tipo de brincadeira e sobre o próprio desenvolvimento dos jogos que acontece a partir deste primeiro tipo, será de grande importância para o estudo do RPG, que poderia ser mais facilmente enquadrado como, ou comparado com jogos de dramatização e jogos de fantasia em um primeiro momento, mas o RPG possui particularidades que acontecem na vivência dos jogadores que, para serem analisadas, podem ser comparadas aos jogos protagonizados e por isso, sem definir o RPG, foi necessário apresentar essas características de jogo. Agora, também se faz necessário descrevermos os outros tipos de jogos percebidos por diversos autores da psicologia no desenvolvimento do jogo infantil e mais especificamente estudados por Elkonin e Leontiev. São esses: O jogo com regras, jogos de dramatização e jogos de fantasia.

Da Perezhivanie

Sabemos a importância teórico-prática que Vigotski trouxe com suas publicações sobre diversos âmbitos até então não esclarecidos no campo da psicologia, que não se restringiram apenas dentro de seu contexto territorial, na qual passaram a ser traduzidas para outros lugares do mundo, entre eles o contexto ocidental. Desde o processo de tradução para o idioma português da obra proveniente do bielo-russo, passando por traduções anteriormente feitas do russo para o inglês, e outras feitas diretamente do russo para o português, o termo perejivânie trouxe inúmeras divergências com relação ao seu significado — que adiante iremos retratar separadamente, para uma melhor didática, as duas definições de perejivânie —, a palavra em russo traz em sua definição um intenso estado emocional perpassado pelos sentimentos e experiências vivenciais (TOASSA, p. 55, 2009). Ao mesmo tempo, a palavra também engloba o conteúdo desse processo de experienciar algo, entretanto, ela também vem apresentar uma outra vertente de concepção dentro da teoria de Vigotski, que elenca como um ‘prisma’, que ‘refrata’ o meio social (P2. 1), a unidade de personalidade e o ambiente (P2. 2) e a unidade funcional da consciência (P2 .3)” (SCHMIT, p. 2, 2018). Para uma melhor elucidação, aprofundaremos, de primeiro

momento, a primeira vertente do termo perejivânie, recorrendo à sua etimologia. O pier traz uma concepção de atravessamento, uma passagem, um recorte de um momento específico da vida, o jit é o próprio processo de vivenciar as situações particulares enquanto que, a palavra por completo, perejivânie, retrata um movimento, um processo de "vivência de conteúdos de finalização incerta'' (TOASSA, p. 57-58, 2009).

Para uma melhor descrição desses movimentos experienciados em certos conteúdos, entendemos que no processo de constituição da personalidade humana terá de partir de um acontecimento experienciado no plano material que é internalizado, ou seja, subjetivado, proporcionando, dessa forma, um novo significado em relação ao plano material e ao plano pessoal do sujeito, que por sua vez, dentro deste último, é dado um sentido à conduta do sujeito na relação com o outro e também consigo próprio (CAPPUCI, 2018). Sendo assim, podemos entender da seguinte maneira:

> [...] os processos de significação (re) produzidos nas relações sociais não se separam daquilo que somos, ao contrário, é a dimensão mutante e inacabada (se assim conseguimos dizer) do que somos e do que poderíamos ser. É uma condição dramática (de ser) do humano [...] Na pessoa social está amalgamado, contraditoriamente, um campo conflituoso de posicionamentos sociais que vão definindo formas de atuação, mais especificamente, modos de ser, agir, pensar e (ressaltamos) modos de sentir que são singulares. Tais performances sociais se organizam dentro de um tecido cultural particular, permitindo pela possibilidade criadora da história e emergente nas relações sociais (Silva & Magiolino, 2016, p.47).

É a partir desta constatação que podemos aferir um conceito desenvolvido por Vigotski denominado Homo Duplex, que elenca o fato de uma pessoa se situar em um limiar entre posições que estarão dadas dentro de um contexto interno e externo, na qual implica em contradições manifestas no plano material, em virtude de assumirem papéis em que seus conteúdos venham a sofrer transformações, mediante à tomada de posição nas relações interpessoais (CAPPUCI, p. 354, 2018). Agora, a partir disso, podemos caminhar para outra concepção relacionada ao conceito de perejivânie que estará articulado à palavra performance. O propósito em questão de utilizar dessa palavra é que ela provém de uma definição de "ser quem nós somos", mas ao mesmo tempo o traçar um novo perfil, que pode ser desenvolvido dentro de relações sociais mediadas pelas peças teatrais em que promovemos a atuação de um personagem, ou mesmo a performance — que se trata de uma maneira consciente e de certa forma exercendo um domínio sobre o nosso processo de desenvolvimento social — que possibilita novos significados para nós mesmos, e por consequência, nos promove a perejivânie, sendo justamente essa parte de atuar relacionada ao prisma de Vigotski, o refratar do ambiente em outras formas — nesse caso a peça teatral — sem ser a realidade propriamente dita (SCHMIT, p. 3-4, 2018).

Portanto, para sintetizarmos o que foi descrito, a perejivânie ou vivência, de acordo com as discussões em diversos autores, pode ser entendida enquanto fenômeno e enquanto conceito. Enquanto fenômeno, pode ser tanto o processo de experimentar algo

quanto o conteúdo desse processo e está ligado à experiência de passar por algo — como passar por um momento difícil da vida, ou passar por um evento que cause forte emoção — enquanto que o seu conceito está também atrelado à performance, a sua capacidade de trazer novos significados através de um domínio de seu desenvolvimento social, que possibilita também a perejivânie.

O RPG como arte-jogo

Depois de passarmos pelo estudo geral dos jogos, da arte e da vivência, além de estudar a história e as mecânicas do RPG, cremos que seja possível partir para o próximo passo da análise: sintetizar os achados naquilo que é nosso objeto de estudo, a experiência total do jogador de RPG ao se expor às relações sociais do jogo e submeter-se ao mesmo. Para tal, é necessário compreender que o RPG é um jogo que demanda muito tempo e compromisso de seus jogadores, o que leva a formação de um grupo mais ou menos coeso que tem o seu objetivo comum no jogo e também tem suas relações muito mediadas por ele. Esse cenário é importante pois veremos como a capacidade do RPG de potencializar seus jogadores está invariavelmente ligado ao fato de ser um jogo coletivo.

Para dar início ao jogo é necessário que os jogadores criem suas fichas e histórias de personagem. Essas personagens possuem certas características gerais relacionadas ao sistema e regras para sua criação, o que logo de início revela à nossa análise que 1) Diferentemente dos jogos pré-escolares, o RPG demanda capacidade de compreensão da regra em um nível superior, não obstante é comum que jogadores novos tenham dificuldade de entender as regras do jogo e se apeguem às instruções mais diretas dadas pelos companheiros que jogam há mais tempo e se conectem mais aos elementos imaginativos da construção da personagem; e 2) As regras para a criação da personagem delimitam aquilo que ela pode ser, mas ainda assim a capacidade de criação em torno dessas regras é infindável e nela reside um dos elementos mais importantes para nós: a criação artística da qual parte o jogador, aquilo que justifica o RPG enquanto arte.

Acreditamos que seja possível, a partir desse primeiro ponto, concluir que existe grande semelhança do RPG com os jogos de papéis no que tange ao movimento de apreensão do papel feito pelo jogador. A personagem que será interpretada não tem um texto pronto com suas falas ou um script pronto de ações, mas um conjunto de características determinadas por sua história e, ao interpretar a personagem, o jogador entra em um processo de desenvolvimento dessa personagem que parte dos papéis atribuídos à mesma pela vivência do próprio jogador que a criou. Em outras palavras, o jogador atribui (mesmo que inconscientemente) papéis sociais à sua personagem a partir de cada elemento criado e ao começar a jogar inicia um processo de desenvolvimento ou reorganização dos signos ligados à ação desses papéis, pois eles serão expostos à dinâmica história elaborada em conjunto pelo grupo. Outro ponto de contato entre a forma do jogo pré-escolar de papéis

e o RPG é que o jogo é o objetivo do jogo e a apreensão do papel se dá de forma gradual até que se complexifique em outras formas (no jogo com regras, nos jogos de fantasia, nos jogos de dramatização), quando um objetivo que faça sentido emerge ao jogador e ele passa a complexificar sua personagem, que passa das generalizações dos papéis à tipicidade, como na passagem do jogo pré-escolar ao jogo de dramatização, atividade tida como pré-estética. Tudo isso é muito fácil de notar em jogadores menos experientes, que como já foi pontuado não possuem grande afinidade com as regras e, portanto, se atém mais a experiência da interpretação e interpolam menos à modalidade de jogo de tabuleiro, de jogo com regras. Antes de partirmos para o próximo tópico, cabem dois apontamentos importantes: Primeiro, nota-se que a experiência de jogo no RPG é múltipla e depende de muitos fatores, como a familiaridade, a coesão do grupo, os rumos tomados na história, o sistema utilizado, entre outros fatores. Portanto, nosso esforço não é de esgotar o tema, nem de encontrar uma descrição dos processos psicológicos que caiba em toda experiência de jogo, mas demonstrar as particularidades do RPG e as possibilidades que a teoria sócio-histórica traz para compreensão dele, o que ele pode ser capaz de ajudar a desenvolver as teorias sobre artes, jogos e vivências dentro psicologia e como o RPG pode agregar para a prática da psicologia. Em segundo lugar, é possível e correto afirmar que existe um certo paralelismo entre o desenvolvimento do jogo enquanto categoria e o desenvolvimento das aventuras de RPG. Cada mesa possui aventuras longas, de tempo indeterminado, e sessões de jogo que podem durar horas. Assim, o jogo se modifica em forma e conteúdo durante o tempo e o desenvolvimento das personagens faz parte disso.

Voltando para os pontos levantados anteriormente, mencionamos a criação das personagens pelos jogadores e do mundo de fantasia pelo mestre. A partir desse processo de criação da história, podemos dizer que o jogador inicia o jogo como artista, autor de uma história que será apresentada a toda a mesa de jogadores não tão somente de maneira escrita, mas também será interpretada por ele. O autor-jogador passa por aqueles dilemas levantados não tão somente por Vygotsky, mas também por ele, quanto a separação entre personagem-criador, onde o criador coloca no papel necessariamente algo de si (pois parte de si). Esse processo de criação e seus resultados são inseparáveis da história e da expectativa do jogador, das vivências que formaram e que compõem a unidade do sujeito, sua subjetividade articulada em técnica criativa e desenvolvida objetivando os outros da mesa de jogo e o próprio jogo. A articulação entre vivência e RPG se dá, então, como pressuposto da imersão necessária para qualquer jogo de interpretação e essa imersão é possível pois quem cria a personagem, se confunde com ela ao organizar um sujeito fictício a partir de uma história inventada, mas que não surge de um vazio e sim das vivências de seu inventor.

Sendo a articulação das vivências e do jogo, pressupostos da imersão, o seu contrário é também verídico: É preciso que haja imersão para que haja vivenciamento e faz-se necessário aprofundar-se os estudos relacionados às categorias de imersão e

sangramento, conhecidas no teatro e comentadas por Vygotsky em A Tragédia de Hamlet: Príncipe da Dinamarca.

Seguindo, reitero que as criações das histórias do jogo são delimitadas pelo sistema de regras escolhido. Aqui encontramos um tipo de dupla mediação da criação, uma que se dá explicitamente pelas regras do jogo à partir de papéis de fantasia, ou seja; as classes, raças e categorias similares nos sistemas, que impactam a experiência em nível de mecânica de jogo; e a mediação que se dá pela vivência de cada jogador ao decidir por essas e outras características da personagem. Como exemplo, ao criar um personagem em Tormenta 20 que seja um elfo (raça) ladino (classe) do gênero masculino, a experiência de criação e posteriormente de interpretação será mediada por mecânicas bastante explícitas e matemáticas de jogo, como bônus ou desvantagens em situações de combate; mas também por todos os sentidos que os papéis elfo, ladino e masculino assumem na vivência daquele jogador. Afinal, mesmo essas criaturas místicas e fantasiosas possuem um conjunto de características ligadas ao signo. Um elfo normalmente seria sábio, altivo e belo, pois essas são características comuns aos elfos da literatura fantástica e cinema modernos e contemporâneos. Além disso, criar um personagem com poucos bônus em testes de inteligência o torna necessariamente inapto para algumas situações de jogo e não se pode apenas abandonar essa característica explicitada em números e dados na ficha da personagem. Ao criar uma personagem que se aproxime dessas características, o jogador aproxima o sentido do significado e o oposto também pode acontecer, em um movimento dialético característico do papel enquanto categoria componente da subjetividade.

Essas regras que mediam o jogo de forma mais matemática estão ligadas às outras que são de ordem implícita e simbólica. No decorrer da história do jogo, ambas se articulam em conteúdo e forma dos desafios que as personagens enfrentarão. Narrativa artística e jogo se encontram então, quando o jogador se vê interpretando uma personagem cheia de conteúdos que conflitam com a forma. O desafio imposto à personagem em níveis de mecânica são também desafios aos sentidos que constituem a vivência da personagem. Como exemplo, podemos citar uma personagem em D&D que tenha uma força muito grande e se gabe de ser o mais forte de todos. Digamos então que essa personagem seja submetida a um desafio que não possa transpassar, como um monstro de nível muito mais alto que o dela. Ora, duas coisas estão postas em conflito: O conteúdo, na personagem que se diz o mais forte de todos, e a forma, em alguém de fato mais forte (em níveis inclusive mecânicos de jogo). A fórmula geral da catarse artística construída por Vygotsky em A Psicologia da Arte aqui desvela que a iminente derrota da personagem é a superação do conteúdo pela forma e na catarse se faz a necessidade de reorganizar os signos que se ligavam à personagem, que está “desmascarada”.

Prosseguimos agora para outro ponto, que é de extrema importância para a imersão dos jogadores e que até agora não foi trabalhado: O objetivo do RPG, que no início não está explícito para os jogadores e não vai além do próprio jogo. No manual do jogador

de Tormenta 20, o objetivo do RPG é declarado como “criação conjunta de uma história” ou simplesmente “diversão”. É claro que ao escrever as histórias das personagens os jogadores incluem elementos que os mobilizam à aventura ou à um objetivo próprio - isso em D&D faz parte da criação de personagem enquanto regra explícita, indicada no manual do jogador - porém, esse objetivo não é o objetivo do jogo e sim da personagem, um elemento que compõe a personalidade dela. Então, qual é o objetivo do RPG? Como no jogo protagonizado infantil, no início não há objetivo claro e o objetivo é o próprio jogo. O jogador passa pelo processo de construção dos sentidos ligados aos papéis da personagem pela interpretação da mesma e a função a qual a interpretação serve é justamente a assimilação e desenvolvimento desses papéis. Mas o RPG não é um jogo pré-escolar e o jogador parte de papéis já bem reconhecidos e em alguma medida já desenvolvidos. Daí a potencialidade do RPG de criação de novas vivências pelo processo de possibilitar que hajam novos processos vivenciais a partir de conteúdos bem assentados na subjetividades sendo postos em novos processos de desenvolvimento de papéis sociais.

[...] e que será incorporado no objetivo que há de emergir para o grupo durante as sessões de jogo, um objetivo que atravesse as vivências de todas (ou da maioria) das personagens e que não é explícito desde o início, mas que ganha sentidos para cada um conforme o tempo passa. Esse desenvolvimento do objetivo do jogo e da própria experiência dos jogadores mais novos que se apegam mais aos elementos imaginativos para depois ter compreensão maior das regras coincide com o desenvolvimento do jogo enquanto categoria, na passagem do jogo de papéis para o jogo com regras, com a diferença de que aqui o princípio desse desenvolvimento não se dá em uma criança em idade pré-escolar, mas em um indivíduo com um sistema psicológico mais bem desenvolvido e, principalmente, com um conjunto de sentidos e significados muito mais tramado e assentado, com papéis sociais mais bem definidos pela sua vivência. Extraímos disso, para situar o RPG dentre as categorias de jogo já citadas, que este possui características importantes do jogo com regras, porém há proximidade do RPG com o jogo de papéis no tocante ao objetivo do jogo no início (o próprio jogo). Essa não é a única semelhança entre o jogo protagonizado e o RPG, mas uma das várias que o colocam em paralelo a essa categoria, mesmo sendo um jogo para adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo e o brincar são atividades humanas típicas do desenvolvimento infantil, mudando o guia e a dominância das atividades conforme o período de desenvolvimento. No primeiro ano de vida, vemos uma criança mais ligadas ao seu corpo e aprendendo os limites da sua percepção e usando esses limites para brincar. Já entre dois e quatro anos surge a linguagem e o início do processo de brincar com signos e palavras, levando ao estágio de jogo de papéis, onde o foco da brincadeira passa a ser a representação

de personagens da vida cotidiana e de fantasia. Aqui vemos ativamente como a criança se apropria dos valores e das regras sociais, reproduzindo em seus jogos a dinâmica cultural. Mas e quando a criança cresce? Adultos e adolescentes continuam a brincar, experimentando um nível de ludicidade mais apurado e com participação do pensamento abstrato, da memória e da imaginação.

É neste contexto que procuramos situar o RPG, sua dinâmica envolta em representação de papeis leva os jogadores a experimentarem vivências diferentes das suas e a assumir funções psicológicas, morais e éticas pouco usuais nas relações cotidianas. Acreditamos que mais pesquisas devem ser feitas explorando esse universo e suas potencialidades terapêuticas e psicossociais, diminuindo o preconceito com o grupo de jogadores (estigmatizados como membros da cultura *nerd*), elevando as práticas psicológicas e desenvolvendo novas mediações para com diferentes grupos de sujeitos.

REFERÊNCIAS

CAPUCCI, R. R.; SILVA, D. N. H.. “Ser ou não ser”: a perejivanie do ator nos estudos de L.S. Vigotski. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 35, n. 4, p. 351–362, out. 2018.

LANE, S. T. M. Toda psicologia é social. In: CODO, W; LANE, S. T. M; MIRANDA, M. G. de; REIS, J. R. T. **Psicologia social**: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: L. S. Vygotsky, A. R. Luria, A. N. Leontiev (Orgs.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2017.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vygotski**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2011

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKY, L. S. Sobre os sistemas psicológicos. In: VIGOTSKY, L. S. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

CAPÍTULO 6

OS DESAFIOS E BENÉFICOS DE MOÇAMBIQUE NOS ACORDOS BILATERAIS SOBRE O COMÉRCIO PREFERENCIAL MOÇAMBIQUE-MALAWI, MOÇAMBIQUE-ZIMBABWE

Data de submissão: 19/09/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Sofia Jenete Azizi
UCM-Faculdade de Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos
Curso de Administração e Gestão de Negócios
Disciplina de Negocios Internacional

RESUMO: O artigo explora os acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique e seus vizinhos Malawi e Zimbabwe, destacando os desafios e benefícios associados. Esses acordos visam fortalecer o comércio transfronteiriço, diversificar a economia e melhorar as infra-estruturas regionais, promovendo a integração econômica no contexto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Moçambique, com sua posição estratégica e acesso a portos como Beira e Nacala, busca consolidar-se como um hub logístico essencial para países sem acesso ao mar. No entanto, o país enfrenta obstáculos estruturais, como a fragilidade das infra-estruturas de transporte, processos alfandegários ineficientes e barreiras não-tarifárias que dificultam a plena realização dos benefícios esperados. O artigo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão de literatura e estudos de caso, para analisar esses desafios, com foco nos acordos Moçambique-Malawi e Moçambique-Zimbabwe. Os benefícios incluem o aumento da integração regional, a criação de empregos e o desenvolvimento de sectores-chave como a agricultura e a manufactura. A pesquisa ressalta que, apesar dos avanços, é necessário superar obstáculos institucionais e logísticos, incluindo a modernização de infra-estruturas e melhorias na governança fronteiriça, para que Moçambique aproveite plenamente as oportunidades oferecidas por esses acordos comerciais. Conclui-se que, com investimentos e reformas, os acordos bilaterais podem promover um crescimento econômico sustentável e fortalecer o papel de Moçambique no comércio intra-africano.
PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, Malawi, Zimbabwe, comércio preferencial, acordos bilaterais, integração regional, desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: The article explores the bilateral preferential trade agreements between Mozambique and its neighbors, Malawi and Zimbabwe, highlighting the associated challenges and benefits. These agreements aim to strengthen cross-border

trade, diversify the economy, and improve regional infrastructure, promoting economic integration within the Southern African Development Community (SADC). Mozambique, with its strategic position and access to ports like Beira and Nacala, seeks to establish itself as a crucial logistical hub for landlocked countries. However, the country faces structural obstacles such as fragile transport infrastructure, inefficient customs processes, and non-tariff barriers that hinder the full realization of the expected benefits. The article employs a qualitative approach, based on literature review and case studies, to analyze these challenges, focusing on the Mozambique-Malawi and Mozambique-Zimbabwe agreements. The benefits include increased regional integration, job creation, and the development of key sectors like agriculture and manufacturing. The research emphasizes that despite progress, institutional and logistical obstacles, including infrastructure modernization and improvements in border governance, must be overcome for Mozambique to fully seize the opportunities offered by these trade agreements. The article concludes that with investments and reforms, the bilateral agreements can promote sustainable economic growth and strengthen Mozambique's role in intra-African trade.
KEYWORDS: Mozambique, Malawi, Zimbabwe, preferential trade, bilateral agreements, regional integration, economic development.

1 I INTRODUÇÃO

Os acordos bilaterais de comércio preferencial representam uma importante estratégia para promover a integração econômica entre países em desenvolvimento, especialmente no contexto da África Austral. Moçambique, por ser um país com localização geográfica estratégica, com acesso directo ao Oceano Índico e fronteiras com diversos países, tem buscado, ao longo dos anos, firmar parcerias comerciais que facilitem o fluxo de mercadorias e serviços com seus vizinhos. Entre essas parcerias, destacam-se os acordos com o Malawi e o Zimbabwe, dois países que dependem significativamente das rotas comerciais moçambicanas para suas exportações e importações, dado que ambos são países sem saída para o mar.

No cenário internacional, esses acordos bilaterais visam não apenas a redução de barreiras tarifárias, mas também a facilitação do comércio de bens, a promoção de investimentos e o estímulo à cooperação regional. Para Moçambique, os acordos de comércio preferencial com o Malawi e o Zimbabwe possuem um grande potencial para alavancar o crescimento econômico, diversificar sua economia e consolidar seu papel como um importante elo no comércio intra-africano. Além disso, esses acordos buscam impulsionar o desenvolvimento de sectores-chave, como o agrícola e o de manufacturas, que são cruciais para o fortalecimento da economia nacional.

(Assis.C.C, Ribeiro.R.A, & Garcia.A.S, 2022) destacam que:

> A cooperação entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe é vital não apenas para o comércio, mas também para o fortalecimento da integração regional no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Por meio desses acordos bilaterais, Moçambique busca consolidar-se como um

> hub logístico na região, aproveitando sua rede de portos, como o porto de Beira e o de Nacala, que são essenciais para o escoamento de produtos dos países vizinhos. Assim, os acordos comerciais não apenas têm o potencial de promover o crescimento econômico interno, mas também de fortalecer a posição geopolítica de Moçambique na África Austral, (p. 141).

Este artigo, portanto, busca analisar os principais desafios e benefícios que Moçambique enfrenta na implementação de seus acordos bilaterais de comércio preferencial com o Malawi e o Zimbabwe. Através de uma abordagem que considera tanto as oportunidades econômicas quanto os obstáculos logísticos e institucionais, pretende-se fornecer uma visão abrangente das implicações desses acordos para o desenvolvimento econômico regional.

2 I METODOLOGIA

Este estudo adoptou uma abordagem qualitativa, com base na revisão de literatura, para analisar os desafios e benefícios de Moçambique nos acordos bilaterais de comércio preferencial com o Malawi e o Zimbabwe. A pesquisa qualitativa foi escolhida devido à natureza exploratória do tema, que exige uma análise aprofundada de múltiplos factores econômicos, políticos e institucionais que influenciam a eficácia desses acordos. Essa abordagem permitiu o desenvolvimento de uma compreensão mais rica e detalhada dos fenômenos investigados, explorando tanto as perspectivas teóricas quanto as experiências práticas envolvidas na implementação desses acordos.

3 I REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Conceitos e Tipos de Acordos Internacionais

Os acordos internacionais de comércio são instrumentos essenciais para regular e promover o intercâmbio de bens e serviços entre países, além de estimular a cooperação econômica e o desenvolvimento. Esses acordos podem ser classificados em diferentes categorias, como acordos bilaterais, regionais e multilaterais, dependendo do número de países envolvidos e da amplitude de seu alcance.

De acordo com (Castro, 2012) :

> Os **acordos bilaterais** são firmados entre dois países e visam facilitar o comércio mútuo, removendo ou reduzindo barreiras tarifárias e não-tarifárias. Esse tipo de acordo é frequentemente utilizado para ajustar questões comerciais específicas entre as nações signatárias, como a facilitação de exportações e importações agrícolas, a simplificação de procedimentos alfandegários e a cooperação em infra-estrutura. Por outro lado, os **acordos regionais** envolvem um grupo de países que buscam promover a integração econômica de uma determinada região, criando áreas de livre comércio, uniões aduaneiras ou até mesmo mercados comuns, (p. 247).

Os principais objectivos dos acordos internacionais de comércio incluem:

- **Promoção do comércio**: facilitar o fluxo de mercadorias e serviços entre os países, promovendo o crescimento econômico.
- **Integração econômica**: fortalecer as relações econômicas regionais e globais, permitindo que os países se integrem mais profundamente em cadeias de valor globais e regionais.
- **Criação de empregos**: aumentar as oportunidades de emprego e o desenvolvimento industrial, ao promover novos sectores de produção e serviços.
- **Diversificação econômica**: incentivar a diversificação de economias baseadas em exportações de recursos primários, promovendo a industrialização e o desenvolvimento de novos sectores produtivos.

De acordo com (Junior, 2024), os acordos preferenciais, por sua vez, oferecem benefícios directos como:

- **Acesso a mercados ampliados**: Países signatários podem exportar seus produtos a mercados vizinhos ou internacionais com tarifas reduzidas ou eliminadas.
- **Estímulo à competitividade**: ao reduzir barreiras comerciais, as empresas locais são incentivadas a aumentar sua produtividade e competitividade no mercado internacional.
- **Desenvolvimento econômico**: Aumento da circulação de mercadorias e serviços pode gerar crescimento econômico e melhor integração nas cadeias globais de produção.

Em suma, os acordos internacionais de comércio desempenham um papel central na configuração das relações econômicas globais, e os acordos bilaterais de comércio preferencial de Moçambique com países como Malawi e Zimbabwe são exemplos de como essas parcerias podem gerar crescimento e desenvolvimento regional. Contudo, sua eficácia depende de uma série de factores, incluindo a implementação prática, a melhoria de infra-estrutura e a superação dos desafios institucionais e logísticos.

3.2 Historial e Descrição dos Acordos Bilaterais Moçambique-Malawi e Moçambique-Zimbabwe

Os acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe têm raízes profundas na história econômica e política da África Austral, e foram estabelecidos com o objectivo de promover a cooperação econômica, aumentar o comércio transfronteiriço e contribuir para o desenvolvimento regional. Esses acordos reflectem a importância estratégica de Moçambique como corredor de transporte e centro logístico para os países sem saída para o mar, como Malawi e Zimbabwe. Ambos os países dependem fortemente do acesso aos portos moçambicanos para escoar suas mercadorias, tornando os acordos comerciais bilaterais uma ferramenta essencial para fortalecer suas economias

e aumentar a integração regional.

3.2.1 Acordo Bilateral Moçambique-Malawi

O acordo bilateral de comércio preferencial entre Moçambique e Malawi foi estabelecido como uma resposta à necessidade de ambos os países de melhorar suas relações econômicas e comerciais, aproveitando a proximidade geográfica e as ligações históricas. Assinado inicialmente na década de 1990, este acordo tem como missão promover o comércio bilateral de produtos agrícolas e manufacturados, e facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças, especialmente nas áreas de transporte rodoviário e ferroviário, (Garcia, 2018).

De acordo com a (SADC, 2020):

> O histórico das relações entre Moçambique e Malawi remonta à era colonial, quando as rotas comerciais entre os dois países já eram importantes para o escoamento de mercadorias. Após a independência, ambos os países enfrentaram desafios semelhantes em termos de desenvolvimento econômico e infra-estrutura, o que levou à formalização de um acordo comercial preferencial para facilitar o comércio e reduzir as barreiras tarifárias. Este acordo visou não apenas aumentar o fluxo de mercadorias, mas também promover a integração econômica e resolver disputas fronteiriças, garantindo uma cooperação mútua, (p. 114).

A visão do acordo Moçambique-Malawi é transformar as regiões fronteiriças em polos de desenvolvimento econômico, promovendo a criação de empregos, a melhoria da infra-estrutura e o desenvolvimento rural. Os objectivos do acordo incluem a redução de tarifas alfandegárias sobre produtos agrícolas e manufacturados, a simplificação dos procedimentos alfandegários nos postos fronteiriços, como o de Mwanza, e a melhoria das redes de transporte que conectam as principais áreas de produção agrícola em Malawi ao porto de Nacala, em Moçambique.

Em termos de estratégias, os dois países têm buscado melhorar as suas infra-estruturas de transporte e reduzir a burocracia alfandegária, de forma a facilitar a movimentação de mercadorias através da fronteira. Um dos pontos centrais da estratégia de cooperação é o desenvolvimento do Corredor de Nacala, que liga o porto de Nacala, em Moçambique, ao interior de Malawi, sendo uma via crucial para as exportações e importações de ambos os países.

3.2.2 Acordo Bilateral Moçambique-Zimbabwe

O acordo bilateral de comércio preferencial entre Moçambique e Zimbabwe também tem uma longa história, sendo um dos mais importantes para a economia regional da África Austral. A dependência do Zimbabwe dos portos moçambicanos, especialmente o porto da Beira, para a exportação de produtos como minerais e tabaco, faz com que este acordo seja estratégico para ambos os países. O comércio entre os dois países foi formalizado em

diferentes etapas, com o acordo preferencial assumindo grande importância desde o início dos anos 2000, quando o Zimbabwe enfrentava uma grave crise econômica e necessitava de um acesso estável e eficiente ao comércio internacional, (Massangaie, 2018).

Segundo (Maira K. &., 2019):

> A missão do acordo Moçambique-Zimbabwe é facilitar o acesso do Zimbabwe ao Oceano Índico, promovendo o comércio internacional por meio do corredor logístico de Beira, e ao mesmo tempo assegurar que Moçambique colha benefícios econômicos ao actuar como uma ponte comercial para o seu vizinho. A visão do acordo é desenvolver o corredor da Beira como uma rota comercial eficiente, capaz de atender tanto as necessidades do Zimbabwe quanto de outros países sem litoral da região, como Zâmbia e República Democrática do Congo, (p. 15).

O histórico das relações comerciais entre Moçambique e Zimbabwe remonta ao período colonial, quando as rotas ferroviárias e rodoviárias entre os dois países eram fundamentais para o transporte de mercadorias. Após a independência, Moçambique e Zimbabwe reforçaram esses laços, reconhecendo a importância mútua de uma cooperação comercial forte. Durante a guerra civil em Moçambique, nos anos 1980, o corredor da Beira sofreu grandes impactos, com a infra-estrutura sendo alvo de ataques. No entanto, após o fim do conflito, ambos os países se comprometeram a revitalizar o corredor, culminando no acordo preferencial que visa a redução de tarifas e o fortalecimento da infra-estrutura logística, (Mucavele, 2000).

Os objectivos do acordo bilateral incluem a eliminação de barreiras tarifárias sobre produtos agrícolas e minerais, a modernização das infra-estruturas de transporte, incluindo estradas e ferrovias, e a melhoria da eficiência dos procedimentos alfandegários. As estratégias adoptadas incluem o desenvolvimento do Corredor da Beira, que conecta as minas e áreas produtivas do Zimbabwe ao porto da Beira, em Moçambique. Esse corredor é uma via essencial para o escoamento de produtos como carvão, tabaco e outros minerais, que são exportados através do porto da Beira.

3.3 Operacionalização dos Acordos Bilaterais Moçambique-Malawi e Moçambique-Zimbabwe

A operacionalização dos acordos bilaterais entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe envolve a implementação de políticas e acções que visam tornar os compromissos estabelecidos nos acordos eficazes e funcionais na prática. Esses acordos, que têm como base a redução de barreiras tarifárias e a facilitação do comércio transfronteiriço, precisam ser apoiados por uma infra-estrutura adequada, procedimentos administrativos simplificados e mecanismos de cooperação entre os países.

Segundo (Garcia A. e., 2018), a operacionalização do Acordo de Comércio Preferencial Moçambique-Malawi concentra-se principalmente na facilitação de comércio

de produtos agrícolas e na melhoria das infra-estruturas de transporte que conectam os dois países. Para atingir os objectivos de aumentar o volume de comércio bilateral e reduzir barreiras comerciais, uma série de acções estratégicas têm sido implementadas.

(Junior, 2024) destaca que:

> Um dos pontos centrais da operacionalização é o desenvolvimento do Corredor de Nacala, uma rota crítica que liga o porto de Nacala, em Moçambique, ao interior de Malawi. Esse corredor inclui tanto infra-estruturas ferroviárias quanto rodoviárias e é uma via essencial para o transporte de mercadorias como tabaco, milho, açúcar e outros produtos agrícolas. A modernização dessa infra-estrutura envolve o investimento em ferrovias, estradas e portos, de modo a melhorar a capacidade de movimentação de carga e reduzir os tempos de trânsito, (p. 10).

Além disso, outro aspecto importante da operacionalização envolve a simplificação dos procedimentos alfandegários e a redução de barreiras não-tarifárias nos postos fronteiriços, como o de Mwanza. Para facilitar o fluxo de mercadorias, os dois países adoptaram sistemas de gestão eletrônica de dados aduaneiros, que permitem a digitalização dos processos de importação e exportação, reduzindo o tempo de processamento e a burocracia. Esse sistema visa melhorar a transparência e a eficiência, combatendo problemas como a corrupção e a lentidão nas fronteiras.

Por outro lado, (Ndlovu, 2019) destaca que, a operacionalização do Acordo de Comércio Preferencial Moçambique-Zimbabwe é igualmente crítica, dada a importância do Zimbabwe para o fluxo comercial e logístico da região. O Corredor da Beira é o principal eixo de escoamento para as exportações do Zimbabwe, especialmente para produtos como minerais, tabaco e manufacturados. Assim, a modernização e o fortalecimento desse corredor têm sido o foco central das acções operacionais.

Segundo (Massangaie, 2018), uma das principais iniciativas foi a modernização da linha ferroviária Beira-Machipanda, que conecta as áreas produtivas do Zimbabwe ao porto da Beira, em Moçambique. Esse projecto tem como objectivo aumentar a capacidade de transporte de carga e reduzir os custos logísticos, o que é fundamental para melhorar a competitividade das exportações zimbabuanas.

Outro ponto crucial na operacionalização é a melhoria das infra-estruturas portuárias no porto da Beira. Como porta de entrada e saída para grande parte do comércio do Zimbabwe, o porto da Beira passou por ampliação e modernização, aumentando sua capacidade de processamento de carga. As melhorias incluem a instalação de novos guindastes e equipamentos de movimentação de carga, bem como a optimização das operações portuárias para reduzir o tempo de espera dos navios e melhorar a eficiência no manejo de cargas.

3.4 Desafios, Benefícios e Perspectivas dos Acordos Bilaterais Moçambique-Malawi e Moçambique-Zimbabwe

Os acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe proporcionam grandes oportunidades para fortalecer o comércio regional, mas também apresentam desafios consideráveis que precisam ser enfrentados para garantir sua plena efectividade. Esses acordos desempenham um papel vital na promoção do desenvolvimento econômico, integração regional e cooperação política, e seus resultados são moldados pelas capacidades institucionais e infra-estrutura dos países envolvidos.

3.4.1 Desafios

Apesar dos esforços para operacionalizar os acordos bilaterais, desafios significativos ainda persistem. A principal dificuldade continua sendo a falta de infra-estrutura adequada, especialmente em regiões mais remotas, o que limita a capacidade de transporte e logística. As estradas que conectam Moçambique ao Malawi e ao Zimbabwe, por exemplo, ainda requerem melhorias substanciais em termos de pavimentação e manutenção, (Ndlovu, 2019).

Segundo (Assis.C.C, Ribeiro.R.A, & Garcia.A.S, 2022), outro desafio é a governança e a corrupção nos postos fronteiriços, que frequentemente retardam o fluxo de mercadorias e aumentam os custos para os comerciantes. Embora os sistemas eletrônicos tenham sido implementados para melhorar a eficiência, a falta de capacitação adequada de pessoal e a resistência a mudanças administrativas em alguns níveis governamentais limitam a eficácia dessas ferramentas.

Além disso, a SADC (2020) salienta que:

> Há barreiras não-tarifárias que continuam a dificultar o comércio, como regulamentos sanitários excessivamente rígidos e requisitos técnicos que não estão totalmente harmonizados entre os países. Isso cria ineficiências e onera especialmente pequenos agricultores e comerciantes que desejam participar do comércio transfronteiriço. Ademais, a dependência de financiamento externo para modernizar a infra-estrutura tem sido um obstáculo para a implementação plena dos acordos, (p. 291).

Em suma, a operacionalização dos acordos bilaterais entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe envolve uma combinação de melhorias em infra-estrutura, simplificação de processos alfandegários e estreita cooperação entre os governos e o sector privado. Embora progressos significativos tenham sido alcançados, há desafios que ainda precisam ser superados para garantir que os benefícios dos acordos possam ser plenamente aproveitados.

3.4.2 Benefícios

Apesar dos desafios, os acordos bilaterais de comércio preferencial entre

Moçambique, Malawi e Zimbabwe oferecem uma série de benefícios significativos para os países envolvidos. Esses benefícios podem ser observados nas áreas de integração econômica regional, diversificação econômica e fortalecimento das relações diplomáticas.

O primeiro benefício significativo é o fortalecimento da integração econômica regional. Os acordos bilaterais entre Moçambique e seus vizinhos incentivam o aumento do comércio intra-regional, que é essencial para o desenvolvimento de economias mais interdependentes e resilientes. Ao reduzir barreiras comerciais e facilitar o fluxo de mercadorias entre os países, os acordos ajudam a criar mercados mais amplos para produtos agrícolas e manufacturados. No caso do Malawi, por exemplo, o acesso ao porto de Nacala permite que o país aumente suas exportações e importe mercadorias de forma mais eficiente, reduzindo custos e tempos de transporte, (Garcia A. e., 2018)

Outro benefício importante segundo (Assis.C.C, Ribeiro.R.A, & Garcia.A.S, 2022) é a diversificação econômica. Os acordos permitem que Moçambique, Malawi e Zimbabwe explorem novos sectores de crescimento, promovendo a industrialização e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais. O comércio preferencial cria oportunidades para o desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos agrícolas e manufacturas, ajudando a reduzir a dependência de commodities e promovendo a criação de empregos. Moçambique, por exemplo, pode diversificar suas exportações ao facilitar a produção e exportação de bens manufacturados, além de produtos agrícolas, para os mercados regionais de Malawi e Zimbabwe.

Os acordos também fortalecem as relações diplomáticas e políticas entre Moçambique e seus vizinhos, criando um ambiente de cooperação que vai além do comércio. Ao fomentar a cooperação econômica, os países envolvidos conseguem resolver disputas comerciais e fortalecer laços que podem contribuir para a estabilidade e paz regional. As comissões conjuntas de monitoramento estabelecidas para supervisionar a implementação dos acordos oferecem uma plataforma para o diálogo contínuo e a resolução de problemas de forma colaborativa.

3.4.3 Perspectivas

As perspectivas futuras dos acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe são promissoras, mas dependem de uma série de factores críticos que precisam ser abordados para garantir o sucesso a longo prazo. As áreas que requerem atenção incluem investimentos em infra-estrutura, modernização de sistemas alfandegários e desenvolvimento de capacidades institucionais.

Uma das principais prioridades para o futuro segundo (Garcia & al., 2018):

> É o investimento contínuo em infra-estrutura, tanto em Moçambique quanto nos países vizinhos. O sucesso dos acordos bilaterais depende da capacidade de melhorar as redes de transporte, incluindo estradas, ferrovias e portos. A modernização do Corredor da Beira e do Corredor de Nacala deve ser

> acelerada para garantir que eles possam atender às crescentes demandas do comércio regional. Além disso, o desenvolvimento de infra-estruturas auxiliares, como armazéns e centros logísticos nas fronteiras, ajudará a melhorar a eficiência e a reduzir os custos operacionais, (p. 20).

A modernização dos sistemas alfandegários também é uma prioridade para o futuro. A implementação de tecnologias digitais e a capacitação de pessoal são essenciais para tornar os processos alfandegários mais rápidos e eficientes, combatendo a corrupção e eliminando a burocracia que retarda o comércio. A integração dos sistemas electrónicos entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe permitirá uma maior fluidez na movimentação de mercadorias e reduzirá os custos de conformidade, (Maira K. &., 2019).

Finalmente, as capacidades institucionais dos governos e órgãos reguladores precisam ser fortalecidas para garantir que os acordos possam ser implementados de forma eficaz e sustentável. Isso inclui a melhoria da capacidade de monitoramento e fiscalização, bem como a promoção de políticas de desenvolvimento que apoiem a competitividade das empresas locais. As parcerias entre o sector público e privado, bem como a colaboração com organizações internacionais, serão fundamentais para garantir que as reformas necessárias sejam implementadas e que os benefícios dos acordos sejam plenamente realizados.

4 | DISCUSSÃO

Os acordos bilaterais de comércio preferencial, como os estabelecidos entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe, são instrumentos cruciais para promover a integração econômica regional e estimular o desenvolvimento. De acordo com os conceitos discutidos por diversos autores, tais acordos têm um papel fundamental na facilitação do comércio, na redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, e no fortalecimento das relações econômicas e políticas entre os países envolvidos.

Os acordos bilaterais, como os de Moçambique-Malawi e Moçambique-Zimbabwe, oferecem benefícios significativos ao melhorar o acesso a mercados e incentivar a competitividade das empresas locais. Segundo (Ndlovu, 2019), os acordos bilaterais são frequentemente utilizados para ajustar questões comerciais específicas e promover a integração econômica. A parceria entre Moçambique e Malawi, por exemplo, visa transformar as regiões fronteiriças em polos de desenvolvimento econômico, com foco na melhoria das infra-estruturas de transporte e na redução das barreiras comerciais. A implementação de sistemas de gestão eletrônica de dados aduaneiros é uma estratégia crucial para simplificar os processos e aumentar a eficiência, o que é corroborado por (Assis.C.C, Ribeiro.R.A, & Garcia.A.S, 2022), que destaca a importância da modernização da infra-estrutura e dos procedimentos alfandegários para facilitar o fluxo de mercadorias.

No caso do acordo Moçambique-Zimbabwe, a importância do Corredor da Beira como uma rota estratégica para o comércio internacional é um ponto central. Segundo

a (SADC, 2020), a modernização da linha ferroviária Beira-Machipanda e das infra-estruturas portuárias são essenciais para aumentar a capacidade de transporte e reduzir custos logísticos. Essa perspectiva é consistente com a ideia de que acordos multilaterais e regionais desempenham um papel vital na promoção do comércio global e regional, facilitando a integração de cadeias de valor e contribuindo para o desenvolvimento econômico.

No entanto, a operacionalização desses acordos enfrenta desafios significativos, como a falta de infra-estrutura adequada e problemas de governança. (Junior, 2024) observa que as deficiências na infra-estrutura de transporte e a corrupção nos postos fronteiriços limitam a eficácia dos acordos bilaterais. Esses desafios são amplamente reconhecidos na literatura sobre acordos internacionais de comércio, que enfatiza a necessidade de melhorias contínuas na infra-estrutura e na capacidade institucional para garantir a implementação bem-sucedida dos acordos.

Os benefícios dos acordos bilaterais são evidentes na integração econômica regional e na diversificação econômica. Conforme apontado por (Massangaie, 2018), a redução de barreiras comerciais e a facilitação do comércio entre Moçambique e seus vizinhos contribuem para a criação de mercados mais amplos e para o desenvolvimento de novos sectores produtivos. Além disso, a cooperação econômica fortalece as relações diplomáticas e políticas, promovendo a estabilidade regional e a paz, como discutido por (Maira K. &., 2019).

As perspectivas futuras dos acordos bilaterais dependem de investimentos contínuos em infra-estrutura e da modernização dos sistemas alfandegários. A implementação de tecnologias digitais e a capacitação de pessoal são essenciais para tornar os processos alfandegários mais eficientes e combater a corrupção, o que é apoiado pela literatura que enfatiza a importância de reformas institucionais e parcerias entre o sector público e privado (Garcia & al., 2018). Em suma, enquanto os acordos bilaterais entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe apresentam desafios, eles também oferecem oportunidades significativas para o desenvolvimento econômico e a integração regional, desde que sejam abordadas as questões críticas relacionadas à infra-estrutura e à governança.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os acordos bilaterais de comércio preferencial entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe desempenham um papel crucial na promoção da integração econômica regional e no estímulo ao desenvolvimento. Ao reduzir barreiras tarifárias e facilitar o comércio transfronteiriço, esses acordos não apenas expandem o acesso aos mercados e incentivam a competitividade das empresas locais, mas também fortalecem as relações econômicas e diplomáticas entre os países envolvidos.

O acordo entre Moçambique e Malawi, com foco na melhoria das infra-estruturas

de transporte e na simplificação dos procedimentos alfandegários, busca transformar as regiões fronteiriças em centros de desenvolvimento econômico. Da mesma forma, o acordo Moçambique-Zimbabwe destaca a importância estratégica do Corredor da Beira para o comércio internacional e regional. A modernização da infra-estrutura ferroviária e portuária é essencial para garantir um fluxo eficiente de mercadorias e melhorar a competitividade das exportações do Zimbabwe.

No entanto, a operacionalização desses acordos enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de infra-estrutura adequada e a persistência de problemas de governança e corrupção. Superar esses obstáculos exige investimentos contínuos em infra-estrutura e reformas institucionais para melhorar a eficiência dos processos alfandegários. A eficácia dos acordos dependerá de um compromisso contínuo com a inovação e a resolução desses desafios, garantindo que os benefícios prometidos sejam plenamente realizados.

Em suma, os acordos bilaterais entre Moçambique, Malawi e Zimbabwe oferecem um caminho promissor para o desenvolvimento regional e a integração econômica. A colaboração entre os países signatários e o apoio a iniciativas de modernização e melhoria das infra-estruturas são fundamentais para maximizar os benefícios desses acordos e promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo na região.

REFERÊNCIAS

Assis.C.C, Ribeiro.R.A, & Garcia.A.S, &. (2022). *Integração regional africana: panorama,avancos e desafios.* BEPI: N.32.

Castro, T. (2012). *Teoria das relacoes internacionais.* Brasilia: FUNAG. Retrieved from https://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf

Garcia, A. at el. (2018). *Acordos de protecao de investimentos dos BRICS na Africa : mais do mesmo?Desafios para Mocambique .* IESE. Retrieved from https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/artigo_agarcia.pdf

Junior, R. (2024). *Acordos bilaterais sobre o comercio preferincial mocambique - malawi,Mocambique - Zimbabwe: os beneficios,desafios e prespectivas para Mocambique .*

Maira, k., & Carvalho, P. (2019). *Comunidade para o desenvolvimento da Africa Autral (SADC):integracao regional e desenvolvimento .*

Massangaie, A. (2018). *Mocambique no Processo de Integracao na Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Autral (SADC)* (Vol. 3). Porto Alegre: Rvista Brasileira de Estudos Africanos.

Mucavele, F. (2000). *Analysis of comparative advantage and agriculcural trade in mozambique .* USAID: AFRICA BUREAU.

Ndlovu, S. (2019). *Economic Challenges in Zimbabwe and Their Impact on Regional Trade.* Retrieved from https://www-chathamhouse-org.webpkgcache.com/doc/-/s/

SADC. (2020). *40 anos da SADC : Reforcando a cooperacao e Integracao Regional.* Gaborone:SADC. Retrieved from https://www.sadc.imt/sites/default/files/2021-07/40_years _of_SADC-enhancing_ Regional_Cooperation_and_integration-portuguese..pdf

Websites

https://portalcomercioexterno.gov.mz/acordos-comerciais/

https://www.mic.gov.mz/por/Comercio-Externo/Acordos-Bilaterais/ACORDO-SOBRE-O-COMERCIO-PREFERENCIAL-ENTRE-O-GOVERNO-DA-REPUBLICA-DE-MOCAMBIQUE-E-O-GOVERNO-DA-REPUBLICA-DO-MALAWI2

CAPÍTULO 7

REFLEXÕES E INFLUÊNCIAS ENTRE ARTE, CULTURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA: UM OLHAR SOBRE O FOLCLORE

Data de submissão: 09/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Cristina Rolim Wolffenbüttel
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)
Osório – Rio Grande do Sul
https://orcid.org/0000-0002-7204-7292

RESUMO: Este ensaio examina as interrelações entre folclore, arte, cultura, sociedade e história, enfatizando a natureza dinâmica e a contínua relevância do folclore na contemporaneidade. Fundamentando-se em definições basilares de folcloristas e estudiosos do folclore, como Câmara Cascudo e Alan Dundes, o estudo analisa a evolução histórica do conceito de folclore e sua institucionalização como campo de pesquisa, com ênfase particular no contexto brasileiro. Busca aprofundar as conexões substanciais entre folclore e manifestações artísticas, elucidando como as tradições populares têm servido de inspiração e fonte de revitalização para diversas formas de expressão artística, abrangendo desde o modernismo brasileiro até a música erudita e as artes performáticas. Destaca-se, nesse âmbito, a significativa contribuição de artistas como Tarsila do Amaral e Heitor Villa-Lobos na incorporação de elementos folclóricos em suas obras. Ao abordar as relações entre cultura e folclore, a análise se debruça sobre a dinâmica entre tradição e modernidade, fundamentando-se nas perspectivas teóricas de estudiosos como Peter Burke e Néstor García Canclini. Especula-se sobre o papel crucial do folclore na preservação da memória coletiva e na formação de identidades culturais, bem como sua notável adaptabilidade diante dos desafios impostos pela globalização. A conclusão ressalta a grande importância do folclore como repositório de sabedoria, fonte inesgotável de criatividade e elemento fundamental para a manutenção da diversidade cultural. Argumenta-se que o estudo sistemático e a valorização do folclore são imperativos não apenas para a compreensão do passado, mas também para a construção de um futuro culturalmente rico e socialmente coeso. O folclore é apresentado como uma força dinâmica com potencial para estabelecer pontes entre tradições e inovações, oferecendo perspectivas valiosas para o enfrentamento dos desafios contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Tradição, Modernidade, Identidade, Globalização, Interdisciplinaridade.

REFLECTIONS AND INFLUENCES BETWEEN ART, CULTURE, SOCIETY AND HISTORY: A LOOK AT FOLKLORE

ABSTRACT: This essay examines the interconnections between folklore, art, culture, society, and history, emphasizing the dynamic nature and ongoing relevance of folklore in contemporary times. Grounded in foundational definitions by folklorists and scholars such as Câmara Cascudo and Alan Dundes, the study analyzes the historical evolution of the concept of folklore and its institutionalization as a field of research, with particular emphasis on the Brazilian context. The analysis delves into the substantial connections between folklore and artistic expressions, elucidating how popular traditions have served as inspiration and a source of revitalization for various forms of artistic expression, ranging from Brazilian modernism to classical music and performing arts. Notably, artists such as Tarsila do Amaral and Heitor Villa-Lobos are highlighted for their significant contributions in incorporating folkloric elements into their works. In addressing the relations between culture and folklore, the analysis focuses on the dynamics between tradition and modernity, drawing on theoretical perspectives from scholars such as Peter Burke and Néstor García Canclini. It speculates on the crucial role of folklore in preserving collective memory and forming cultural identities, as well as its remarkable adaptability in the face of challenges posed by globalization. The conclusion underscores the great importance of folklore as a repository of wisdom, an inexhaustible source of creativity, and a fundamental element for maintaining cultural diversity. It argues that the systematic study and valorization of folklore are imperatives not only for understanding the past but also for constructing a culturally rich and socially cohesive future. Folklore is presented as a dynamic force with the potential to establish bridges between traditions and innovations, offering valuable perspectives for addressing contemporary challenges.
KEYWORDS: Tradition, Modernity, Identity, Globalization, Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

O folclore, como expressão viva da cultura popular, tem sido objeto de estudo e fascínio para pesquisadores, artistas e entusiastas ao redor do mundo. Nesse sentido, explora-se, inicialmente, aspectos fundamentais para compreender a amplitude e a importância do folclore, com a apresentação de conceitos e concepções, o papel do folclore na formação da identidade cultural, sua função como expressão da sabedoria popular e perspectivas internacionais.

Luís da Câmara Cascudo (2012), em seu "Dicionário do Folclore Brasileiro", oferece uma definição abrangente e profunda do folclore. Para o autor, o folclore "é a cultura do popular, tornada normativa pela tradição" (Cascudo, 2012, p. 304). Abrange não apenas as manifestações artísticas, mas também as crenças, os costumes, os saberes e fazeres transmitidos oralmente de geração em geração. O folclore, para Cascudo, ultrapassa a dimensão das lendas que povoavam o imaginário popular, abarcando tudo que diz respeito às tradições culturais de determinada sociedade. O folclore não é um conjunto estático de expressões culturais, mas está em constante movimento e que, portanto, tem uma história que precisa ser investigada com rigor por especialistas no assunto. Conforme explica

Cascudo (2012):

> O conteúdo do folclore ultrapassa o enunciado de 22 de agosto de 1846, quando William John Thoms (1803-1885) criou o vocabulário. Nenhuma disciplina de investigação humana imobilizou-se nos limites impostos, quando do seu nascimento. Qualquer objeto que projete interesse humano, além de sua finalidade imediata, material e lógica, é folclórico. Desde que o laboratório químico, o transatlântico, o avião atômico, o parque industrial determinem projeção cultural no plano popular, acima do seu programa específico de produção e destino normais, estão incluídos no Folclore (Cascudo, 2012, p. 304-305).

Cascudo enfatiza que o folclore é um fenômeno vivo, em constante transformação, que reflete a alma de um povo e sua capacidade de se adaptar às mudanças sociais e históricas.

A importância do folclore na formação da identidade cultural é um dos aspectos salientados por Carlos Rodrigues Brandão (1984), em “O que é folclore”. Segundo o autor, o folclore é um elemento crucial na construção e manutenção da identidade de um grupo ou nação. Ele argumenta que as tradições folclóricas fornecem um senso de continuidade histórica e pertencimento, conectando as gerações presentes com seu passado cultural. Brandão enfatiza que o folclore não é apenas um conjunto de práticas antigas, mas um processo dinâmico que continua a moldar a identidade cultural no presente. Brandão (1984) destaca que o folclore é um espaço de resistência cultural, em que as tradições populares podem ser preservadas e transmitidas, mesmo diante de processos de globalização e homogeneização cultural. Ele argumenta que as práticas folclóricas são uma forma de resistência à cultura dominante, permitindo que as comunidades locais mantenham sua identidade e autonomia cultural. Outro ponto importante mencionado por Brandão (1984) é que o folclore é um elemento valioso para a educação e a formação cultural. Ele enfatiza que as tradições folclóricas podem ser utilizadas como material pedagógico potente, permitindo que as crianças e jovens aprendam sobre a história e a cultura de seu povo de forma interativa e significativa. O folclore, ademais, é um elemento importante na construção da memória coletiva de um grupo ou nação. Brandão (1984) explica que as tradições folclóricas são uma forma de preservar a memória coletiva, permitindo que as gerações presentes se conectem com o passado e com a história de seu povo. A importância do folclore na formação da identidade cultural é um tema complexo e multifacetado, que envolve a construção da identidade, a resistência cultural, a educação e a preservação da memória coletiva.

Nilza Botelho Megale (2003), em “Folclore Brasileiro”, destaca o folclore como expressão da sabedoria popular. Ela argumenta que o folclore é um repositório de conhecimentos práticos, filosóficos e espirituais acumulados ao longo de gerações. Essa sabedoria, muitas vezes transmitida por meio de contos, provérbios, canções e rituais, possibilita compreensões valiosas sobre a vida, a natureza e as relações humanas. Megale

(2003) ressalta que o folclore, longe de ser uma relíquia do passado, continua a ser uma fonte vital de sabedoria e criatividade na sociedade contemporânea. A autora enfatiza que o folclore é um espaço de diálogo intergeracional, em que as gerações mais velhas compartilham sua experiência e sabedoria com as gerações mais jovens. Esse diálogo é fundamental para a transmissão de valores, crenças e práticas culturais, permitindo que as comunidades mantenham sua identidade e coesão social. Nessa perspectiva, o folclore é um elemento de grande valor para a educação, tanto escolar quanto não escolar, oferecendo uma forma de aprendizado que é, ao mesmo tempo, divertida e significativa. Ao explorar as narrativas folclóricas, por exemplo, as pessoas podem desenvolver uma compreensão mais profunda da história, da cultura e da sociedade, além de adquirir habilidades importantes para a vida, como a criatividade, a crítica e a resiliência.

Na perspectiva internacional, Alan Dundes (1980) amplia a compreensão do folclore, destacando sua universalidade e especificidade cultural. Em "Interpreting Folklore", o autor argumenta que o folclore é um espelho da cultura, refletindo os valores, medos e aspirações de uma sociedade. Ele propõe uma abordagem contextual para o estudo do folclore, enfatizando a importância de compreender as manifestações folclóricas dentro de seus contextos sociais e culturais específicos. Dundes (1980) também destaca o papel do folclore na comunicação e na manutenção da coesão social. Além disso, ele enfatiza a importância de considerar as dimensões psicológicas e simbólicas do folclore, explorando como as narrativas folclóricas podem ser vistas como reflexos das ansiedades, desejos e conflitos internos da sociedade. Dundes explica que o folclore pode ser um modo muito interessante e potente para entender melhor a psicologia coletiva de uma cultura, revelando padrões de pensamento e comportamento que, inicialmente, não são imediatamente aparentes. Ao analisar as estruturas simbólicas e os temas recorrentes no folclore, Dundes busca desvendar os mecanismos psicológicos que subjazem às manifestações culturais, oferecendo uma compreensão mais profunda da complexidade humana e da dinâmica social.

Estas perspectivas sobre o folclore possibilitam a construção de uma base para compreender sua complexidade e relevância. Ao longo deste ensaio, procura-se explorar mais particularmente as interconexões entre o folclore e diversos aspectos da vida social, cultural e artística. No próximo tópico, tratar-se-á da historicidade do folclore, examinando como o conceito e o estudo do folclore evoluíram ao longo do tempo, refletindo mudanças nas sociedades e nas abordagens acadêmicas.

HISTORICIDADE DO FOLCLORE

A compreensão do folclore como campo de estudo e expressão cultural passou por significativas transformações ao longo do tempo. Neste tópico, tratar-se-á da evolução histórica do conceito de folclore, desde suas origens terminológicas até seu desenvolvimento

como disciplina acadêmica e movimento cultural. Serão tratadas as origens do termo, o movimento folclórico brasileiro, as transformações na percepção e estudo do folclore nos séculos XX e XXI, e a contribuição fundamental de Mário de Andrade para os estudos folclóricos no Brasil.

O termo "folclore" tem suas raízes no século XIX, cunhado pelo arqueólogo inglês William John Thoms, em 1846. Em uma carta à revista The Athenaeum, Thoms propôs o uso da palavra "folk-lore" (sabedoria do povo) para substituir a expressão "antiguidades populares" (Thoms, 1846). Esta nova terminologia marcou o início de uma abordagem mais sistemática e científica para o estudo das tradições populares. O conceito rapidamente ganhou aceitação internacional, impulsionando o desenvolvimento de estudos folclóricos em diversos países e estabelecendo as bases para o que viria a se tornar uma disciplina acadêmica.

No Brasil, o movimento folclórico ganhou força na primeira metade do século XX, culminando com a criação da Comissão Nacional de Folclore, em 1947, e a promulgação da Carta do Folclore Brasileiro, em 1951. Este documento, resultado do I Congresso Brasileiro de Folclore, estabeleceu diretrizes para a pesquisa e preservação do folclore nacional, definindo-o como as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação (Comissão Nacional de Folclore, 1951). A Carta representou um marco na institucionalização dos estudos folclóricos no país, promovendo uma visão mais abrangente e inclusiva do folclore brasileiro.

Ao longo dos séculos XX e XXI, a percepção e o estudo do folclore passaram por transformações significativas. Inicialmente visto como um conjunto de tradições estáticas e rurais, o folclore passou a ser compreendido como um fenômeno dinâmico, presente tanto em contextos rurais quanto urbanos. As abordagens teóricas e metodológicas se diversificaram, incorporando perspectivas da antropologia, sociologia, história e estudos culturais. O advento da globalização e das tecnologias digitais trouxe novos desafios e oportunidades para a preservação e disseminação do folclore, levando a reflexões sobre autenticidade, apropriação cultural e a relação entre tradição e modernidade.

Em 1995, durante o VIII Congresso Brasileiro de Folclore em Salvador, Bahia, a Carta do Folclore Brasileiro foi revista, resultando em novo texto, o que representa um marco significativo na evolução dos estudos folclóricos no Brasil. Esta carta, que atualiza e expande o documento original de 1951, reflete uma compreensão mais ampla e dinâmica do folclore, reconhecendo-o como parte integrante da cultura popular brasileira. Na nova carta consta a definição do folclore como o conjunto de criações culturais de uma comunidade, baseadas em suas tradições e expressas tanto individual quanto coletivamente, abrangendo não apenas manifestações tradicionais, mas também suas formas atualizadas e reelaboradas. A carta enfatiza a importância de uma abordagem multidisciplinar no estudo do folclore, incentivando a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento. Do mesmo modo, Carta do Folclore Brasileiro de 1995 destaca a necessidade de preservar e

difundir o folclore como elemento fundamental da identidade cultural brasileira, propondo medidas para sua proteção e valorização. Consta a recomendação da inclusão do folclore nos currículos escolares e universitários, enfatizando o papel da educação na preservação e transmissão do conhecimento folclórico. Há sugestões de implementação de políticas públicas para a proteção e promoção do folclore, incentivando o apoio governamental a pesquisas, publicações e eventos relacionados. O folclore é reconhecido como parte dos direitos culturais das comunidades, o documento defende o respeito à diversidade cultural e às tradições populares, propondo diretrizes éticas e metodológicas para a pesquisa folclórica e incentivando o uso de tecnologias modernas na documentação e estudo do folclore. Por fim, a carta reconhece a importância do intercâmbio internacional nos estudos folclóricos, incentivando a participação do Brasil em eventos e organizações internacionais relacionadas ao tema.

Nesse processo de avanços, vale destacar a contribuição de Mário de Andrade para os estudos folclóricos no Brasil, sendo fundamental e revolucionária. Como escritor, musicólogo e pesquisador, Andrade dedicou-se intensamente ao estudo e valorização da cultura popular brasileira. Sua obra "O Turista Aprendiz" (Andrade, 2002), resultado de suas viagens etnográficas pelo Brasil, é um testemunho valioso da diversidade cultural do país. Andrade foi pioneiro na proposta de uma abordagem interdisciplinar do folclore, integrando música, literatura, dança e artes visuais. Sua atuação no Departamento de Cultura de São Paulo e na elaboração do anteprojeto para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) contribuiu significativamente para a institucionalização da pesquisa folclórica e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Além dessas contribuições, Mário de Andrade também foi fundamental na criação da Sociedade de Etnografia e Folclore em 1936, que promoveu pesquisas sistemáticas e cursos de formação em etnografia (Sandroni, 2022). Sua visão inovadora se estendeu à concepção do folclore como um fenômeno vivo e dinâmico, rejeitando a ideia de uma cultura popular estática. Andrade desenvolveu o conceito de "desgeograficação", que propunha a fusão de elementos culturais de diferentes regiões do Brasil para criar uma identidade nacional única (Lopez, 1972; Moraes, 1978). Suas pesquisas sobre danças dramáticas, como o Bumba-meu-boi, e seus estudos sobre a música popular brasileira, incluindo o "Ensaio sobre a Música Brasileira" (Andrade, 2006), foram pioneiros na valorização da cultura popular como elemento central da identidade nacional. Andrade também foi crucial na formação de uma nova geração de pesquisadores do folclore, influenciando nomes como Oneyda Alvarenga e Luís da Câmara Cascudo, e seu legado continua a inspirar estudos folclóricos e culturais no Brasil até os dias atuais.

A trajetória histórica do folclore revela sua importância crescente como campo de estudo e elemento vital da cultura. De suas origens como termo acadêmico no século XIX até seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial no século XXI, o folclore continua a desempenhar um papel crucial na compreensão e preservação das identidades culturais. Esta evolução histórica estabelece as bases para entendermos as profundas

relações entre o folclore e outras esferas da vida social e artística. No próximo tópico, serão tratadas as intrincadas conexões entre arte e folclore, examinando como as manifestações folclóricas têm inspirado e sido transformadas por diversas formas de expressão artística.

RELAÇÕES ENTRE ARTE E FOLCLORE

As interações entre o folclore e as diversas formas de expressão artística são ricas e multifacetadas, revelando uma relação de mútua influência e inspiração. Nesse sentido, busca-se explorar e entender como o folclore tem sido uma fonte inesgotável de inspiração para as artes visuais, música, literatura e artes performáticas. Um foco de análise pode ser - e é o que se propõe neste tópico - a influência do folclore no movimento modernista brasileiro, sua presença na música erudita e popular, sua relação com a literatura escrita e suas manifestações no teatro e na dança.

O folclore brasileiro tem sido uma fonte prolífica de inspiração para as artes visuais, especialmente durante o movimento modernista. Tarsila do Amaral, uma das figuras mais proeminentes deste movimento, incorporou elementos do folclore e da cultura popular em suas obras, criando uma estética única que celebrava a brasilidade. Em pinturas como "Abaporu", de 1928, e "A Negra", de 1923, Tarsila mesclou formas e cores inspiradas na arte popular com técnicas de vanguarda, resultando em uma representação poderosa da identidade cultural brasileira. O movimento modernista como um todo, incluindo artistas como Di Cavalcanti e Anita Malfatti, buscou no folclore e nas tradições populares os elementos para construir uma arte genuinamente brasileira, rompendo com os padrões acadêmicos europeus (Amaral, 1975).

A música folclórica tem exercido uma influência profunda tanto na música erudita quanto na popular. Heitor Villa-Lobos, um dos compositores brasileiros mais renomados internacionalmente, ao longo dos tempos, incorporou extensivamente elementos do folclore em suas composições. Sua série "Choros" e as "Bachianas Brasileiras" são exemplos notáveis de como temas e elementos musicais folclóricos podem ser integrados à música erudita, criando uma linguagem musical única e profundamente brasileira. Internacionalmente, o compositor húngaro Béla Bartók realizou um trabalho semelhante, coletando e incorporando músicas folclóricas do leste europeu em suas composições, demonstrando o potencial universal desta abordagem (Kiefer, 1986).

A relação entre a literatura oral, profundamente enraizada no folclore, e a literatura escrita é outro aspecto fascinante desta interação. Luís da Câmara Cascudo, em sua extensa obra sobre o folclore brasileiro, dedicou-se a coletar e analisar contos populares, provérbios e lendas. Seu trabalho não apenas preservou estas narrativas orais, mas também influenciou escritores contemporâneos e posteriores. Obras como "Contos Tradicionais do Brasil" (Cascudo, 2003) serviram como ponte entre a tradição oral e a literatura escrita, inspirando autores a incorporar elementos folclóricos em suas criações

literárias e contribuindo para a valorização da cultura popular na literatura brasileira.

O folclore encontra uma expressão particularmente vibrante no teatro e na dança, em que as manifestações populares são frequentemente incorporadas ou reinterpretadas em performances artísticas. O Bumba-meu-boi, uma das mais ricas e complexas manifestações do folclore brasileiro, é um exemplo perfeito desta interação. Originário do Nordeste, mas presente em várias regiões do Brasil, com diferentes nomes e variações, o Bumba-meu-boi integra música, dança, teatro e artesanato em uma performance que narra a morte e ressurreição de um boi. Esta manifestação folclórica tem inspirado inúmeras produções teatrais e coreográficas contemporâneas, demonstrando como elementos tradicionais podem ser recontextualizados e revitalizados através das artes performáticas (Cavalcanti, 2006).

A relação entre arte e folclore é, portanto, um diálogo contínuo e frutífero. O folclore fornece às artes um rico repertório de temas, formas e significados enraizados na cultura popular, enquanto as expressões artísticas contemporâneas ajudam a manter o folclore vivo e relevante, reinterpretando-o para novos públicos e contextos. Esta interação dinâmica não apenas enriquece ambos os campos, mas também contribui para a constante renovação e valorização da identidade cultural. No próximo tópico, serão tratadas as complexas relações entre cultura e folclore, examinando como essas duas esferas se influenciam mutuamente e moldam nossa compreensão da sociedade e da identidade coletiva.

CULTURA E FOLCLORE: RELAÇÕES E REFLEXÕES

As interconexões entre cultura e folclore são profundas e multifacetadas, revelando uma relação de mútua influência e constante transformação. Nesta seção, objetiva-se discutir sobre como o folclore se insere no contexto mais amplo da cultura popular, a dinâmica entre tradição e modernidade no folclore, seu papel na preservação da memória coletiva, e as reflexões sobre identidade e globalização que emergem do estudo do folclore em um mundo cada vez mais interconectado.

Peter Burke (2010), em sua obra “Cultura Popular na Idade Moderna”, oferece uma perspectiva interessante sobre o folclore como elemento fundamental da cultura popular. Ele explica que o folclore não é apenas um conjunto de práticas e crenças isoladas, mas um componente integral da vida cotidiana e da visão de mundo das comunidades. O autor destaca que a cultura popular, incluindo o folclore, não é estática nem homogênea, mas um campo dinâmico de interações e negociações entre diferentes grupos sociais. Burke (2010) enfatiza a importância de compreender o folclore dentro de seu contexto histórico e social, reconhecendo as complexas relações de poder e as trocas culturais que moldam suas manifestações. Esta abordagem nos permite ver o folclore não como uma relíquia do passado, mas como uma expressão viva e em constante evolução da cultura popular.

A dinâmica entre tradição e modernidade no folclore é explorada de maneira

instigante por Néstor García Canclini (1997) em “Culturas Híbridas”. Ele advoga que, na América Latina, as fronteiras entre o tradicional e o moderno, o culto e o popular, são frequentemente borradas, resultando em formas culturais híbridas. Ele desafia a noção de que o folclore é necessariamente oposto à modernidade, mostrando como as tradições folclóricas são constantemente reinterpretadas e adaptadas em contextos urbanos e globalizados. Canclini propõe o conceito de “hibridação cultural” para descrever esses processos de mistura e reinvenção, nos quais o folclore não apenas sobrevive, mas se transforma e ganha novos significados. Esta perspectiva nos ajuda a compreender como o folclore permanece relevante e vital mesmo em sociedades altamente modernizadas.

O entendimento acerca do papel do folclore na preservação da memória coletiva pode ser subsidiado por Maurice Halbwachs (1990), em seu trabalho “A Memória Coletiva”. O autor sustenta que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas um processo social de construção e reconstrução do passado. Nesse contexto, o folclore desempenha um papel crucial como veículo de transmissão de memórias, valores e identidades compartilhadas. Por meio de contos, canções, rituais e outras formas de expressão folclórica, as comunidades mantêm vivas suas histórias e tradições, passando-as de geração em geração. O folclore, assim, atua como um repositório da memória coletiva, ajudando a manter a coesão social e o sentido de continuidade histórica em face das mudanças sociais e culturais.

As reflexões sobre folclore, diversidade cultural, identidade e globalização são particularmente relevantes no contexto contemporâneo. À medida que o mundo se torna mais interconectado, surgem questões complexas sobre a preservação das identidades culturais locais frente à influência homogeneizadora da cultura global. Neste cenário, o folclore emerge como um importante marcador de identidade e diversidade cultural, desempenhando um papel dual. Por um lado, atua como força de resistência à homogeneização cultural, preservando tradições locais e regionais. Por outro, funciona como elemento adaptativo que se reinventa em resposta às influências globais, criando formas novas de expressão cultural que refletem tanto o local quanto o global. Esta dinâmica ressalta a natureza fluida e adaptativa do folclore, capaz de manter sua relevância em um mundo em rápida mudança (Appadurai, 1996).

Arjun Appadurai (1996), em “Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization”, oferece uma análise inovadora sobre as relações entre modernidade, globalização e práticas sociais contemporâneas. O autor argumenta que a globalização não leva necessariamente à homogeneização cultural, mas pode resultar em novas formas de diversidade. Ele introduz o conceito de “ethnoscapes” - paisagens de identidade de grupo que se tornam cada vez mais não-localizadas devido a novos padrões de migração transnacional. Appadurai (1996) enfatiza o papel da imaginação na criação de comunidades e identidades culturais no mundo globalizado, analisando como as mídias de massa e as migrações internacionais impactam a formação de identidades e afiliações culturais. Utilizando o exemplo da Índia

pós-colonial, ele ilustra como elementos culturais são amalgamados para formar novas identidades nacionais, propondo uma visão pós-nacional que argumenta que as afiliações culturais transcendem cada vez mais as fronteiras nacionais.

A relação entre cultura e folclore é, portanto, caracterizada por uma constante negociação entre continuidade e mudança, entre o local e o global. O folclore, longe de ser um conjunto estático de tradições, revela-se como um campo dinâmico de expressão cultural, capaz de refletir e moldar as identidades coletivas em um mundo globalizado. Ao mesmo tempo em que preserva a memória e as tradições, o folclore também se adapta e se renova, mantendo-se relevante como uma ponte entre o passado e o presente, o local e o global. Nas conclusões, para finalizar, procuraremos discutir como essas dinâmicas se manifestam concretamente na sociedade contemporânea, explorando a presença e a influência do folclore em diversos aspectos da vida social.

CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio, procurou-se explorar as múltiplas facetas do folclore e suas intrincadas relações com a arte, cultura, sociedade e história. Nossa jornada através desses temas revela que o folclore, longe de ser um mero conjunto de tradições estáticas, é um fenômeno dinâmico e vital que continua a moldar e ser moldado pela sociedade contemporânea.

Iniciou-se a discussão examinando a historicidade do folclore, observando como o conceito evoluiu desde suas origens no século XIX até se tornar um campo de estudo interdisciplinar. A contribuição de estudiosos como Câmara Cascudo e Mário de Andrade foi fundamental para estabelecer o folclore como um elemento central na compreensão da identidade cultural brasileira.

Ao explorar as relações entre arte e folclore, procurou-se evidenciar que as manifestações folclóricas têm sido uma fonte inesgotável de inspiração para artistas em diversos campos. Do modernismo brasileiro na pintura às composições de Villa-Lobos, o folclore tem enriquecido e revitalizado as expressões artísticas, criando pontes entre o tradicional e o contemporâneo.

A análise das interconexões entre cultura e folclore revelou a natureza dinâmica e adaptativa das tradições populares. Com base nas perspectivas de teóricos como Peter Burke e Néstor García Canclini, compreende-se que o folclore não é uma relíquia do passado, mas um componente vivo e em constante evolução da cultura popular, capaz de se reinventar em face da modernidade e da globalização.

A presença do folclore na sociedade contemporânea, como apresentado, manifesta-se de maneiras diversas e significativas. Das festas e celebrações que pontuam o calendário social às suas aplicações na educação e no turismo cultural, o folclore continua a desempenhar um papel vital na formação de identidades, na transmissão de conhecimentos

e na promoção do desenvolvimento econômico e social.

A importância dos estudos folclóricos, portanto, não pode ser subestimada. Em um mundo cada vez mais globalizado e homogeneizado, o folclore emerge como um baluarte da diversidade cultural, um repositório de sabedoria acumulada ao longo de gerações e um meio de expressão da criatividade e da identidade coletiva. Ao mesmo tempo, sua capacidade de adaptação e reinvenção o torna um campo de estudo crucial para compreender as dinâmicas culturais contemporâneas.

O folclore conecta as pessoas com as raízes culturais, oferecendo um senso de continuidade e pertencimento em meio às rápidas mudanças sociais. No entanto, sua relevância vai além da mera preservação do passado. O folclore é um fenômeno vivo, em constante diálogo com o presente, capaz de incorporar novas tecnologias e responder a novos desafios sociais.

O estudo e a valorização do folclore são fundamentais não apenas para a compreensão de nossas tradições, mas também para a construção de um futuro culturalmente rico e diverso. Ao reconhecer o folclore como uma força dinâmica e vital nas sociedades, pode-se abrir caminhos para um diálogo intercultural mais profundo e significativo, essencial em um mundo cada vez mais interconectado.

O folclore, em sua essência, é um testemunho da criatividade, resiliência e diversidade da experiência humana. Continuar a estudá-lo, preservá-lo e reinventá-lo é não apenas um ato de respeito ao passado, mas um investimento vital em nossa capacidade coletiva de imaginar e criar futuros culturalmente ricos e socialmente coesos. Assim, o folclore permanece não como uma relíquia, mas como uma fonte viva de inspiração, identidade e sabedoria, crucial para navegar os complexos desafios do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy A. **Tarsila**: sua obra e seu tempo. São Paulo: Perspectiva, 1975.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. Belo Horizonte: Editora Garnier, 2006.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues**. O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Global, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Tema e variantes do mito**: sobre a morte e a ressurreição do boi. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 69-104, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. Carta do Folclore Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1., 1951, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Folclore, 1951.

DUNDES, Alan. **Interpreting folklore**. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KIEFER, Bruno. **Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

LOPEZ, Telê Ancona Porto. **Mário de Andrade**: ramais e caminho. São Paulo: Duas Cidades, 1972.

MEGALE, Nilza Botelho. **Folclore brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SANDRONI, Carlos. Notas sobre etnografia em Mário de Andrade. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 205-224, jan. 2022.

THOMS, William John. **Folklore**. The Athenaeum, n. 982, p. 862-863, 22 ago. 1846.

SOCIOLOGIA RURAL: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Data de submissão: 05/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Oscar Edgardo N. Escobar
Doutor em educação, pesquisador e professor adjunto na UEPG. Coordenador da disciplina HTTP://IATTES.CNPQ.BR/8384203832319653.

Gabriel Dias Martins
Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Kauane Poliane Kampa
Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Lilyan Barbara Ruivo
Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Natália Stadnytsky Leniar
Acadêmica do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Gabriel Aires
Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Everton Felipe Mayer
Acadêmico do último ano do Bacharel de Agronomia na UEPG.

Quando penso nos limites que circunscrevem as ativas e investigativas faculdades humanas; quando vejo que esgotamos todas as nossas forças em satisfazer nossas necessidades, que apenas tendem a prologar uma existência miserável".

Goethe (Os sofrimentos de Werther)

RESUMO: Este artigo faz parte de um trabalho maior que o pesquisador desenvolve na UEPG. O texto pretende trazer à luz uma visão preliminar sobre a área de conhecimento de sociologia rural. Deve-se esclarecer que esta produção de conhecimento foi produzida pelos acadêmicos e acadêmicas do curso de Bacharelado em Agronomia (último ano).
PALAVRAS-CHAVE: Sociologia Rural, Trabalho e Sociedade.

ABSTRACT: This article is part of a larger work that the researcher develops at UEPG. The text aims to bring to light a preliminary view of the area of knowledge of rural sociology. It should be clarified that this production of knowledge was produced by academics from the Bachelor of Agronomy

course (final years).
KEYWORDS: Rural Sociology, Work and Society.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da nossa experiencia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a disciplina: Sociologia Rural para o curso de Agronomia. Durante vários anos viemos trabalhando com essa área de formação no último ano do referido curso, o desafio desta publicação veio com a Curricularização dos Cursos, pois, como se sabe, estimula-se a produção de conhecimento e a sua socialização com a comunidade. Permitindo-lhes aos acadêmicos e acadêmicas pensar criticamente sobre os problemas fundamentais da sociedade em que vivem.

O primeiro passo nesse sentido foi produzir um conhecimento cientifico que estivesse relacionado ao pensar crítico, ou seja, pensar a sociedade e pensar-se nessa relação social como agente definidor das relações que o representam. Lamentavelmente não foi possível colocar todos os trabalhos que foram produzidos ao longo deste segundo semestre. A partir daí, nossas sinceras desculpas aos demais alunos e alunas.

Antes de iniciar a análise de questões diretamente relacionadas à sociologia rural, é necessário mencionar que existiu uma extensa discussão sobre está área de conhecimento e foram produzidos alguns trabalhos coordenados por quem escreve. Eis aqui alguns a seguir.

UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SOCIEDADE

A área das ciências sociais nos revela de forma coerente a imensa complexidade dos fenômenos sociais, muitas vezes se acreditava que a realidade podia ser compreendida apenas por meio de sua observação e do raciocínio pensado ou pela análise de seus aspectos fundamentais. Contudo, sabemos que isso se denomina pseudociência e, que de nada contribui com o pensamento ou com o conhecimento cientifico. A ciência já evidenciou essa ingenuidade ou equívocos de percepção. Diante disso, iremos explorar essas questões com base numa fundamentação cientifica e objetiva. É amplamente aceito que a trajetória de uma sociedade é completamente diferente do desenvolvimento da natureza, aliás, esta foi crucial para a própria possibilidade da vida humana em sociedade. Destarte, desde os primórdios da sociabilidade, os seres humanos moldam a natureza para atender suas necessidades, tanto em termos materiais quanto espirituais. Não é sem razão, afirmar de que, ao modificar o ambiente, o homem também se constrói coletivamente, possibilitando sua própria sobrevivência e a de outros. Para poder dar continuidade à existência, é imprescindível que os indivíduos satisfaçam suas necessidades básicas de vida, contrário a essa premissa, sua existência entra num campo de fragilidade existencial.

Nos primórdios da humanidade, os indivíduos extraiam da natureza aquilo que

ela generosamente oferecia, porém, com o tempo surgiu a necessidade de aperfeiçoar ferramentas que possibilitassem ampliar suas capacidades físicas. Quer queira ou não, a busca pela satisfação de suas necessidades os levou a estabelecer certas relações sociais para poder garantir e consolidar certas especializações e assim ter um maior domínio desse laboratório natural. Em forma posterior, com a domesticação de animais e o domínio da agricultura tudo melhorou. Todavia, suas interações e a divisão social do trabalho tornará essas relações mais complexas e aparecerão as classes sociais.

Historicamente os aparecimentos das classes gerara socialmente conflitos e contradições que serão resolvidos através das revoluções, isto é, as transformações tornaram-se inevitáveis, possibilitando desse modo, a configuração de novas classes sociais, as elites precisam criar um consenso social que promova a ideia de igualdade, a fim de disfarçar a desigualdade que elas mesmas geraram. Isso é essencial para sustentar as condições de controle que as classes subalternas frequentemente desafiam e tentam reverter. Dessa forma, o conhecimento e as percepções sociais desempenham um papel crucial, isto é, legitimam uma situação que favoreça o exercício do poder, enquanto encobrem as contradições e os conflitos inerentes a essa dinâmica social. Para ilustrar de uma melhor forma este processo, será necessário fazer um parêntese e analisar de uma melhor forma a passagem do sistema feudal para a sociedade moderna. Esse será nosso assunto a seguir

RUMOS A NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS

Apesar das notáveis diferenças e dos contextos históricos distintos, França, Inglaterra e os países Ibéricos darão início a uma série de mudanças nos séculos XVII e XVIII, destacando-se a lenta e gradual transição do sistema feudal para a economia moderna do capitalismo ocidental[1], já em vigor desde o final do século XIV. Há um consenso em afirmar que este processo foi impulsionado pelo enfraquecimento das monarquias europeias, aliado à ascensão de uma burguesia crescente que, após dominar as estruturas agrarias, buscou explorar os mercados por caminhos pacíficos ou bélicos. Neste contexto, o comércio passou a ser o motor da produção, em contraste com o antigo regime, que se regia pelas necessidades básicas da produção e pela luta imediata da sobrevivência. Em outras palavras, a produção voltada para o mercado não era uma prioridade, uma vez que os recursos produtivos eram limitados.

A estrutura de poder mantinha uma rígida autoridade, quem discorda-se da doutrina oficial devia pagar tamanha ousadia e ser banido da sociabilidade; existem inúmeros exemplos que ilustram este período histórico, Giordano Bruno foi pego pela Santa Inquisição Romana e nunca mais conseguiu sua liberdade; em 1600 era queimado em praça pública.

1 “A economia e a sociedade brasileira surgiram como um capítulo da lenta transição que ocorreu na Europa Ocidental, entre aproximadamente finais do século XV e finais do século XVIII, do regime feudal ao regime capitalista. As transformações econômicas e sociais nesse período foram comandadas pela burguesia comercial europeia” (Vita, 1997, p.12).

O astrônomo, matemático e físico Galileu Galilei, morreria pelas mesmas justificativas do filosofo Giordano, porém, mesmo abdicando e negando aquilo que tinha escrito foi punido em cárcere domiciliar, este grande cientista faleceria em 1642. Este período deu início a transformações importantes, pois, estimulou dinâmicas que evidenciaram não apenas a incontrolável ascensão de um novo sistema de produção[2], mas também, simultaneamente, evidenciou um sistema que mantinha seu poder pela extrema violência e pelo medo que seus métodos provocavam na sociedade, eis uma apreciação que encontramos no pensamento do seguinte historiador, afirma ele:

> Ao raiar o século, o mundo medieval estava morrendo, irremediavelmente destroçado pelo humanismo renascentista e pela Reforma protestante. Mas continuavam bem vivos os elementos componentes do mundo medieval. A Igreja Católica era ainda poderosa, muito embora já não fosse o árbitro inconteste em questões de fé em toda a cristandade latina. A nobreza feudal aferrava-se obstinadamente a seus privilégios tradicionais, se bem que o próprio feudalismo estivesse destruído. A visão antiga do universo como sistema geocêntrico era seriamente contestada, mas os homens continuavam a acreditar que os planetas giravam de acordo com as teorias formuladas por Aristóteles ((Blitzer, 1967, p. 10-11).

Com certeza, essas observações são exatas e nos oportunizam uma compreensão deste período da nossa história social. Na convergência dessa dinâmica, tudo nessa época se transforma de um modo radical, pois, se aponta a uma realidade totalmente distinta daquela que esse momento está produzindo. Ao tomar o conhecimento desde uma perspectiva real, distanciada do domínio teológico, vemos surgir um elemento novo, os indivíduos começas a produzir uma visão social de mundo objetiva, principalmente, fundada na experiencia e na observação atenciosa da realidade humana, há um entusiasmo genuíno por encender o funcionamento da natureza e da sociedade, pois, o entendimento das coisas tona-se fundamental a modo de alterar aquilo que estivesse em contra a natureza humana.

Assim, o próprio conhecimento[3] torna-se um elemento de análise, ele começa a se libertar dos dogmas e das "verdades absolutas e inalteráveis, a própria vida social passa a ser questionada e passível de sua transformação, pois, ao ser uma produção humana, a mesma pode ser aletrada por aqueles que estão diretamente ligados à sua construção.

O poder das classes socias começa a ser questionado e criticado com o claro objetivo de modifica-lo para o bem comum. A burguesia[4], focada na sua dinâmica do comercio e do mercado que a impulsionava a prosperar, esta mesma sofria muitas injustiças das classes dominantes da época, como a nobreza, o clero. Talvez por isso, a revolução burguesa

---

2 "O camponês continua a cultivar e a ser esmagado por impostos e corveias; o nobre a caçar e a andar na pândega; o rei a reinar e a guerrear. Quem poderia então imaginar que se preparava a dominação do mundo por um novo Deus: o capital? (Beaud, 1981, p. 23).

3 "A racionalização da sociedade não significa, entretanto, apenas o triunfo do conhecimento cientifico e técnico sobre as formas tradicionais, magicas e religiosas. Ele vai criando também cada vez mais e mais regras e normas que, como vimos, são levadas em conta na hora de os indivíduos agirem e tomarem suas decisões" (Paixão, 2012, p. 127).

4 "E acima de tudo, a classe burguesa em ascensão encontra nos filósofos e cidadãos comum uma força expressiva para defender a desvinculação do conhecimento dos preceitos dogmáticos e oficiais em égide de um saber que tenciona reexaminar as leis gerais sobre a sociedade e economia" (Escobar, 2022, p. 35).

tenha tido tanto êxito na sua época. Eis o que encontramos na seguinte afirmação:

> A revolução segue, no entanto, seu curso: à medida que sé aparecer a cabeça do monstro, que sua fisionomia singular e terrível vai-se descobrindo; que após ter destruído as instituições políticas suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis,, os usos,, os costumes e até a língua; quando, após ter arruinado a estrutura de governo, mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando esta mesma Revolução expande-se rapidamente para fora com procedimentos desconhecidos, táticas novas, máximas mortíferas. (...) Um poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra as coroas, espaga os povos e – coisa estranha! – chega ao mesmo tempo a ganha-los à sua causa; à medida que todas as coisas explodem, o ponto de vista muda. O que, primeiro, parecia aos príncipes da Europa e aos estadistas um acidente comum na vida dos povos, torna-se um fato novo, tão contrário a tudo que aconteceu antes no mundo e, no entanto, tão geral, tão monstruoso, tão incompreensível que ao apercebe-lo o espirito humano fica como perdido (Tocqueville, 1982: 52).

É exatamente por essas razões que, todas essas alterações socias e de poder se expandirão de modo absoluto e constante. Uma nova forma de agir e pensar as relações de sociabilidade que devem passar pelo consenso social e do bem coletivo.

Diante da opressão imposta por parte da nobreza feudal[5] sobre a sociedade da época, fragilizando-a e tornando-a insustentável, emergem vozes de contestação motivadas a guiar uma transformação, essas alocuções impelem ás classes oprimidas a oportunidade de refletir acerca dos males que os assolam e possibilitam o engajamento na alteração das esferas da sociedade, de modo que, pudessem obter condições mais humanas de vida, liberdade e igualdade são expressões que pairam no senso crítico da época, pois, eles refletem os anseios da coletividade. Portanto, cada avanço com relação à consolidação da sociedade capitalista representava, sem dúvida nenhuma, a desintegração de costumes, crenças e modos de vida já obsoletos, as instituições de poder não conseguem esconder seu franco declínio, essas novas formas de organizar a vida social, cada vez mais, ganha terreno e aponta possibilidades de uma nova sociabilidade humana crescente.

Os períodos revolucionários foram marcados por insatisfações com a realidade vivida e buscava-se por atingir situações mais humanas para a vida social, sobre tudo, a igualdade era o lema desta época de grandes mudanças. No entanto, após as classes vitoriosas tomarem o poder em nome do povo, muitos problemas que motivaram esses movimentos, ressurgiriam atualizados sem a possibilidade de uma solução real, inclusive, se manifestarão de forma, mas explicita ou mais veladas. Na fase de ascensão do sistema capitalista há uma crescente mudança na vida social.

A introdução das novas máquinas[6] e de toda a tecnologia desenvolvida na época fez

---

5 “As próprias classes privilegiadas admitiam estar isentas praticamente de todas as taxas da época. O clero e a nobreza julgavam que seria o fim do país se, como agente comum, tivessem de pagar impostos. Quando o governo da França estava em má situação financeira, com as despesas se acumulando rapidamente e deixando muito longe a receita, ocorreu a alguns franceses que a única saída dessa dificuldade era cobrar impostos dos privilegiados” (Huberman,1986, p. 132).

6 A Revolução Industrial, que ocorreu entre 1750 a 1860, representa na história um momento de intensas transforma-

com que a sociedade encontrasse uma nova forma de trabalho. O que antes era algo pacato torna-se, segundo os autores que estudam este período histórico, um regime de disciplina com condutas diferentes e controladas. O trabalho, como era conhecido, é substituído por atividades totalmente distintas. Essa mudança pode ser vista como uma mudança radical, uma transformação.

O homem que antes vivia no campo, para a agricultura, agora se vê num chão de fábrica, com jornadas de trabalho sem descanso ou feriados, frente a novas tecnologias, novas máquinas, os indivíduos passam a ser um mero apêndice da produção. Podemos enxergar essa mudança na vida social como um substrato para o surgimento de uma nova sociedade, cujo desfecho será, posteriormente, o surgimento da sociologia como algo necessário frente a essas mudanças radicais, esta área de conhecimento surge de forma conservadora, pois, visa à manutenção desse novo sistema social que, no século XIX começa a entrar num franco declínio e decadência. Voltando a nosso interesse original, no período de ascensão do sistema burguês desempenhará um papel eminentemente revolucionário e transformados, pois, a nível da produção de conhecimento, podemos observar que:

> Cada avanço com relação à consolidação da sociedade capitalista representava a desintegração, o solapamento de costumes e instituições até então existentes e a introdução de novas formas de organizar a vida social. A utilização da máquina na produção não apenas destruiu o artesão independente, que possuía um pequeno pedaço de terra, cultivado nos seus momentos livres. Este foi submetido a uma severa disciplina, a novas formas de conduta e de relações de trabalho, completamente diferentes das vividas anteriormente (Martins, 1994, p. 12).

Baseado nesse desenvolvimento, o sistema econômico capitalista conseguira minar e mudar todas as relações das atividades produtivas anteriores; o que distingue as épocas anteriores umas das outras não é o que se faz, mas sim como se faz, com que instrumentos de trabalho se produz daqui para a frente, eis o sucesso desta nova relação econômica que surgirá a partir do último terço do século XIV.

De um modo totalmente distinto ao da natureza, nos processos históricos atuam seres humanos que tem consciência de pensar o mundo e pensar-se dentro desse mundo, visando a desenvolver e atingir objetivos e trabalhos ou tarefas que permitam a sua existência como seres de sociabilidade. É interessante colocar que, este processo não ocorre por vontades individuais ou mesmo subjetivas, mais sob circunstancias que inicialmente não eram previstas, há resultados que ninguém esperava ou previa, todavia, podem ocorrer resultados totalmente distintos daqueles que se esperava. Desse modo, sempre a realidade será objetiva, isto, não quer dizer que os indivíduos não possam planejar suas atividades produtivas, longe disso, em outras palavras, torna-se:

ções tecnológicas e transformações no modo de viver e no trabalho da sociedade. Surge, nesse período, um acentuado conflito e contradições entre as classes fundamentais, burguesia e as classes trabalhadoras.

> Supérfluo acrescentar que s homens não são livres para escolher as suas "forças produtivas" – base de toda a sua história - pois toda força produtiva é uma força adquirida, produtos de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria na história da humanidade; que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens e, maior conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento (Marx, 1985: 207).

Portanto, os indivíduos são ao mesmo tempo agentes e autores de sua própria realização humana, como foi observado na citação, não escolhem as suas relações sociais, são submetidos a elas, num processo denominado socialização, esta é uma construção histórica e coletiva. O século XIX marca uma virada na história da humanidade, pois, a sociabilidade burguesa começa a ser questionada e procura-se alterar essa relação econômica, inclusive, a própria história inicia um processo de negação frente às crises de superprodução e a um desemprego persistente e continuo. Há um interesse afincado em propor novas relações socias; Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, por exemplo, propõem uma mudança substancial nessas relações econômicas, estes socialistas utópicos evidenciam a necessidades urgente de mudanças nas esferas da vida social, pois, enxergaram que o avanço da tecnologia, da divisão do trabalho, a quantidade de instrumentos operados pelos trabalhadores e trabalhadoras produziam um nível de desenvolvimento das forças produtivas que geravam um excedente econômico capaz de atender todas as necessidades da sociedade como um todo. O último, chega a propor de que:

> A união dos industriais com os homens de ciência, formando a elite da sociedade e conduzindo seus rumos era a força capaz de trazer ordem e harmonia à emergente sociedade industrial. A ciência, para ele, poderia desempenhar a mesma função de conservação social que a religião tivera no período feudal. Os cientistas, ao estabelecer verdades que seriam aceitas por todos os homens, ocupariam o papel que possuía o clero na sociedade feudal, ao passo que os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros substituiriam os senhores feudais. Esta nova elite estabeleceria os objetivos da sociedade, ocupando, para tanto, uma posição de mando diante dos trabalhadores (Martins, 1994, p. 41).

Certamente estas propostas políticas que visavam a uma melhoria de vida, terão letra morta frente à realidade existencial das classes produtivas, não entanto, foram de extrema importância, pois, evidenciam as péssimas condições de trabalho que viviam os homens dessa época e desempenharam, indiretamente, uma crítica a essa realidade existente.

As artes e a literatura, historicamente, sempre representaram instrumentos de poder e armas para manifestação das ideias e lutas das pessoas menos favorecidas socialmente, ou que sofriam alguma forma de opressão por meio dos poderes e autoridades instituídas. A literatura sempre contribuiu para influenciar o pensamento de uma época, neste período histórico não foi diferente, aqui ela cumprirá um papel fundamental, pois, foi a artífice da denúncia, expôs de forma continua uma comunicação que incentivava o avanço de mudanças mais qualitativas e na própria sociabilidade e nos aspectos da própria condição humana. O pensamento cientifico ocuparia um papel fundamental para reservar e desenvolver transformações objetivas e de cunho real. Eis o que afirma o autor citado:

> A formação e o desenvolvimento do conhecimento sociológico crítico e negador da sociedade capitalista sem dúvida liga-se à tradição do pensamento socialista, que encontra em Marx (1818-183) e Engels (1820-1903) a sua elaboração mais expressiva. Estes pensadores não estavam preocupados em fundar uma sociologia como disciplina especifica. A rigor, não encontramos neles a intenção de estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes campos do saber, tão ao gosto dos “especialistas” de nossos dias (Martins, 1994, p. 52).

Estes pensadores marcaram profundamente a produção de conhecimento relacionados aos estudos da sociedade. O materialismo histórico e a dialética materialista consolidariam uma nova forma de abordar as relações humanas e a possibilidade de apontar transformações objetivas e de orientação real na vida cotidiana dos seres sociais. Esse novo método aplicado ao estudo da sociedade trouxe inúmeras contribuições para o entendimento e a interpretação da realidade, independentemente de seu contexto histórico. Certamente, este assunto requer uma análise separada e minuciosa.

As classes trabalhadoras que, no início se comportavam ingenuamente, a partir do momento em que a crise se agudiza com os grandes ajustes fiscais e a perda de direitos civis, as lutas sociais tomam lugar uma postura atuante e questionadora, procurando novos referenciais de governo, essas lutas estão a tornar-se continuas e cada vez mais prolongadas, tanto a nível nacional quanto mundial. Estamos nos aproximando a uma realidade na qual ninguém pode ficar insensível. Deve- -se compreender que o sistema atual, mesmo com todas as dificuldades impostar à vida cotidiana, possui e gera as condições materiais e as formas adequadas para a reconstrução econômica da sociedade, este novo cenário não limita a emancipação qualitativa, uma vez que:

> Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento o sistema do capital era imensamente dinâmico, em muitos aspectos, também positivo. Somente com o passar do tempo – trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – e se tornou uma força regressiva perigosa. (...) A aniquilação da história é o único curso de ação plausível, inseparável da cegueira do capital ao futuro dolorosamente tangível que deve ser enfrentado (Mészáros, 2007:25).

Consequentemente, observa o autor da citação, não pode existir uma solução

dentro da própria relação das atividades econômicas do mercado, somente pela própria emancipação da sociedade como um todo que se pode abrir a contingência qualitativa da transformação social esperada. As exigências da vida coletiva invadem essa necessidade, enquanto evento histórico impostergável. Desse modo, as frequentes crises que vivemos em nossa época e em cada fase delas se intensificam cada vez mais, os fracassos por supera-las, os recursos oficiais são astronômicos em benefício do mercado que agravam as condições de todos os indivíduos da época vigente. Portanto, as relações atuais indicam a necessidade de sua modificação, não porque uma relação social seja melhor que outra, mas porque torna-se uma exigência histórica.

A centralidade das atividades de trabalho humano implica na afirmação da classe trabalhadora como agente fundamental, ainda que não único, do processo de construção de uma sociedade centrada numa democrática qualitativa como uma forma superior da sociabilidade, em que as forças produtivas estejam libertas das amarras impostas pela manipulação do capital; para que o tempo de trabalho dos indivíduos se consubstancie como riqueza disponível para o usufruto da totalidade da sociedade e não de um grupo pequeno como é na sociedade hodierna.

Devemos saber que com o passar do tempo, os indivíduos vão adquirindo novas habilidades a partir de suas experiências de vida. Eles inventam novas formas de se conectar com a natureza e a sua própria sociedade, especialmente, para transformá-la e atender melhor às suas necessidades. É justamente por isso que diversificaram suas atividades de trabalho e contribuíram cada vez mais com o desenvolvimento das gerações que a precederam. É verdade que todas as ações que envolviam uma clareza crescente de consciência possibilitaram um maior esforço para interpretar a realidade e direcioná-la num sentido favorável às expectativas do coletivo. Historicamente há muitos exemplos que ilustram consistentemente estas questões, inclusive muitos arautos perderam sua existência por dar sua contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária. Da mesma forma como a sociedade progredirá, as atividades de trabalho oportunizaram modificações que alteraram as relações de poder e permitiram que as classes socias que outrora estivessem numa posição de fragilidade e de submissão ascendessem a uma posição de dominação. É o brilho da história.

Levando em conta essas observações podemos cogitar que, o poder dominante[7] constituído navega num sentido contrário aos interesses da maioria da população, embora seja construído um discurso (ideológico) que apresente um interesse em situar, por exemplo, as esferas educativas como uma preocupação prioritária da institucionalidade, há um consenso entre os pesquisadores de que isto não é verdade; o que existe é uma

7 “O Estado deveria proporcionar a solução para os problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo. Pelo contrário, tentativas de medidas corretivas de Estado – desde intervenções militares perigosas para enfrentar o colapsos financeiros graves em uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, apesar das vás garantias em contrário” (Mészáros, 2015, p. 15).

preocupação contraria à sociedade. Para tanto, as atividades que se desenvolvem no interior dos espaços educacionais devem oportunizar a produção de conhecimentos que permitam desvendar a realidade na qual os seres humanos convivem seu dia a dia. Portanto, este é um primeiro intento, certamente num futuro caberá retomar este assunto novamente.

CONCLUSÕES

Finalmente, ao olharmos sob uma ótica histórica, conseguimos perceber que o método se revela como uma ferramenta crucial para investigar as mudanças e previsões em práticas que reivindicam os interesses da coletividade. Ele nos permite interpretar as sociedades como resultantes de suas condições que as tornam viáveis. Nesse sentido, desde as primeiras manifestações de sociabilidade até as formas contemporâneas, é possível realizar uma análise científica que possa ser entendida, uma vez que são os indivíduos que formam a sociedade. Portanto, sendo algo criado pelo ser humano, essa sociedade pode ser modificada sempre que considerado necessário e apropriado.

Assim, é inegável que, ao longo do tempo, as interações entre capital e trabalho, que ocorrem em um contexto social, econômico e cultural delicado, estão dando origem a forças produtivas notáveis que promovem e aceleram transformações em todas as esferas sociais. Em síntese, cremos que esta breve reflexão contribui para a discussão em questão, mas não esgota o tema; trata-se de um estudo preliminar que ainda está em desenvolvimento e análise. Embora os pesquisadores geralmente não recomendem encerrar um texto com a citação de um autor, neste caso específico não posso deixar de consagrar essa reflexão: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” (Antônio Gramsci).

Essas e outras questões representam desafios que devem ser compreendidos e analisados por todos aqueles que, de alguma forma, estão conectados a uma realidade inescapável presente na vivência diária das nossas vidas.

Em última análise, o estudo dessa transição histórica sublinha a necessidade de uma abordagem nuançada na crítica, pois, ao se examinar períodos de mudança históricas, sempre os indivíduos souberam apontar os caminhos para uma existência melhor. Portanto, compreender a Idade Média e a Idade Moderna não como momentos isolados, mas como parte de um continuum histórico e, sobretudo, mediatizados pelas relações do coletivo, é que nós permitimos reconhecer as complexidades da evolução social e intelectual e valorizar as contribuições do conhecimento científico na construção desse entendimento e das circunstancias históricas que o tornaram possível. Esta pequena introdução ao estudo da sociedade, sugere-se que se retome este assunto numa outra oportunidade de modo a avançar em nossos estudos.

REFERÊNCIAS

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21ª edição. Trad. Waltensir Dutra. Ed. Livros Técnicos e Científicos S. A. Rio de Janeiro, 1986.

BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Trad. De José Vasco Marques. Editorial Teorema, LDA. Lisboa. 1981

BLITZER, Charles. **A Era dos Reis**. Editora: Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1967.

ESCOBAR, Edgardo, N. **Sobre a universidade**: o declínio da sociedade atual. Editora: Viseu. Maringa, 2022.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Editora: Global, São Paulo, 1985.

MARTINS, Carlos. **O que é sociologia**. 38ª edição. Editora: Brasiliense, São Paulo, 1994.

MÉSZÁROS, I**. O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

___________. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. Tradução: Maria Izabel Lagoa. 1ª edição. Editora: Boitempo, São Paulo, 2015.

PAIXÃO, Alesandro. **Sociologia Geral**. Editora: InterSaberes, Curitiba, 2012.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. Trad. De Yvonne Jean. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª ed. 1982

VITA de Álvaro. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. 6ª edição. Editora: Ática, São Paulo, 1997.

USO PÚBLICO NA TRILHA DA PEDRA DO URUBU: UMA PROPOSTA DE ORDENAMENTO

Data de submissão: 03/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Lafayette Costa Neto
Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo auxiliar o plano de ordenamento de uso público da Trilha da Pedra do Urubu, localizada ao sul do município de Palhoça (SC) e inserido no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Para tal, foi realizado o levantamento da percepção e preferências dos visitantes através da aplicação de questionários e com a metodologia de Limite Aceitável de Câmbio (LAC) foi feita a análise dos indicadores físicos e recreativos da trilha juntamente das propostas de manejo. Os indicadores que mais se destacaram nos questionários foram os conectados à segurança dos caminhantes, como a ausência de degraus, cordas e corrimões para auxílio da locomoção, pontos de escorregamento e o descontrole do número de pessoas no alto do mirante. Dentre os entrevistados, 80% declararam que estes indicadores fazem forte influência na experiência e aproximadamente 60% alegaram que a condição observada era ruim ou péssima. Através dos procedimentos da metodologia LAC, foram estabelecidos os indicadores: espécies exóticas invasoras, trilhas secundárias, áreas de clareira, lixo/dejetos, número de visitantes no mirante e encontro entre grupos. A conclusão indica que no plano de ordenamento deve-se priorizar a integridade física dos caminhantes, limitando o número de pessoas no mirante assim como a instalação de painéis de educação e interpretação ambiental com intuito de sensibilizar os visitantes em relação à fragilidade dos ecossistemas da trilha e a importância do geossítio.
PALAVRAS-CHAVE: Uso público; Pedra do Urubu; Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; Geossítio.

ABSTRACT: This article aims to assist the public use planning for the Pedra do Urubu Trail, located in the south of the municipality of Palhoça (SC) and inserted in the Serra do Tabuleiro State Park. For this purpose, a survey of the perception and preferences of visitors was carried out through the application of questionnaires and the Limit Acceptable Change (LAC) methodology was used to analyze the physical and recreational indicators of the trail together with the management proposals. The

indicators that stood out the most in the questionnaires were those connected to the safety of hikers, such as the absence of steps, ropes and handrails to aid movement, slipping points and the lack of control in the number of people at the top of the lookout point. Among the interviews, 80% declared that these indicators have a strong influence on the experience and approximately 60% claimed that the condition observed was bad or very bad. Through the steps of the LAC methodology, the following indicators were defined: invasive alien species, secondary trails, clearing areas, garbage/waste, number of visitors at the lookout point and meeting between groups. The conclusion is that in the planning, the physical integrity of the hikers should be prioritized, limiting the number of people at the lookout point, as well as the implementation of education and environmental interpretation panels in order to sensitize visitors to the environmental fragility of the trail and the geosite importance.
KEYWORDS: Public Use; Pedra do Urubu; Serra do Tabuleiro State Park; Geosite.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as atividades ligadas ao Uso Público dentro das Unidades de Conservação (UC) vêm se mostrando como eficientes alternativas para alcançar os objetivos propostos nos planos de manejo, no entanto, as áreas recreativas vêm sendo estabelecidas, em sua maioria, sem o adequado planejamento, colocando em risco a estabilidade dos ecossistemas afetados e provocando muitas vezes outros sérios danos á natureza (Takahashi, 2004). Dentro desse contexto, as ações de ordenamento nas áreas recreativas são fundamentais para melhorar a relação dos usuários com a UC, buscando causar o mínimo impacto para a natureza do local e garantir a boa qualidade das visitações.

No Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), a atração de visitantes é um dos pontos mais fortes do parque, sendo o turismo a atividade com o maior potencial para a integração social da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da região. (CERTI, 2017).

O PAEST é a maior UC de proteção integral do estado de Santa Catarina, ocupa uma área de aproximadamente 84 km², abrangendo parte dos munícipios de Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes, mais as ilhas do Siriú, dos Cardos, do Largo, do Andrade, do Coral e os arquipélagos das Três Irmãs e Moleques do Sul (MMA, 2020).

A Pedra do Urubu é um geossítio situado há 110 metros de altitude, constituída por um afloramento de granito tipo ilha, sobressaindo-se aproximadamente 20 metros do topo do promontório, resultante da ação do intemperismo químico sobre as zonas de fraturas do embasamento cristalino, gerando sua exposição em forma de um tor granítico diaclasado (Pimenta, 2016). A parte superior do afloramento funciona como um mirante natural aonde é possível avistar o Rio da Madre, Lagoa do Ribeirão, Ilha do Coral, praia da Guarda e Gamboa além de outras localidades do PAEST e região.

Figura 1 – Vista do mirante da Pedra do Urubu

Fonte: Autor (2020)
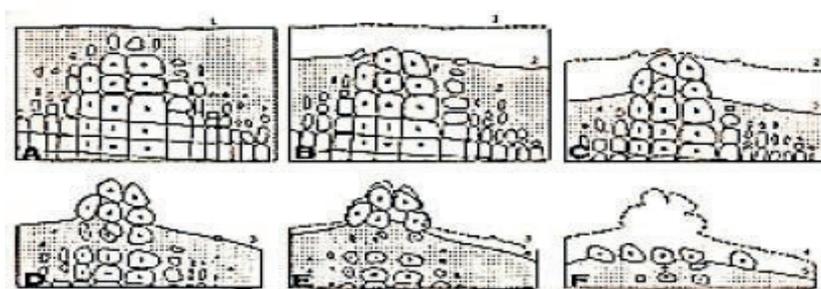
Figura 2 – Esquema demonstrando a formação de um tor granítico

Fonte: Bigarella (2009)

É importante ressaltar que a Pedra do Urubu é o ponto mais elevado de um promontório de interface marinho-costeira, com aproximadamente 2,5 quilômetros de extensão e orientação leste- sudeste. A localidade abriga um conjunto de geossítios com relevância nacional, como a Foz do Rio da Madre, a Praia do Maço e o Vale da Utopia.

O promontório localiza-se no sul do município de Palhoça (SC), no distrito da Guarda do Embaú e está inserido no Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras do Maciambú, onde o PAEST é limítrofe a duas outras UCs, a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca e APA do Entorno Costeiro. O acesso à Pedra do Urubu é feito por uma trilha de 519 metros de extensão que se inicia na Guarda do Embaú, com nível de dificuldade variando entre média e difícil. O local tem sido intensamente utilizado por turistas durante os meses de verão para observação do mar, acesso às praias vizinhas, atividades de trekking, camping e surfe. Tal uso desordenado tem gerado pressão sobre os ecossistemas locais, especialmente no que diz respeito à abertura de trilhas irregulares, pisoteio da vegetação em estágio frágil de regeneração e deposição irregular de lixo e

dejetos sanitários. Por essas razões o local é estratégico e prioritário para a regularização e ordenamento de uso público.
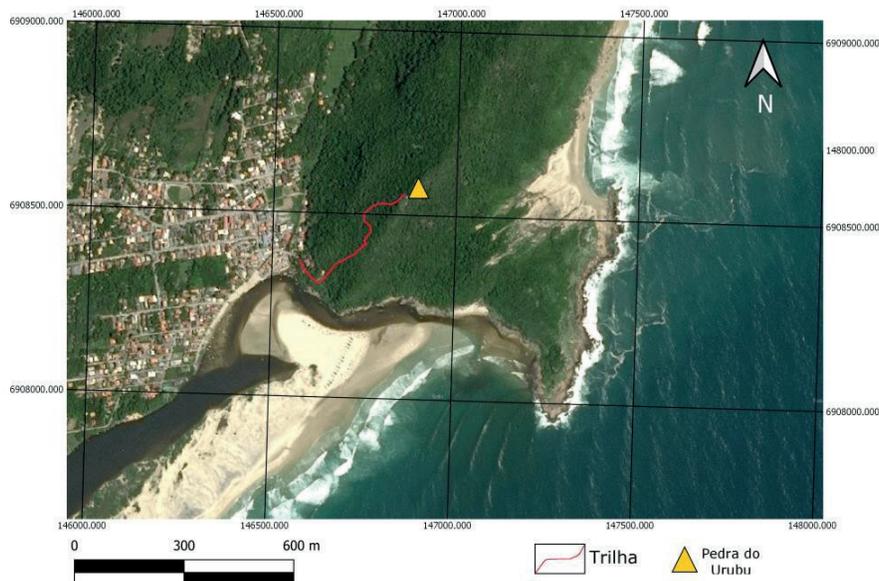
Figura 3 – Mapa de localização da Trilha e do geossítio Pedra do Urubu

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Figura 4 – Perfil altimétrico da Trilha da Pedra do Urubu

Fonte: adaptado de Google Earth Pro (2021)

Em áreas naturais, as trilhas desempenham importantes funções, sendo também consideradas instrumentos de manejo. Entre as funções destacam-se a de conectar os visitantes com o lugar criando maior compreensão e apreciação dos recursos naturais e culturais; provocar mudanças de comportamento atraindo e envolvendo as pessoas nas tarefas de conservação; aumentar a satisfação dos usuários criando uma impressão

positiva sobre a área; influenciar a distribuição dos visitantes tornando-a planejada e menos impactante (Vasconcellos, 1998).

No entanto, os estudos de Eeisenlohr et. al. (2013), Simiqueli & Fontoura (2007), Cole (2004) entre outros pesquisadores, apontam que as trilhas apresentam um caráter contraditório, representando uma fonte de distúrbios ambientais quando não são concebidas de maneira correta, levando à fragmentação de hábitats e reduzindo ou eliminando a integridade de uma área de vegetação nativa.

A abertura de clareiras para a construção de trilhas pode causar mudanças na comunidade vegetal local, as plantas não conseguem se adaptar à súbita mudança de condição e há alteração na diversidade e composição das espécies. O uso inadequado das trilhas pelos visitantes pode provocar alteração e destruição dos *habitats*, fuga de algumas espécies de animais, alteração dos canais de drenagem, compactação do solo pelo pisoteio e redução da regeneração natural de espécies vegetais (Murcia, 1995).

Todo fragmento florestal possui sua área mais externa, chamada de “área de borda”, que delimita a transição entre um tipo de hábitat e outro. O hábitat que compõem a borda dos fragmentos favorece espécies generalistas e dificulta a entrada de espécies mais sensíveis que tenham necessidades especiais relacionadas às áreas núcleo (Forman & Godron, 1986). Frequentemente quando construímos trilhas, estamos reduzindo áreas de núcleo e aumentando a área de borda dentro de um ecossistema.

METODOLOGIA

Os estudos acerca da preferência e percepção dos visitantes em relação às condições físicas e sociais das trilhas têm sido realizados em diversos países (Takahashi & Milano, 2002). A preferência e percepção se referem à importância relativa que o visitante atribui a alguma situação ou condição da trilha. Os questionários foram selecionados para obter informações relativas ao perfil dos usuários e foram utilizadas para enriquecer a proposta de implementação da trilha da Pedra do Urubu.

O questionário da percepção e preferências dos visitantes foi elaborado com base na proposta de Takahashi (2004), adaptado pelo autor para o contexto da pesquisa e redigido em português e espanhol. O objetivo foi coletar informações básicas dos visitantes, como cidade e estado de origem, faixa etária, grau de escolaridade e nível de conhecimento da UC. Além disso, foram selecionadas condições negativas presentes na trilha para serem questionadas, levando assim ao entendimento do grau de influência na experiência do visitante e a situação observada na trilha.

COMO AS **CONDIÇÕES NEGATIVAS** ABAIXO **DIMINUEM** A QUALIDADE DE SUA VISITA E COMO VOCÊ CLASSIFICARIA A SITUAÇÃO ATUAL OBSERVADA NA ÁREA?

CONDIÇÕES NEGATIVAS	PREFERÊNCIA (a) Influencia muito (b) Medianamente (c) Não influencia	SITUAÇÃO OBSERVADA (1) Péssima (2) Ruim (3) Aceitável (4) Boa
1) Falta de sinalização (placas/direções)	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
2) raízes e pedras expostas ao longo da trilha	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
3) Trechos pisoteados/escorregadios	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
4) Áreas sem vegetação (clareiras)	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
5) Falta de degraus e cordas para auxiliar a caminhada	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
6) Falta de segurança no topo do mirante	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
7) Lixo/Resíduos/Dejetos	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
8) Encontro com outros grupos	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
9) Ruídos provocados por outros grupos	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)
10) Trilhas não oficiais/secundárias	(a) (b) (c)	(1) (2) (3) (4)

Figura 5 – Questionário de qualidade de visitação

Fonte: adaptado de Takahashi (2004)

Foram aplicados 26 questionários em duas campanhas de campo nos meses de janeiro e fevereiro de 2020. As respostas foram digitalizadas no Google Forms e posteriormente tabuladas no Microsoft Excel para análise de dados e elaboração de gráficos.

Para melhorar a compreensão do questionário e da pesquisa de forma geral, foi elaborado um mapa cognitivo de potencialidades e condições negativas na trilha e no mirante.

Figura 6 – Mapa cognitivo de uso público e condições negativas na trilha da Pedra do Urubu

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

A metodologia de Limite Aceitável de Câmbio (LAC) proporciona um sistema

organizado para tomada de decisões que auxiliam a determinação de fatores e condições recreativas que são aceitáveis e quais as atitudes de manejo devem ser adotadas para o controle da qualidade da área em estudo (Takahashi & Cegana, 2006). A metodologia é desenvolvida através de nove etapas.

Etapa 1 – Definição dos objetivos e das condições desejadas na área de estudo.
Etapa 2 – Identificação dos valores e das limitações da área.
Etapa 3 – Identificar e descrever as zonas conforme suas condições ecológicas, recreativas e administrativas.
Etapa 4 – Selecionar os indicadores de impacto observados.
Etapa 5 – Inventariar os recursos e as condições existentes com identificação e mapeamento dos dados.
Etapa 6 – Especificar os limites dos indicadores estipulando o nível de impacto aceitável para cada zona.
Etapa 7 – Identificação das condições naturais e recreativas adequadas para cada zona.
Etapa 8 – Estabelecimento de ações de manejo para cada condição negativa identificada.
Etapa 9 – Avaliar e selecionar a viabilidade técnica e econômica para as ações de manejo identificadas.

Tabela 1 – Etapas para aplicação da metodologia LAC

Fonte: adaptado de Takahashi & Cegana (2006)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à faixa etária dos visitantes, houve uma predominância dos intervalos entre 20 e 50 anos, representando 84% dos entrevistados. Notou-se que houve ausência de visitantes abaixo dos 10 anos e acima de 60 anos de idade, o que indica que a dificuldade da trilha pode ser um fator limitante para alguns visitantes. A metade dos visitantes abordados estava acompanhada de amigos e a outra metade se dividiu entre familiares ou caminhantes que se encontravam sozinhos. Em relação ao estado ou país de origem dos entrevistados, houve dez de Santa Catarina, nove do Rio Grande do Sul, dois de São Paulo, um do Mato Grosso, dois da Argentina e dois do Uruguai. As respostas relacionadas ao grau de escolaridade mostraram que a maioria dos entrevistados havia concluído ensino superior ou estavam cursando a graduação.
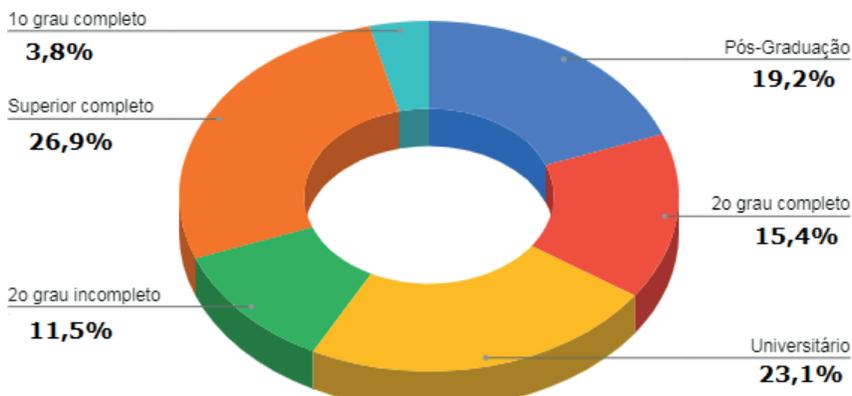
Figura 7 – Grau de escolaridade dos visitantes entrevistados

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Apesar da ausência de comunicação visual retratando o pertencimento da Trilha da Pedra do Urubu ao PAEST, 73% dos entrevistados alegaram ter consciência que estavam dentro de uma UC.

Em relação aos aspectos biofísicos e sociais da trilha, os entrevistados foram orientados a indicar o grau de influência que cada indicador negativo representa na sua experiência, e a partir dessa determinação opinar qual foi a situação observada em relação á qualidade dos indicadores. As opções de múltipla escolha continham as respostas: bom, aceitável, ruim ou péssimo.

Um aspecto importante da trilha é a ausência de um sistema organizado de sinalização de distâncias e direções e a interpretação ambiental dos elementos naturais presentes. Esse aspecto foi considerado por 65% dos visitantes como de forte influência, no entanto, a metade dos entrevistados respondeu que a situação estava aceitável, 25% boa e restante entre ruim e péssimo.

Devido ao índice elevado de precipitação nos meses de verão, ocorre intensificação da erosão laminar sobre o leito da trilha, que somada ao ato de pisoteio feito pelos caminhantes resulta em vários pontos com presença de raízes e pedras expostas e em alguns trechos com declividade mais acentuada o caminho se torna escorregadio, limitando a locomoção e aumentando o risco de acidentes. Em relação a esses aspectos, a presença de raízes e pedras expostas mostrou pouca influência na experiência dos caminhantes, que em sua maioria alegaram que as condições estavam boas ou aceitáveis. No entanto, em relação aos pontos de pisoteio e escorregamento, os entrevistados relataram grande influência sobre a experiência, onde 46% informaram que a situação estava ruim e 11% péssima.

A vegetação predominante na trilha da Pedra do Urubu é a floresta ombrófila densa submontana em estágio secundário de sucessão ecológica, com alta fragilidade

e vulnerabilidade à entrada de espécies exóticas invasoras. O desrespeito ao caminho delimitado pelo leito principal resulta na abertura de trilhas secundárias e na formação de pequenas clareiras nas áreas adjacentes à trilha. Esse impacto desacelera a evolução da sucessão ecológica local e cria pontos temporários de deposição de lixo e dejetos sanitários. De forma geral a maioria dos entrevistados relatou que esse aspecto apresenta média influência na qualidade da trilha, onde 85% consideraram as condições entre boa a aceitável.

Os aspectos conectados à segurança dos caminhantes, como a ausência de degraus, cordas e corrimões para auxílio da locomoção, assim como o descontrole do número de pessoas no alto do mirante foram o de maior destaque no resultado dos questionários. Dentre os entrevistados, 80% declararam que estes indicadores fazem forte influência na experiência e aproximadamente 60% alegaram que a condição observada era ruim ou péssima.
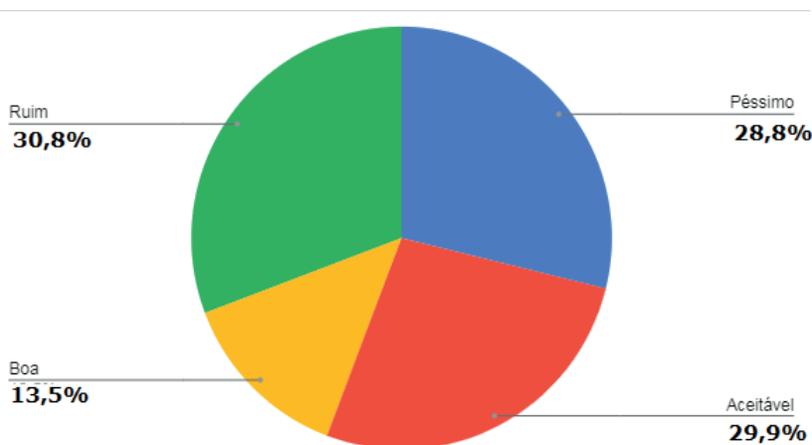
Figura 8 – Situação observada em relação à segurança no mirante e ausência de estruturas para auxiliar a caminhada

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Os resultados das respostas ligadas aos fatores sociais, como o encontro com outros grupos e ruídos provocados pelos mesmos, metade dos entrevistados informaram que há média influência na qualidade da visitação, onde 60% alegaram que a situação era aceitável, 25% boa e 15% entre ruim ou péssima.

Conforme o zoneamento de uso público feito no plano de manejo do PAEST, a trilha da Pedra do Urubu é classificada como de uso intensivo. Atualmente, uma ação de parceria entre o PAEST, Prefeitura Municipal de Palhoça e Instituo Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), irá instalar as estruturas necessárias para ordenamento do uso público no local de estudo e em outras trilhas da região. No entanto, a situação atual ainda permanece com problemas de sinalização para os caminhantes e ausência de

painéis de interpretação e educação ambiental. Nos meses de verão, que coincidem com as altas taxas de precipitação e visitação da trilha, os indicadores negativos se tornam mais acentuados, sobretudo aos finais de semana e datas festivas, como natal, ano novo e carnaval. A ausência de coleta de lixo na trilha, juntamente da abertura de trilhas secundárias e clareiras, favorecem a deposição de resíduos sólidos e orgânicos (dejetos sanitários). Os pontos escorregadios, somados à ausência de estruturas de segurança limita o acesso à trilha e aumenta o índice de acidentes. No dia de aplicação dos questionários, dois acidentes sem ferimentos graves foram registrados na trilha, justamente nos pontos de erosão e declividade acentuada.

Para auxílio de ordenamento da trilha foi aplicada a metodologia LAC, onde os indicadores foram destacados, juntamente aos limites aceitáveis, formas de monitoramento e ações de manejo necessárias.

Indicadores de Impacto		Limite Aceitável	Frequência de monitoramento	Ações de manejo
Indicadores físicos	Espécies exóticas invasoras nas bordas da trilha	Nenhuma até 2 metros do leito da trilha	Mensal	Retirada das espécies exóticas até 2 metros das bordas da trilha.
	Trilhas secundárias	Nenhuma	15 dias	Bloqueio do acesso e educação ambiental.
	Áreas de clareira	1 por semana	Semanal	Isolamento e sinalização da área / plantio de nativas
	Lixo/Dejetos	Nenhuma	Diário	Latas de lixo, coleta diária e educação ambiental.
Indicadores recreativos	Número de visitantes no mirante	8 pessoas	Finais de semana e feriados	Sinalização na subida do mirante e controle de acesso.
	Encontro de grupos	8 pessoas por grupo	Finais de semana e feriados	Controle do número de visitantes e número de grupos.

Tabela 2 – Matriz de impactos, monitoramento e ações de manejo.

Fonte: adaptado de Takahashi & Cegana (2006)

CONCLUSÃO

Nos meses de verão, que coincidem com as altas taxas de precipitação e visitação da trilha, os indicadores negativos se tornam mais acentuados, sobretudo aos finais de semana e datas festivas, como natal, ano novo e carnaval. A ausência de coleta de lixo no

local, juntamente da abertura de trilhas secundárias e clareiras, favorecem a deposição de resíduos sólidos e orgânicos (dejetos sanitários).

Os aspectos conectados à segurança dos caminhantes, como a ausência de degraus, cordas e corrimões para auxílio da locomoção, assim como o descontrole do número de pessoas no alto do mirante foram o de maior destaque no resultado dos questionários. Dentre os entrevistados, 80% declararam que estes indicadores fazem forte influência na experiência e aproximadamente 60% alegaram que a condição observada era ruim ou péssima.

Em relação às ações de manejo na localidade, recomenda-se: retirada de espécies exóticas invasoras na zona de influência da trilha (dois metros de cada lado); informar os caminhantes sobre respeitar o caminho principal e bloquear o acesso às trilhas alternativas; isolar áreas de clareira e fazer replantio de espécies nativas nos espaços degradados; instalar uma lixeira na entrada do mirante com coleta diária; sinalizar claramente o limite máximo de pessoas no alto do mirante; controlar o número de pessoas por grupos buscando intervalos de tempo para evitar encontros e distúrbios entre os mesmos.

Além dos fatores relacionados aos indicadores físicos e recreativos, recomenda-se um pequeno painel de interpretação ambiental para sensibilização dos visitantes em relação à fragilidade do ecossistema local e a relevância do geossítio Pedra do Urubu.

REFERÊNCIAS

COLE, D. N. *Impacts of Hiking and Camping on Soils and Vegetation: A Review.* In: BUCKLEY, R*. Environmental impacts of ecotourism. International Centre for Ecotourism Research.* Griffith University, Parklands Drive, Queensland, Australia, 2004.

EISENLOHR, P. V., et. al**.** *Trilhas, florestas e restauração ecológica: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas?.* Hoehnea, São Paulo, SP, vol. 40 n.3, p. 407-418, 2013.

FORMAN, R. T.; GODRON, M. *Landscape ecology***.** Nova York, EUA: Wiley and Sons Ltda., 1986, 640 p.

FUNDAÇÃO CERTI. *Desenvolvimento do Modelo e Plano de Solução Fundiária para a Implementação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.* Relatório de Atividades, 2017, 20 p.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas- protegidas/unidades-de-conservacao.html> Acesso em: janeiro 2020

MURCIA, C*. Edge effects in fragmented forests: implications for conservation***.** Trends In Ecology & Evolution, v. 10, n. 2, p.58-62, fev. 1995.

PIMENTA, L. H. F. *Estudo da geodiversidade e do geopatrimônio da Mata Atlântica do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e do mosaico das Terras do Massiambu com base em Sistema de Informação Geográfica (SIG).* Florianópolis, SC, 2016. 333 f. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia.

SIMIQUELI, R. F.; FONTOURA, L. M. *Manejo de trilhas: estratégias para a conservação ecológica em áreas naturais protegidas*. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu (MG), 2007.

TAKAHASHI, L. Y. *Uso público em Unidades de Conservação.* Cadernos de Conservação, Curitiba (PR), Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, ano 02, n. 2, out. 2004.

TAKAHASHI, L. Y.; CEGANA, C. *Curso Uso público em Unidades de Conservação.* Paraná: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006.

VASCONCELLOS, J. M. O. *Avaliação da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato – PR*. Curitiba, PR, 1998, 163 f. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós- Graduação em Engenharia Florestal.

CAPÍTULO 10

VELHICES: EXPERIÊNCIAS DE CLASSE, RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE

Data de submissão: 21/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Rosemeire Scatena
Dra.

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa de pós-doutoramento, centrada no tema da velhice e as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe social. Os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa são aproximações sucessivas com referências bibliográficas que tratam sobre o tema do envelhecimento e da velhice, as opressões de gênero, raça e sexualidade a partir da experiência da classe trabalhadora na sociedade capitalista, utilizando-se da pesquisa da história oral de oito participantes com 60 anos ou mais que viveram do trabalho, distribuídos entre dois homens brancos e dois negros, duas mulheres brancas e duas mulheres negras. A análise dos resultados da pesquisa será orientada pela perspectiva analítica da Teoria da Reprodução Social – TRS. Os resultados iniciais já confirmam os pressupostos centrais da pesquisa, indicando que os avanços da tecnologia da saúde na direção de maior longevidade não tem sido garantia de qualidade de vida a pessoa idosa, o mito da velhice assexuada, as opressões de raça, gênero e classe estão entrelaçadas com a experiência de vida das pessoas idosas e se acentuam nessa etapa de vida e não podem ser desconsideradas em estudos da velhice na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Velhice, gênero, raça, sexualidade e classe social

ABSTRACT: This is post-doctoral research, focused on the theme of old age and oppression of gender, race, sexuality and social class. The methodological procedures adopted for the research are successive approximations with bibliographical references that deal with the topic of aging and old age, the oppressions of gender, race and sexuality based on the experience of the working class in capitalist society, using history research oral speech of eight participants aged 60 or over who made a living from work, distributed between two white men and two black men, two white women and two black women. The analysis of the research results will be guided by the analytical perspective of the Theory of Social Reproduction – TRS. The initial results already confirm the central assumptions of the research, indicating that advances in health technology towards greater longevity

have not been a guarantee of quality of life for the elderly, the myth of asexual old age, the oppression of race, gender and class they are intertwined with the life experience of elderly people and are accentuated at this stage of life and cannot be ignored in studies of old age in capitalist society.
KEYWORDS: Old age, gender, race, sexuality and social class

PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E VELHICE: ESTUDO GERACIONAL À LUZ DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL – TRS

1 I INTRODUÇÃO

O presente documento descreve o desenvolvimento de uma pesquisa, centrada no recorte temático do processo do envelhecimento e da velhice, inserido numa provocação reflexiva nas dimensões das opressões de raça, gênero e controle de sexualidade que são constitutivas da experiência de vida e das relações sociais na sociedade capitalista, objetivando subsidiar e fundamentar os estudos e preocupações do pós-doutoramento que envolvem o tema do envelhecimento orientado pela perspectiva analítica da Teoria da Reprodução Social – TRS.

A escolha da temática do envelhecimento e da velhice resulta de um acumulo de experiências pessoal, profissional e acadêmica que marcam minha trajetória de vida. Na dimensão da trajetória de vida pessoal, mesmo antes de quaisquer aproximações intelectuais e até mesmo do avanço de estudos no campo da geriatria e gerontologia, o convívio com pessoas idosas, desde a infância até a fase adulta, deram contornos a minha experiência de vida.

O processo de envelhecimento e a pessoa idosa sempre estiveram presentes na minha trajetória de vida, desde a infância até os dias atuais, quando experimento o processo de envelhecimento na minha própria vida, aos 62 anos de idade. Assim, são práticas vividas e reflexões teóricas que se entrecruzam, num esforço de buscar respostas e provocar reflexões na direção de garantir ao aumento da longevidade da vida humana também satisfação de viver mais anos com qualidade de vida.

Ainda na infância, a velhice e a pessoa idosa traziam inquietações, vez que convivia diariamente com pessoas idosas, tanto meus pais biológicos que tinham idade superior a média dos pais das minhas amigas e amigos, bem como morávamos com meus tios solteiros com idade avançada e avós maternos para que minha mãe prestasse os cuidados a estes. No decorrer dos anos, entre minha infância e pré-adolescência, minha avó paterna também veio morar conosco para receber cuidados da minha mãe.

Durante toda minha infância, adolescência até fase adulta, convivi cotidianamente com pessoas idosas, tanto do lado paterno quanto materno, sendo a única criança em meio a tantas pessoas idosas.

No decorrer dessa trajetória de vida pessoal, marcada pela forte presença da

velhice e do convívio com pessoas idosas, presenciei as distintas formas de experimentar o processo de envelhecimento e a própria velhice até a morte dessas pessoas próximas por laços de parentesco.

Convivi com pessoas que envelheceram de forma saudável, alcançaram seus 90 anos ou mais, lucidas, com limitações físicas próprias de um processo natural de envelhecimento das células e de seu corpo biológico até chegarem a morte, mas também convivi com pessoas idosas que foram acometidas por doenças crônicas como o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e tiveram sequelas, incluindo processos demenciais, definhando anos após anos, até a morte. Presenciei pessoas idosas que até o fim de suas vidas foram cuidadas e amparadas nas suas necessidades físicas e afetivas, mas também aquelas pessoas idosas do meu convívio que experimentaram a pobreza e o desamparo afetivo, sendo cuidados exclusivamente por minha mãe. Assisti, vivi, convivi e ajudei cuidar dessas pessoas idosas, ao lado da minha mãe, também idosa.

Ironicamente, ou cilada do destino, ao concluir a primeira graduação em Educação Física, motivada pelo interesse em tornar-me técnica esportiva, ao finalizar a graduação, contrariamente, meu primeiro emprego foi para atuar com ginástica para Terceira Idade, nos idos dos anos 80, quando essa atividade ainda era uma novidade.

Abandonei as minhas intenções de atuar na área de esportes coletivos e passei a me dedicar as atividades físicas voltadas para pessoas idosas. Com o passar dos anos, tais atividades foram se disseminando, os grupos e programas de Terceira Idade se expandido e assim também ampliando estudos e atividades voltadas para o processo de envelhecimento e velhice.

Alterei os rumos da minha trajetória acadêmica e profissional, cursando Serviço Social e incontáveis cursos na área da Gerontologia e das ciências sociais. Adentrei fortemente uma busca de conhecimento nesse campo temático da velhice e seu processo. Em alguns momentos me afastei, mas sempre retornando ao tema.

E hoje, vivenciando o ingresso no processo do envelhecimento, retorno a esta temática, com maior acumulo teórico, conceitual, acadêmico e prático, porém, com muito mais inquietações sobre este processo da vida humana, inclusive, de certa forma, colocando-me como partícipe da pesquisa, quando ampliam-se os questionamentos, sendo estes quase diários, sobretudo por enquadrar-me no perfil dos participantes da pesquisa que pretendo investigar, excetuando-se a questão racial, vivenciei e vivencio a exploração de classe, opressão de gênero, os preconceitos relativos a sexualidades e o etarismo manifestado fortemente em nossa sociedade.

Assim, retomo as preocupações em torno do processo do envelhecimento e da velhice noutra perspectiva analítica: agora não mais analisada como um fenômeno isolado, mas sim como processo inserido no contexto das relações de produção e reprodução social que são determinantes das condições de vida humana em quaisquer ciclos etários.

Dessa forma, em primeiro lugar, registro a fundamental importância dos avanços

das tecnologias da saúde na direção de alcançar o prolongamento da vida humana em nossa sociedade. Não há dúvidas que a racionalidade técnica e científica da sociedade moderna nos presenteou com o aumento da longevidade, mas aqui já se registra também, a primeira inquietação: Em que condições concretas experimentamos a velhice nessa mesma sociedade que nos garantiu o prolongamento de nossa longevidade do ponto de vista biológico, negligenciando os preparos e cuidados requeridos neste ciclo etário? Como as áreas de conhecimento das ciências humanas vêm concebendo esses avanços das áreas das ciências naturais, resultando no prolongamento da nossa existência? É possível comemorar o aumento da longevidade sem aprofundar os debates sobre as condições de vida numa forma específica de sociedade, fundada numa relação de classes sociais, racializada, generificada e que exerce o controle sobre os corpos onde construímos toda nossa trajetória de vida?

Este estudo não tem a pretensão de discutir a qualidade de vida na velhice, sobretudo como um atributo individual, nem tampouco adentro na seara de "sacralizar" e/ou "satanizar" a velhice, tendo em vista que tem sido crescente os estudos de como envelhecer bem, termos como "Vida ativa", "Melhor Idade", "Terceira Idade", dentre outros se disseminam em nossa sociedade, desde o *boom* do envelhecimento – não é essa nossa intenção.

Entretanto, é inegável a intenção de compreender esses significados atribuídos a velhice, enquanto tentativas de amenizar o peso e os desafios colocados ao processo do envelhecimento e a velhice, impulsionado pela incessante disseminação e consolidação de um ideário liberal que naturaliza as relações de desigualdade social, racial e de gênero.

Basta um olhar atento ao mercado sempre voltado para alcançar a maximização lucrativa, passando a investir fortemente em cosméticos rejuvenescedores, em turismo e lazer para a dita "Terceira Idade", a oferta de planos de previdência privada, as redes sociais empenhadas em disseminar "receitas do bom envelhecer", e assim por diante, tornando-se um mercado "milagroso" e fértil de consumo ao mesmo tempo que desloca a responsabilidade das condições do viver bem a velhice ao indivíduo.

Não pretendo aqui, enfrentar todas as dimensões que envolvem e atravessam esse processo, mas provocar reflexões sobre a velhice inserido num contexto mais amplo, no das relações sociais na sociedade capitalista ampliada: na relação direta com os modos de produção e reprodução social. Organização de sociedade esta que, a ética não é humana, mas sim o lucro incessante através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, estruturada por relações generificadas, racializadas e de controle da sexualidade.

Nessa direção, reconheço de imediato que as pessoas envelhecem numa sociedade salarial, cuja sobrevivência e vivência se articula diretamente a uma renda advinda da venda da força de trabalho humano e útil para o capital, no caso daqueles que não são

proprietários dos meios de produção, ou seja, pessoas idosas da classe trabalhadora[1] experimentam uma relação distinta daqueles que são os proprietários dos meios de produção.

Aqui esta um primeiro aspecto que pretendemos retomar, visto que tem sido muito recorrente na literatura a compreensão da velhice, no tocante a dimensão do trabalho, pelo viés utilitário – útil ou não útil para o capital, contido numa análise limitada aos aspectos econômicos do modo de produção capitalista, mediante suas limitações físicas e até mentais ocasionadas pelo envelhecimento biológico, a pessoa idosa trabalhadora torna-se "descartável".

Não se trata de objeto deste estudo, mas precisamos olhar por outros ângulos as discussões relacionadas a aposentadoria e a previdência, para além da perspectiva da economia política, sobretudo numa sociedade capitalista no seu modelo financeirizado, onde os planos de previdência privada tem alcançado patamares absurdamente lucrativos para o setor privado e enfraquecendo cada vez mais o debate dos direitos sociais, sobretudo com o expressivo aumento da longevidade.

É sabido também que, o prolongamento da vida humana, resultante dos avanços das tecnologias da saúde, não garantiu o fim dos processos inexoráveis do envelhecimento biológico e nem tampouco a irradicação de doenças crônicas que acometem as pessoas idosas, impactando decisivamente num aumento dos gastos com medicamentos, incluindo tratamentos de saúde e hospitalização de maior tempo, além de muitas pessoas envelhecerem necessitando de cuidados domiciliares.

Neste contexto é que as pessoas idosas e a velhice exigem maiores investimentos e recursos, inversamente do que presenciamos em nossa sociedade sob a égide do capitalismo neoliberal que tem cada vez mais terceirizado sua responsabilidade para garantir segurança socioassistenciais e financeiras a velhice, implementando reformas previdenciárias que resultam em parcos rendimentos na aposentadoria, impactando decisivamente na qualidade de vida a pessoa idosa em várias dimensões, negligenciando o cuidado a estes cidadãos. E o que isso tem a ver com a produção e reprodução social nessa forma específica de sociedade?

Assim, temos a proposta de um estudo do processo de envelhecimento e da velhice, centrada na perspectiva da classe trabalhadora, situada numa formação específica do modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, reconhecidamente generificada, racializada e de controle da sexualidade.

Essas várias dimensões fundamentais, são dimensões da diferença e que não são comparáveis, pois elas são iguais em peso causal que são determinantes nas práticas vividas pelas pessoas idosas. O grande desafio teórico que se coloca aqui é focar as

1 "Classe trabalhadora": conceito concebido nesse estudo a partir do aporte da Teoria da Reprodução Social (TRS), o qual reside num esforço de recentrar nossa compreensão das relações de classe, reelaborando a conceitualização sobre quem é a classe trabalhadora que será tratado mais adiante.

especificidades de cada dimensão e buscar um entendimento de como tudo se encaixa ou não nas práticas sociais desses sujeitos.

Nesse contexto teórico e reflexivo, brevemente explicitado até aqui é que, afirmamos nossa inquietude relativa a velhice e ao processo de envelhecimento, as práticas vividas nas relações sociais de pessoas idosas da classe trabalhadora, entrelaçadas com as dimensões de opressão raça, gênero e sexualidades.

A questão geracional é uma dimensão fundamental da vida social, impondo a análise articulada a outras dimensões fundamentais das relações sociais.

Neste sentido, assento minhas lentes de análise, na ideia fundamental de que o trabalho humano, atividade que nos diferencia dos outros animais e funda nossas relações sociais, está no centro da criação ou na reprodução da sociedade como um todo. Noção de trabalho aqui apreendida no seu sentido original proposto por Karl Marx, ou seja, como "a primeira premissa de toda a história humana". Atividade humana esta, cuja noção foi corrompida pelo capitalismo que se limita a reconhecer apenas o trabalho produtivo para o mercado, considerado a única forma legítima de "trabalho", classificando os "úteis" e os "incapazes" para o trabalho, aqui no segundo grupo estão as pessoas idosas.

Confrontando a essa interpretação única do trabalho do capitalismo, limitado a vinculação formal ao mercado é que me filio aos teóricos da reprodução social, compreendendo a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo, ou seja, o trabalho produtivo (social) e o trabalho necessário, como Vogel(2013) localiza, no interior da categoria marxiana "trabalho necessário", uma dupla dimensão, específica das sociedades capitalistas: sua divisão em dois componentes, o social e o doméstico.

Assim, ao me debruçar sobre este estudo, onde busco compreender o processo do envelhecimento e a velhice ao largo das óticas da economia clássica e dos formuladores de políticas públicas assentados exclusivamente num sistema econômico de produção que envolve trabalhadores e proprietários, conclamo a análise do trabalho reprodutivo diário e geracional que ocorre nas famílias, nas escolas, nas instituições e assim por diante, e se constituem o espaço da reprodução social do capitalismo e das relações sociais.

Articulada ao propósito estabelecido nesta pesquisa, busco na Teoria da Reprodução Social (TRS) a perspectiva analítica e a orientação para minha análise, teoria esta que,

> "(...) diz respeito às questões de opressão (gênero, raça, sexualidade) de forma não funcionalista, já que a opressão é teorizada como estruturalmente relacionada e, portanto, moldada pela produção capitalista, e não às margens da análise ou como complemento de um processo econômico mais profundo e vital." (Vogel, 2023:20)

A luz da TRS buscamos um esforço para compreender as práticas sociais de pessoas idosas nas relações sociais capitalistas, estruturadas por relações de exploração e opressão de gênero, raça e sexualidade, enquanto unidade da vida em sociedade, pois

gênero, raça, sexualidade e classe se entrelaçam nas relações de produção capitalista e são constitutivas numa unidade da experiência vivida pelas pessoas idosas que serão participantes de nossa pesquisa.

Dessa forma, partimos de seis pressupostos norteadores da pesquisa que se articulam entre si.

Primeiramente, a presença de lacunas relativas a produção de conhecimento em torno de estudos sobre a velhice que se fixam em teorias individualizantes e utilitaristas do processo do envelhecimento e negligenciam as opressões estruturantes e estruturadas na sociedade capitalista;

Um segundo pressuposto trata-se da fundamental importância da adoção de uma perspectiva expandida da produção capitalista nos estudos da velhice, confrontando com as ideias de pessoas idosas "útil" ou "inútil" para a sociedade capitalista.

O terceiro pressuposto a emergência da ruptura com a forma em que vemos o trabalho, propondo uma noção ampliada da categoria "classe trabalhadora"; aqui "pessoas idosas da classe trabalhadora", trazendo a luz do conhecimento a relação das noções de "exploração" e "expropriação" da classe trabalhadora em todas etapas de vida.

O quarto pressuposto, se articula ao reconhecimento de que estudos geracionais são fundamentais na medida em que a noção das atividades de reprodução, nas sociedades capitalistas elas estão, especificamente, subordinadas ao capital.

O quinto pressuposto busca confirmar o ponto da reprodução social como um local privilegiado do conflito de classe e fundamental para análise do processo de envelhecimento e da velhice.

E, por fim, o sexto e último pressuposto, vincula-se a reconstrução do significado da categoria "classe trabalhadora" ou "proletariado"; e, a reconsideração teórica das relações de opressão para estudos geracionais na sociedade capitalista.

Assim, justificamos a relevância dessa pesquisa, mediante o reconhecimento do aumento da longevidade da vida humana, impactando em distintas dimensões das relações sociais e da vida cotidiana da pessoa idosa na sociedade moderna, estudos geracionais são urgentes e fundamentais, tanto para o benefício direto das condições de vida desta população idosa, quanto para o aprofundamento de estudos no campo da gerontologia, impactando nas definições de políticas públicas de corte social.

2 I O CAMINHO TRILHADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa centra-se no objetivo principal de aprofundar estudos sobre a temática do processo de envelhecimento e da velhice, identificando as contradições inerentes a dinâmica do modo de produção capitalista e a reprodução social da classe trabalhadora, as opressões de raça, gênero e controle de sexualidade como estruturantes e estruturadas num modo específico de sociedade.

Tem como principais objetivos específicos: identificar as opressões de gênero, raça e controle da sexualidade experimentadas por pessoas idosas da classe trabalhadora; apreender a materialização das opressões de gênero, raça e controle da sexualidade de pessoas idosas da classe trabalhadora articulada a sua identidade na velhice; investigar as contradições subjacentes ao cotidiano da vida das pessoas idosas da classe trabalhadora enquanto totalidade da vida social no contexto da produção e reprodução social no modo de produção capitalista; e, analisar a noção de "exploração" e "expropriação" da classe trabalhadora no processo de envelhecimento e da velhice.

A orientação teórica para análise se assenta na Teoria da Reprodução Social (TRS), ferramenta analítica apresentando-se como uma proposta de renovação da própria teoria marxista no Brasil desde meados de 2018, quando também é lançada mundialmente, por vários intelectuais, enquanto campo de convergência político-teórico. Trata-se de uma proposta teórica-analítica que está sendo construída cotidianamente, com muita pesquisa, com muito trabalho de reflexão teórica, mas também de reflexão prática empírica.

A adoção desta ferramenta analítica se justifica por reunir um potencial de reorientar o debate marxista, desde um ponto de vista unitário sobre a reprodução da força de trabalho, considerando que não é só a partir da reprodução da força social de trabalho, mas é a partir de uma perspectiva integrativa, uma perspectiva unitária das relações de opressão, exploração, expropriação, dominação e alienação que se estabelecem as relações sociais na sociedade capitalista.

É uma proposta teórica que surge e ressurge como campo de convergência entre diferentes intelectuais e militantes que estão pesquisando desde a história e o dia a dia da classe trabalhadora racializada, generificada e controle de sexualidades, vista de sua maneira múltipla diversa, essa imbricação teórica entre lógica do capital e a história da classe trabalhadora. História cotidiana da força de trabalho. A história da produção da vida.

Ao reconhecer que esta teoria tem em seu centro o objetivo de desenvolver uma compreensão unitária das relações de opressão, exploração e alienação que compõem a realidade social na sociedade atual, subordinadas à "lógica do valor", estas relações constituem este sistema na mesma medida em que constituem esta própria "logica". (Ibidem, 2020)

Essa compreensão, retoma a noção de totalidade social tal como foi desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse*, considerada como reflexão necessária na direção de superar as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política, requerendo a compreensão e análise da dinâmica que envolve a produção capitalista e a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora.

Nesse contexto teórico, a TRS, ao se configurar como uma teoria unitária, ganha uma fundamental importância para estabelecer uma direção viável à compreensão da totalidade das relações sociais de desigualdades que compõe a sociedade, incluindo a

reprodução social, buscando desenvolver um problema antigo da teoria marxista do valor-trabalho: inclui uma compreensão sobre as formas não remuneradas de trabalho e busca responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo e outras formas de opressões. (Ibidem)

A TRS empreende um esforço na direção de buscar compreender e explicar as opressões de raça, gênero e sexualidades no capitalismo, rompendo com concepções dualistas sobre a realidade social (por exemplo, ao considerar a persistência de um sistema patriarcal pré-capitalista independente e transhistórico que uma fase do seu desenvolvimento se combinaria com o sistema capitalista), suas raízes podem ser encontradas na busca por uma explicação unitária e sistêmica para tais fenômenos. (YOUNG, 1981; VOGEL, 2013 [1983], apud RUAS, 2020).

Assim, não separa a esfera econômica das esferas cultural, política e social, como afirma RUAS (2020), "(...) afirmar que, o capitalismo corresponderia ao modo de produção, enquanto o patriarcado às esferas cultural, política e social, é um equívoco", pois essa dimensão leva a hierarquização entre as relações de classe e gênero, de exploração e opressões, identificando classe vinculada ao modo de produção e gênero as dimensões culturais e políticas, e ainda, a exploração limitada a relações de classe vinculadas ao modo de produção e opressões a reprodução social – enquanto, campo cultura e político, pensadas de forma dualista e não como totalidade da relações sociais.

A noção marxiana de totalidade social é recuperada explicitamente em contribuições mais recentes nas obras de Bhattacharya (2017b) e McNally (2017), cuja noção marxiana de totalidade social é chave para a compreensão unitária tal como apreendida hoje pela TRS. E, é nessa noção marxiana de totalidade social que nos possibilita afirmar a distinção de cada relação social que é constitutiva do capitalismo sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem subordinar, homogeneizar ou diluir o particular no universal (RUAS, 2020).

O capitalismo necessita desenvolver suas contradições, as quais foram captadas e passíveis de análise com a noção de formas sociais necessárias à reprodução social do capital que Marx apreendeu em seus estudos.

Coloca-se o desafio de: como demonstrar aquilo que o ser é, mas também aquilo que não é? Como apresentar toda essa contradição? É aqui que necessariamente precisamos recorrer ao método dialético exposto por Marx nos Grundrisse, enquanto método de investigação. Assim, a categoria da totalidade social – em sua representação conceitual elaborada por Marx – é fruto de um movimento dialético, pois "Se o objeto analisado é contraditório, então é indispensável apresentar sua contraditoriedade". (RUAS, 2020:387)

Amparada pelos apontamentos de RUAS (2020), onde a autora descreve o itinerário de investigação de O Capital, escrito por Marx, demonstrando a exposição dialética categorial é que propomos o estudo do processo de envelhecimento e da velhice.

Neste sentido, num primeiro momento pretende-se recompor o fenômeno do

envelhecimento, a partir de seu movimento real, como totalidade, isto é, como a unidade complexa, como fenômeno biológico e também um processo social da vida humana. Assim, o método de exposição de cada momento se iniciará nas suas formas mais abstratas e gerais, caminhando para as suas determinações mais concretas e aparentes.

Ou seja, partimos do processo de envelhecimento e da velhice enquanto forma aparente mais geral e abstrata, apreensível na realidade imediata para chegar na realidade mais profunda e, portanto, não aparente, da relação social que constitui o processo do envelhecimento e da velhice: a expropriação de sua condição de trabalhador formal e seu consequente reconhecimento na sociedade e as opressões que experimentam na sua trajetória de vida enquanto mulheres negras da classe trabalhadora, e sob o controle de suas sexualidades.

A intenção é, apresentar à luz da Teoria da Reprodução Social, o processo de envelhecimento e a velhice, primeiro em como aparece em sua forma abstrata, genérica, e em seguida, demonstrar como a relação contraditória entre as diversas velhices se constituem, ou seja, em sua forma mais complexa, enquanto unidade na totalidade das relações sociais. Esse percurso metodológico confirma e demonstra que não é possível obter um esclarecimento conceitual da velhice e de seu processo logo no início de uma exposição dialética categorial, ganhando sentido sistemático apenas por meio do posicionamento desta categoria velhice apenas por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo.

> (...) a chave do argumento marxiano está em considerar o avanço das categorias como um impulso derivado de suas próprias insuficiências para reconstruir a totalidade social. (...) A crítica da economia política é uma exposição dialética das categorias que desconstroem não só a escola clássica, mas a ciência que a embasava. (Ibidem, 2020:388)

A crítica aos estudos da velhice e do envelhecimento e a própria crítica ao fenômeno se constitui enquanto uma crítica imanente, que permanece no âmbito da experiência possível, e, assim agindo na apreensão da realidade através dos sentidos, por isso, aqui se revela a importância de nossa observação e o uso da pesquisa da História Oral para esse estudo.

Como nos estudos de Marx, não se pretende partir de uma apreensão do mais simples para uma mais complexa, justamente ao contrário, de sua forma mais complexa, como se apresenta na sua aparência o fenômeno da velhice e do envelhecimento no âmbito das relações sociais do capitalismo em sua fase atual, para uma reconstrução progressiva desse fenômeno (Essa reconstrução progressiva das formas está relacionada à particularidade que reveste a totalidade social capitalista), ou seja, o mais complexo poderá explicar as formas mais simples de experimentar esse fenômeno e não ao inverso. Essa busca de compreensão do mais complexo para o mais simples, possibilita uma reconstrução progressiva das formas do fenômeno na sua contradição, objetivando denunciar o seu

movimento inserido num contexto mais amplo de produção e reprodução social da vida em sociedade capitalista generificada, racializada e de controle das sexualidades.

> (...) em Marx a totalidade social jamais pode ser vista como um resultado da soma das suas diferentes partes. (...) Ela necessariamente é um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que aparece para nós.(RUAS, 2020:389)

Portanto, a totalidade não é o real-imediato, mas é a sua unidade como concreto vivido e concebido pelo pensamento e, por essa razão, vivo e determinado, não sendo apenas aquilo que está exposto na sua aparência, mas também o que está pressuposto nas relações sociais. (FAUSTO, 1987)

Descrever um fenômeno, aqui neste estudo, a velhice e o envelhecimento, com base apenas em nosso conhecimento empírico e/ou experiência, ou seja, com base limitada a nossa percepção imediata sobre esse fenômeno seria um equívoco, considerando que a realidade não fica a nossa disposição, pois ela precisa ser desvendada e descoberta. A apreensão do fenômeno estudado depende de uma rigorosa investigação científica, porém, não é todo tipo de investigação científica que nos leva a desvendar o fenômeno, por isso defendemos uma investigação dialética cujo ponto de vista específico para sua apreensão é o próprio ponto de vista daqueles que experimentam o fenômeno, pessoas idosas da classe trabalhadora, homens e mulheres negros/negras, que são os sujeitos históricos capazes de dirimir, as contradições experimentadas em suas trajetórias de vida.

E aqui, a partir desse lugar teórico que invisto no uso da perspectiva teórica analítica da Teoria da Reprodução Social para subsidiar e orientar nosso estudo sobre a velhice e o envelhecimento numa sociedade de classes, racializada, generificada e de controle das sexualidades.

Um primeiro aspecto que essa teoria coloca para nossa reflexão é o de pensar que o capitalismo em si, em seu movimento concreto de centralização, concentração e expansão, ele depende necessariamente de formas de opressão social, tanto econômicas – que viabiliza a exploração da força de trabalho – quanto extraeconômicas – que viabiliza a expropriação.

Então pensar a exploração capitalista, com um entrelaçamento da exploração e da expropriação é algo importante, que a TRS vai trazer, embora nem sempre de uma forma muito explicita, direta, mas traz consigo na sua reflexão. A exploração no capitalismo não é uma exploração neutra. É uma exploração que ela necessariamente é diferencial. A força de trabalho é explorada de uma forma desigual entre os diferentes corpos, nos quais a força de trabalho está materializada. Assim, a TRS chama a atenção para os corpos das pessoas trabalhadoras e para as condições de produção da vida material.

Sendo assim, tem essa insistência, muito grande por parte da TRS, inclusive de que os processos de reprodução da vida, eles podem atuar como freio no impulso na acumulação

e da possessão, porque eles são uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo, para a acumulação do capital acontecer, mas também funciona numa dinâmica que é necessária porém contraditória – ao mesmo tempo que o capital precisa reproduzir força de trabalho como pressuposto de sua própria lógica, ele mesmo coloca empecilhos para reprodução dessa força de trabalho, na medida em que o modo de produção capitalista, cuja lógica subordina a produção da vida material e a produção de lucro. Então isso é algo fundamental para a TRS. (FONSECA, 2019)

Eis a importância de se revisitar o método em Marx e colocar a ideia do entrelaçamento entre produção capitalista, produção de valor e reprodução da vida, focado na dinâmica necessária, porém contraditória desse entrelaçamento.

Aqui estamos operando em diferentes níveis de abstração conceitual no sentido marxiano. Quando falamos em reprodução da força de trabalho, referimo-nos a uma série de dinâmicas concretas que não são só a reprodução dentro da família, e também a reprodução diária, cotidiana, geracional da força de trabalho dentro da família, mas pode ser também essa reprodução tomando espaço em outros lugares, e o que importa para a TRS é girar o olhar para essa dinâmica da produção da força de trabalho e tentar entender como essa dinâmica sustenta do ponto de vista lógico também a produção de valor, não só do ponto de vista histórico.

É isso que a faz uma teoria unitária das relações de opressão, partindo de uma proposta de que essas relações de opressão: classe, raça, gênero e controle das sexualidades tem uma ontologia comum no capitalismo especificamente. Esse modo de produção é forjado no imbricamento total dessas formas sociais, que são inclusive, ao mesmo tempo resultado e pressuposto desse modo de produção. São relações sociais que se constituem, são integrativas, mas mais do que isso, são uma só relação social.

Partimos do pressuposto de como o próprio capitalismo, a própria classe é forjada de maneira racializada, generificada, sexista numa lógica heteronormativa. Como o próprio processo de acumulação primitiva do capital, e aí se incluindo o coronelismo etc., enfim, todo o processo que deu origem ao capitalismo é um processo que em si forja essas relações enquanto uma unidade. Enquanto uma totalidade.

Dentre os vários aspectos considerados fundamentais dessa teoria, para este estudo, destaca-se em primeiro lugar como marco decisivo dessa teoria o esforço de resgatar a noção marxiana de totalidade social, ora já apresentada nos *Grundrisse* Marx (2011 [1857-1858]), a qual define de forma explícita a categoria de totalidade social e articula as noções de *aparência* (identidade) e *essência* (diferença), apontando a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico, estabelecendo os pressupostos do método materialista histórico dialético. (Fonseca, 2019:283)

Amparada por contribuições teóricas-práticas da Teoria da Reprodução Social é que propomos uma reflexão sobre a complexa relação entre a *essência e a aparência* do

processo do envelhecimento e da velhice na sociedade capitalista, cuja aparência ganha contornos de um processo homogêneo sugerindo a superação das múltiplas opressões de raça, gênero, sexualidades e exploração de classe que são estruturantes e estruturadas na sociedade capitalista.

No capitalismo, reduzir a condição de vida da pessoa idosa a estudos que tem por pressuposto a questão de renda, a ocupação do tempo livre com práticas saudáveis, investimentos em tecnologias da saúde, dentre outros aspectos, como um receituário para o “bem envelhecer” com base em um conhecimento empírico imediato ou factual da realidade, ignorando as distintas e diversas mediações que estão pressupostas nesta percepção incorre num equívoco com consequências práticas.

A condição social de exploração e expropriação da pessoa idosa da classe trabalhadora está diretamente ligada à uma condição social de subordinação e desumanização da pessoa idosa mulher e negra e esta mesma lógica pode ser aplicada as opressões de sexualidades, portanto, a “romantização” da velhice não supera e muito menos resolvem essas opressões vivenciadas pela condição de classe na sociedade capitalista.

Ao recuperar a noção marxiana de totalidade social também nos possibilita a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social da pessoa idosa não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes – as relações de classe, gênero, sexualidade e raça – sejam “ontologicamente autônomas” e deslocadas do interior da totalidade social capitalista. (Fonseca, 2019)

Ao analisar a questão do processo de envelhecimento e da velhice por esse prisma já nos abre outras possibilidades de análise teórica e pensar estratégias de luta política para que de fato valha a pena o prolongamento da longevidade.

Dessa forma, a TRS nos impulsiona a conceituar relações como o racismo e o sexismo como uma totalidade parcial com características únicas, pertencentes a um todo social, elevando a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista a uma concepção mais próxima da complexa realidade social na sua totalidade, onde as partes contém o todo e o todo contém as partes.

Em síntese, a TRS apresenta-se como uma proposta de renovação teórica que está sendo construída cotidianamente

Tem sido recorrente estudos marxistas do processo do envelhecimento e da velhice que conduzem a um viés “utilitarista” da pessoa idosa, como sendo não útil ao capital, visto que neste ciclo etário a aposentadoria se coloca, trazendo a noção de “*descartável*”, análise este que nos contrapomos, considerando-o reduzido a um viés econômico e hierarquizado do modo de produção, negligenciado o espaço da reprodução social, tão quanto fundamental para a manutenção desse modo de produção capitalista.

> Se no capitalismo a criança sempre será uma figura do que poderia ser, então o trabalhador aposentado talvez seja, em termos capitalista, o fim de todas as

> possibilidades. Mas um quadro analítico de reprodução social que vai além do trabalho assalariado e dos espaços de produção sugere uma compreensão mais robusta do trabalho humano. (**Bhattacharya**, 2013:p. 27)

Dessa forma, reitero a importância dos escritos marxistas como sendo a melhor forma de compreender e provocar reflexões em torno da velhice e do processo de envelhecimento e sua construção marcada fortemente pelas opressões sob o contexto da sociedade capitalista e, ainda permite sugerir provocações e pistas para a superação de um processo de envelhecimento e de uma velhice marcada por tantas opressões e explorações que estruturam a sociedade moderna.

No tocante a velhice muitas/os pessoas idosas dependem de cuidados no domicilio. E quem cuida dessas pessoas idosas? Nas classes subordinadas, em sua maioria, são as mulheres também idosas, esposas, noras, filha mais velha, as quais prestam um serviço não remunerado, enquanto nas classes proprietárias, quando a pessoa idosa necessita de cuidados, os serviços são prestados por cuidadores profissionais, frequentemente mulheres, embora os homens começam a fazer parte desse serviço. Na classe trabalhadora, a pessoa idosa cuida de seus idosos, prestando um serviço não remunerado, de caráter vocacional, fora do mercado de trabalho.

O mesmo pode ser observado em relação aos cuidados com netas/os, quando os pais trabalham fora e não tem vagas em creches, ou até mesmo quando estas existem, os avós são os responsáveis por levar e buscar as crianças. O mesmo não ocorre em famílias nas classes de proprietários, quando é possível a contratação de "babás" e as crianças frequentam escolas particulares em tempo integral.

Destaco a forma como a sociedade capitalista tem uma tendência profundamente arraigada à crise ou à contradição socio reprodutiva, se por um lado possibilitou o aumento da longevidade, mediante o implemento de racionalidade técnica-científica das tecnologias da saúde, por outro lado, ignorou as seguranças e proteções necessárias para garantir condições de vida a esta população de acordo com as necessidades requeridas na velhice, as quais recai prioritariamente sobre as mulheres idosas,

> "Os déficits de cuidado que experimentamos hoje são a forma que essa contradição assume na terceira e mais recente fase do desenvolvimento capitalista. (...) Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação sustentada do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução em que se baseia." (Fraser, 2013:p.47)

A velhice de mulheres idosas, da classe trabalhadora, tem sido requerida para prestação de cuidados, seja de outras pessoas idosas ou de netos e netas, imposta como um ato vocacional e voluntário, e até mesmo uma obrigação moral, como afirma Fraser (2013) "(...) desde a era industrial, as sociedades capitalistas separam os trabalhos de reprodução social e de produção econômica.", atribuindo as mulheres os primeiros e aos homens o segundo.

Os estudos relativos ao perfil de cuidadores de idosos no domicílio demonstram que essa atividade recai sobre um único familiar, cuja designação, embora seja informal, geralmente, obedece a quatro fatores, relacionados ao parentesco: ser cônjuge, ser do gênero feminino, já viver com a pessoa idosa e ter relação afetiva, principalmente conjugal e de filhos.

Pesquisa intitulada “Perfil do cuidador familiar de idosos dependentes em convívio domiciliar”, realizada por Lara de Sá Neves Loureiro e Maria das Graças Melo Fernandes, para a dissertação de mestrado “Sobrecarga em cuidadores familiares de idosos dependentes do município de João Pessoa, Paraíba, Brasil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba e publicada na Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta que “Em relação ao sexo, a maioria destes cuidadores (92,3%) é do sexo feminino, sendo a maioria (75%) residente na casa do idoso.”, e ainda demonstra que é significativo o número de cuidadores acima de 51 anos de idade, ou seja, pessoas em processo de envelhecimento que se encontram independentes, cuidando de pessoas idosas dependentes.

A predominância das mulheres de maior idade no cuidado (92,3%) corrobora com estudos que destacam o papel da mulher idosa como cuidadora, confirmando os dados apresentados por outros autores e pesquisadores desse tema, tais como Diogo MJDE e Duarte YAO; Silveira TM e ou; e, Fernandes MGM, Garcia TR.

Esse aspecto, ainda, está presente não só na sociedade brasileira, pois a mulher ainda é a principal responsável pelo cuidado, inclusive e principalmente na velhice, compreendido, muitas vezes, como uma extensão das atividades domésticas. A atribuição desse papel do cuidador as mulheres, não são arbitrárias, mas obedecem às normas sociais que envolvem o grau de parentesco com o idoso (com prioridade para cônjuge e filhos), gênero (com predominância de mulheres), proximidade física (principalmente aqueles que vivem com o idoso) e proximidade afetiva.

Mesmo quando o trabalho de cuidador é formal há predominância de mulheres, em sua maioria negras e imigrantes, contratadas a baixos salários, algumas vezes, residindo no próprio domicílio da pessoa idosa, ficando a disposição para cuidados em tempo integral.

A questão do cuidado de pessoas idosas confirma a relação entre *exploração*, geralmente ligada à classe e *opressão*, geralmente compreendida por gênero e raça, refletindo se essa divisão expressam um nível concreto para análise.

Relativo as atividades informais, exercida por mulheres idosas, de cuidados com os netos e netas, a literatura tem associado o fenômeno ao aumento da expectativa de vida no Brasil que impactou na convivência, conectando gerações e transformando os arranjos familiares. Evidencia-se que as famílias brasileiras, atualmente, apresentam mais avós do que no século passado e ao examinar essas transformações os avós assumem novos papéis e responsabilidades nesses contextos familiares reformulados. (Zanatta, 2017)

A pessoa idosa vem assumindo um papel sociofamiliar, apontando novas características na microestrutura familiar, pois não é raro que, além de contribuírem financeiramente na sustentação de suas famílias, com frequência assumem cuidados junto aos netos, tanto para o cuidado na infância quanto para formação de crianças e/ou pré-adolescentes.

Cuidar dos netos, em tempo integral ou em parte e/ou coabitarem, é uma ocorrência em vários países e principalmente na sociedade contemporânea. Tais cuidados podem estar relacionados às situações dos pais, como trabalho em período integral, divórcio, consumo de substâncias psicoativas, prisão e morte, levando os avós a assumirem a responsabilidade de cuidados dos(as) netos/as e com isto, colocando-os em dilemas individuais, intrafamiliares e extrafamiliares. (Bragato, Internet:2023, pg.2)

Estudo, descritivo, de corte transversal e abordagem quantitativa, realizado com idosos cuidadores de crianças e/ou pré-adolescentes do município de Uberaba-MG, utilizando a amostra calculada a partir dos 1.627 idosos cuidadores de crianças e/ou pré-adolescentes, referente a cada ESF do município, obtendo amostra de 400 avós, onde os resultados da pesquisa identificaram avós de 60 a 93 anos de idade, de modo que a maioria estava entre 60 e 69 anos, (66,6%), e média de 67 anos. Com relação ao sexo, 343 (87,5%) eram mulheres idosas. (Bragato, Internet:2023)

Segundo os pesquisadores, os dados levantados nesta pesquisa, corroboram com "o relatório de dados British Social Attitudes Survey (BSA) de 1998 e 2009, conduzido pelo NatCen para analisar avós na Grã-Bretanha, encontrou que a maioria dos avós fornecem cerca de 10 horas semanais de cuidados aos netos. Na Europa, outra pesquisa encontrou carga horária de 15 horas semanais de cuidados." *(Ibidem*)

A relação de cuidado entre avós e netos é um aspecto invisível à produção científica, mas também se trata de uma atividade exercida por mulheres idosas fora do mercado formal de trabalho, portanto não remuneradas.

Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social, afirma-se que "A produção capitalista não é autossustentável e depende da reprodução social", para que os pais possam vender sua força de trabalho, alguém precisa cuidar dos seus filhos e filhas. Nesse sentido, novamente o trabalho exercido por mulheres idosas no domicilio, o qual garante a venda da força de trabalho no mercado pelos pais adultos, não tem visibilidade para o capitalismo. É na esfera da reprodução social que a pessoa idosa, majoritariamente mulheres, contribui para a produção e reprodução do capital. Assim, descartamos quaisquer análises que inserem a pessoa idosa como improdutiva para o capital e reafirmamos a opressão de gênero e raça que recai sobre as mulheres na velhice.

A mulher negra é cercada de estereótipos e insere-se num contingente invisibilizado que a segrega numa sociedade marcada por modos de ser e de viver que tendem a inferioriza-la ou desqualificá-la no processo de produção e reprodução do capital estruturado no racismo. Estudos demonstram que, mulheres negras idosas, sobretudo pobres tem

esses estereótipos reforçados por sua condição de pobreza, acirrando as desigualdades e opressões de uma sociedade generificada e racializada, adensado pelas reduzidas políticas sociais.

Os resquícios desse processo generificado e racializado que se organiza na dinâmica do modo de produção e reprodução social do capitalismo, tem fortes impactos na mulher negra “velha”[2], cuja exploração e opressão de seus corpos envelhecidos por um “sistema” de “trabalho” degradante e humilhante.

Quando pensamos em velhice, gênero, raça e classe, as sexualidades se integram as opressões centradas num corpo biológico envelhecido que se sustentam em narrativas do “proibido”, da “moral”, do “religioso” e da “negação” e do “já foi o tempo”, em oposição ao sexualmente atraente como o corpo da juventude – não sexualmente desejável, não sexualmente desejante e muito menos sexualmente aceitável essas relações na velhice. Trata-se da reafirmação do controle dos corpos das mulheres idosas.

Perpetua-se e acirra as opressões sobre os corpos de mulheres, negras, hoje na velhice, localizado numa determinação hétero e cisnormativa, que foi estruturada para a procriação.

Nessa direção é que a Teoria da Reprodução Social apresenta seu argumento principal, e assim nos ilumina para pensar o processo do envelhecimento e a velhice de mulheres negras,

A teoria da reprodução social mostra como a “<u>produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado</u>”, como Meg Luxton coloca. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital. (Bhattacharya, 2013:113 Grifo nosso)

O aumento da longevidade carrega contradições e parte da solução foi criar novos significados para a velhice, intensificados de diferenças de gênero e modernização ou renovação da dominação masculina, inclusive na velhice, ou seja, o envelhecimento e a velhice de mulheres carregam o fardo das opressões de gênero que perpassam toda a sociedade capitalista.

Como afirma Bhattacharya (2013), “A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados”: (1) atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra; (2) atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores,

2 O termo velha utilizado não é de forma pejorativa. Santos (2016) afirma que os não negros poderão associar esta expressão conforme sua classe social e relacioná-la a babá, empregadas domésticas, como exemplo, em razão da hierarquização racial e posição social existente no Brasil que impõem às mulheres negras (pretas e pardas) uma condição de subalternidade. Coaduna-se com a visão da autora ao afirmar que o temo “velha” diz respeito a força das mulheres negras como ancestrais, as que vieram antes e contribuíram para ressignificar o antes e o depois das mulheres na sociedade. (SANTOS, 2016, p. 44 e 45).

como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego; e, (3) reprodução de *trabalhadores frescos*, ou seja, dar à luz.

É sobretudo nas "Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego", que o capitalismo encontrou um espaço útil para as mulheres idosas, exercendo uma atividade invisível para o mercado, mas de fundamental importância para reprodução da força de trabalho. "Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade." (Bhattacharya, 2013:103)

Essa percepção iluminada pela Teoria da Reprodução Social (TRS) confirma que o capitalismo é um sistema unitário que integra com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção, e a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo, permanecendo inalterada na velhice, quando as mulheres idosas assumem papéis de cuidadores na informalidade. Permanecendo também, como em todos os regimes capitalistas, agora financeirizado, a institucionalização da divisão entre produção e reprodução baseada em gênero e raça.

Por conseguinte, qualquer um que argumente que as questões de gênero na velhice são de menor importância, ou mesmo por estarem fora da esfera da produção, considero um grande equívoco, pois qualquer discussão que envolve relações sociais na sociedade organizada sob a égide do capitalismo, em qualquer dos seus regimes é uma questão altamente definida pelo gênero.

É reducionista dizer que as batalhas de gênero na nossa sociedade são as mesmas que as de classe. Mas é correto dizer: 1) seguindo Lise Vogel, que a luta de classe representa a "dinâmica central" do desenvolvimento social; e 2) que é do interesse do capitalismo, como sistema, prevenir qualquer mudança ampla nas relações de gênero, porque mudanças reais vão, em última instância, afetar os lucros. (Bhattacharya, 2013:109)

Por isso, o debate do processo de envelhecimento e da velhice da classe trabalhadora, orientada pela perspectiva de análise da TRS, impõe o debate da questão de gênero na nossa sociedade, considerando que as principais funções da reprodução da classe trabalhadora têm lugar fora do local de trabalho, espaço privilegiadamente ocupado por mulheres em quaisquer etapas de vida, como afirma Bhattacharya (2013:111) "(...) a questão da reprodução está ligada às questões mais fundamentais da nossa sociedade: quem trabalha, para quem e por quanto tempo.".

E este trabalho do cuidado, exercido na esfera da reprodução social e realizado predominantemente por mulheres, também atende estratificações significativas de raça e classe, assim, a reprodução social não é apenas de gênero, mas também racializada.

Terezinha Bernardo em seu livro “Memória em Branco e Negro: Olhares sobre São Paulo” (1998), realizou um estudo da memória de “velhas” e “velhos” negros, bem como de “velhas” e “velhos” brancos, demonstrando as diferenças marcantes entre as práticas vividas por pessoas idosas negras e brancas, e as distintas experiências de gênero entre estes. Enquanto as mulheres idosas negras narravam São Paulo como uma cidade escura, as mulheres idosas brancas enxergam como a cidade do progresso.

Enquanto o moderno era vivido pelas mulheres idosas brancas, como produtos de limpeza que poderiam ser consumidos para quem tivesse acesso, as mulheres idosas negras lhes restavam conhecer o moderno que se anunciava pelas propagandas, sobretudo postadas nos bondes, quando estas mulheres negras podiam andar nos dias de folga do trabalho. Nos relatos das mulheres idosas negras o trabalho, sempre trabalharam, ressoa como um hino, na maioria das vezes ingressando no trabalho doméstico aos 7 ou 8 anos de idade.

O envelhecimento é uma das manifestações da questão social, visto que expressa a manutenção de desigualdades sociais, e todas as dimensões de opressões estruturantes da sociedade capitalista e por ela estruturada. As totalidades são constitutivas na e por meio da diversidade e do dinamismo dos processos das práticas sociais.

> “Os teóricos da TRS ressaltam que, “(...) o conjunto de práticas que reproduzem a vida social é organizado simultaneamente pelas múltiplas relações de dominação e poder, incluindo a raça de modo central. (...) essa teoria nos encoraja a entender as experiências seccionadas e contraditórias como parte de um conjunto mais amplo, dinâmico e materialista de relações sociais – relações criadas, contestadas e reproduzidas pelo nosso trabalho dentro e fora de casa. (...) Ao fazê-lo, esse enfoque teórico nos leva à complexa unidade dos processos multifacetados, mas conectados internamente, pelos quais a vida é reproduzida e, determinadas formas sociais.” (McNally:2023:176)

Este enfoque nos possibilita um olhar mais atento ao caráter entrelaçado do sexismo, racismo e exploração de classe na experiência de mulheres negras idosas da classe trabalhadora. As relações generificadas e racializadas de produção e reprodução capitalistas poderão prover uma unidade substancial a todas essas dimensões da experiência social, das práticas vividas por mulheres idosas, negras da classe trabalhadora.

3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Orientada pela matriz teórica de análise da TRS, o referencial teórico subjacente a este estudo, a metodologia proposta para realização da pesquisa se materializa na utilização do recurso da História Oral para a pesquisa de campo por entender que nos permite apreender elementos referentes à vida social de pessoas, cuja história narrada é uma história do tempo presente que permiti registrar a história de vida das pessoas idosas participantes da pesquisa que, ao narrar suas memórias pessoais, também constroem uma visão concreta da dinâmica de vida da trajetória do grupo social ao qual pertence, pois a

história de um é a história de muitos outros do grupo social de pertencimento.

Assim, o recurso da História Oral se constitui num procedimento, com base nos depoimentos orais que serão colhidos sistematicamente, orientado pelos pressupostos teóricos e analíticos que norteiam a presente pesquisa, centrada no objetivo de identificar elementos constitutivas das dimensões de opressões de raça, gênero e sexualidades vividas por pessoas idosas da classe trabalhadora na produção e reprodução social na sociedade capitalista e como essas dimensões são uma unidade na totalidade das relações sociais que se perpetuam no processo de envelhecimento e na velhice.

Para realizar a entrevista de História Oral escolhemos como método ou "caminho", depoimentos temáticos: gênero, raça e sexualidade.

A pesquisa foi realizada com 8 (oito) participantes com 60 anos ou mais da classe trabalhadora, sendo duas mulheres negras e duas mulheres brancas; dois homens negros e dois homens brancos.

A coleta de depoimentos requereu na maioria das vezes uma média de 3 encontros ou mais, sobretudo quando o tema proposto foi sexualidade. Todos os depoimentos foram registrados em gravações por equipamentos digitais com a prévia autorização do participante da pesquisa, excetuando-se uma participante da pesquisa, do gênero feminino, branca e que experimentou sua trajetória profissional como trabalhadora do sexo, a qual não autorizou a gravação por ter sido acometida por AVC e ter tido sua fala comprometida, dificultando a compreensão nas gravações, somada a dolorosas lembranças de sua trajetória de vida, solicitou que não fosse gravada, e foi respeitada.

Nos encontros, no decorrer dos depoimentos das experencias vividas pelos participantes, foram observadas gestos, atitudes, expressões como por exemplo, ao narrar determinado fato, recorrência a fotos e outras atitudes que manifestadas no transcorrer do depoimento, como por exemplo, a timidez das mulheres ao falarem sobre a sexualidade, quase sussurrando. Tais atitudes tem contribuindo para compreensão e análise do passado presente que se materializam nas dimensões de opressões de raça, gênero e sexualidade experimentadas pela classe trabalhadora na reprodução da vida na sociedade numa sociedade de classes organizada pela égide do modo de produção capitalista.

Consideramos que a História Oral trouxe contribuições a nossa pesquisa para além dos textos já produzidos sobre a experiência de vida de pessoas idosas e, a luz da Teoria da Reprodução Social, a análise que encontra-se em andamento, tem apontado elementos importantes que conformam o pressuposto de nosso estudo que considera a vida na atual sociedade genereficada, racializada e de controle da sexualidade como fundamento estruturado e estruturante da sociedade como uma unidade na totalidade.

Por meio dos relatos orais a História permitiu reconhecer as vidas e as opressões políticas-sociais e culturais experimentadas por mulheres negras e opressões na dimensão da sexualidade, possibilitando reconstruir a história/memória destas pessoas idosas, bem como suas formas de resistência. Essas histórias tem permitido confrontar com fontes

escritas e imagéticas de estudos sobre o envelhecimento.

O local e horário dos encontros para coleta de depoimentos foram definidos pelos participantes da pesquisa, cujo tema a ser tratado foi informado previamente por esta pesquisadora. Forma evitados locais públicos e a presença de pessoas não envolvidas diretamente na pesquisa, objetivando a autonomia do participante para reconstituir o período vivido mentalmente, em média a duração de cada depoimento foi 2h30.

A recorrência a apresentação de fotos, cartas, vídeos e outros documentos por parte do participante em determinados momentos da pesquisa foram muito bem vindos para auxiliar a análise da pesquisa. Em alguns encontros foi necessário a interrupção das entrevistas por principais motivações: a exaustão, cansaço e outras atitudes, tais como emoções e lágrimas ao relembrar determinadas memórias e situações. Quando interrompida a entrevista foi marcado um novo encontro.

E, por fim, foram resguardados todos os cuidados éticos aos participantes da pesquisa, desde a garantia de autonomia e liberdade para os depoimentos, sem quaisquer tipos de interrupções e a construção de uma relação dialógica que possibilite um ambiente leve e agradável com os participantes.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já explicitado ao inicio deste documento, trata-se de uma pesquisa para subsidiar o pós-doutoramento que se encontra em andamento. A publicação desse texto teve como objetivo compartilhar as inquietações em torno do processo do envelhecimento e da velhice, bem o caminho que vem sendo trilhado para responder tais inquietações. Portanto, trata-se de um estudo ainda em construção, encontrando-se em fase de análise da coleta de depoimentos, momento que tem imposto a ampliação de debates com novas literaturas e distintos autores, vez que os depoimentos trouxeram novos elementos.

Em nenhum momento, o presente estudo e sobretudo a pesquisa realizada, se pretendeu esgotar o assunto, longe disso, a intenção foi provocar e ampliar o debate sobre o processo de envelhecimento e da velhice numa perspectiva de totalidade das relações sociais constitutivas de uma sociedade capitalista, estruturada por relações de classe, gênero, raça e controle de sexualidades.

Dentre os esforços pretendidos, mediante o recorte temático do campo da velhice, talvez a questão da sexualidade da pessoa idosa é a que tem nos trazido maiores desafios, visto que este tema enfrenta tabus e resistência de modo geral, quiçá em tratando de sexualidade de pessoas idosas. O momento da coleta dos depoimentos, por si só, já demonstra os limites do tratamento desse tema.

Não temos ainda análise dos depoimentos finalizados, apenas transcritos, porém no próprio ato das transcrições e releitura dos depoimentos, tenho sido convidada a recorrer a outros estudos que trataram da Velhice ao longo do tempo, dentre estes destaco Simone

de Beauvoir em seu livro a Velhice, que se dedicou a reconstruir as atitudes de distintas sociedades em relação a velhice, apontando elementos que se perpetuam e outros que se modificam de acordo com o contexto societário, destacando em vários momentos as atitudes das distintas sociedades em relação a pessoa idosa e as distintas relações com estas em relação ao gênero.

Encontra-se em produção também, outros artigos que pretendo publicar, objetivando ampliar o debate, porém, por mais que apresente documentos contidos de reflexões a partir com diálogo com a literatura e distintas áreas do conhecimento, nada poderá ser mais rico e potente do que a própria narrativa dos participantes da pesquisa, os quais, ao sussurrar suas experiências em relação a sexualidade e negar hoje o desejo, dizem mais alto do que qualquer documento já produzido em relação ao tema. O mesmo sentimento em relação a experiência de classe, gênero e raça, a qual revela a perpetuação das opressões presente na sociedade e encontram um relativo conformismo na velhice.

Espero realmente contribuir com o debate, trazendo muito mais provocações do que respostas a experiência do processo do envelhecimento e da velhice nas condições de classe, opressão de gênero, raça e sexualidade, objetivando o enfrentamento dessas dimensões em toda a vida humana, rompendo com o silêncio da pessoa idosa, cujas leis e estatutos, na maioria das vezes, são elaboradas por aqueles que ainda não experimentaram a velhice. Assim, conclamo nessa pesquisa o protagonismo da pessoa idosa como seu principal interlocutor e seu protagonismo em todas as tomadas de decisões que envolvam o tema do processo do envelhecimento e da velhice.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo.* São Paulo: Educ: Fundação Editora da Unesp. 1988.

BHATTACHARYA, Tith (org.). *Teoria da Reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão.* Ed. Elefante/SP, 2019.

______. *“O que é a teoria da reprodução social?”* Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução para o português publicada na Revista Outubro, n.32, 1º semestre, 2019.

BRAGATO AG da C, GARCIA LAA, CAMARGO FC, Paula FFS de, MALAQUIAS BSS, ELIAS HC, et al. *Grandparents that take care of grandchildren: analysis of the care profile and intensity. Cogitare Enferm.* [Internet]. 2023 [cited “insert year, month and day”]; 28. Available from: https://dx.doi.org/10.1590/ce.v28i0.88190.

CISNE, Mirla.*Relações sociais de sexo, “Raça”/Etnia e classe: uma análise feminista-materialista.* In: Revista Temporalis, Brasília(DF), ano 14, n.28, p. 133-149, jul./dez.2014.disponível In: https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149, acesso em 15 de set/2023.

DAVID, McNally. *Intersecções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social.* In: BHATTACHARYA, Tith (org.). **Teoria da Reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. Ed. Elefante/SP, 2019. p. 155-180

Diogo MJDE, Duarte YAO. *Cuidados em domicílio: conceitos e práticas*. IN: Freitas EV (org). Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002. Cap. 92, p.762-67

Fernandes MGM, Garcia TR. *Atributos da tensão do cuidador familiar de idosos dependentes.* Rev Esc Enferm USP. 2009b; 43(4): 818-24.

FRAZER, Nancy. *Crise do cuidado?Sobre as contradições socioprodutivas do capitalismo contemporâneo.* In: BHATTACHARYA, Tith (org.). **Teoria da Reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. Ed. Elefante/SP, 2019. p. 45-70

FONSECA, Rhaysa Ruas. *Unidade, diversidade, totalidade*: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

______. *Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas*. In: Revista Direito e Prax., Rio de Janeiro, Vol. 12, n. 1, 2020, p. 379-415.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Edições Graal Ltda. Rio de Janeiro – RJ, 1988.

LOUREIRO, Lara de Sá Neves, FERNANDES, Maria das Graças Melo. In: *Journal of Research Fundamental Care Online*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Perfil do cuidador familiar de idosos dependentes em convívio domiciliar*. Trabalho extraído da dissertação de mestrado “Sobrecarga em cuidadores familiares de idosos dependentes do município de João Pessoa, Paraíba, Brasil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online E-ISSN: 2175-5361 rev.fundamental@gmail.com Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (J. res.: fundam. care. online 2015. dez. 7(supl.):145-154)

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [1857-1858].

______. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

SANTOS, N. M. C. *Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade.* 2016. Projeto de Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Programa de Pós- graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

SILVEIRA TM, Caldas CP, CARNEIRO ZCT. *Cuidando de idosos altamente dependentes na comunidade:* um estudo sobre cuidadores familiares principais. Cad. Saude Publica. 2006; 22(8): 1629-38.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária.* Tradução: Equipe de Trad. do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha, Carla Benitez, Clara Saraiva, Gabriela Azevedo, Lívia de Cássia Godoi Moraes, Mariana Shinohara Roncato, Patrícia Cotta, Patrícia Rocha Lemos, Rhaysa Ruas. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2022. Disponível in: https://lgbtcomunista.org/2022/07/27/texto-3-marxismo-e-a-opressao-as-mulheres-por-uma-teoria-unitaria-por-lise-vogel/ acesso em 10 de set2023.

Zanatta E, Arpini DM. *Conhecendo a imagem, o papel e a relação avó-neto: a perspectiva de avós maternas***.** Estud. Pesqui. Psicol. [Internet]. 2017 [cited 2021 mar. 13]; 17(1):343-363. Available from: https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/35164/24865

CAPÍTULO 11

AS BARREIRAS QUE IMPEDEM A UTILIZAÇÃO EFETIVA DA TEORIA CONECTIVISTA NO SISTEMA PÚBLICO EDUCACIONAL – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO CORPO DOCENTE E FALTA DE ACESSO À TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS CONECTADAS

Data de submissão: 21/10/2024 *Data de aceite: 01/11/2024*

Aira Cristine de Souza
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Especialista Em Currículo E Prática Docente Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental Pela Universidade Estadual Do Piauí (UFPI); Mestranda em Educação Pela Universidad Europea Del Atlántico (UNEATLANTICO).
http://lattes.cnpq.br/7239596280311275

RESUMO: O artigo aborda os fundamentos, oportunidades e desafios associados à implementação da abordagem conectivista na educação, com foco nas escolas de Amaralina-GO. A teoria conectivista destaca a importância das interconexões entre indivíduos, recursos e informações na construção do conhecimento, deslocando o foco do acúmulo de dados para a habilidade de discernir e aplicar informações em contextos diversos. A infraestrutura exemplar e o corpo docente qualificado de Amaralina oferecem um ambiente propício para a integração bem-sucedida do conectivismo. O artigo destaca as oportunidades para os professores, incluindo a redefinição de seus papéis como facilitadores do conhecimento, a promoção de práticas pedagógicas dinâmicas e a capacitação dos alunos para enfrentar desafios contemporâneos. No entanto, os desafios também são abordados, como a resistência à mudança, a necessidade de adaptação dos métodos de avaliação e a compreensão das dinâmicas de aprendizado da geração digital. A implementação do conectivismo exige investimentos ponderados em infraestrutura, formação docente, materiais didáticos e tecnologia, alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. Em conclusão, a adoção do conectivismo representa uma transformação substancial na educação de Amaralina, impulsionando uma abordagem mais conectada, colaborativa e significativa. O artigo destaca a importância de superar desafios e aproveitar as oportunidades para preparar os alunos para os desafios e inovações do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Conectivismo; Educação contemporânea; Amaralina-GO; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Desafios e Inovações Educacionais.

ABSTRACT: This article addresses the foundations, opportunities, and challenges associated with the implementation of the connectivist approach in education, focusing

on schools in Amaralina-GO, Brazil. The connectivist theory emphasizes the importance of interconnections between individuals, resources, and information in knowledge construction, shifting the focus from data accumulation to the ability to discern and apply information in diverse contexts. Amaralina's exemplary infrastructure and qualified teaching staff provide a conducive environment for the successful integration of connectivism. The article highlights opportunities for teachers, including redefining their roles as knowledge facilitators, promoting dynamic pedagogical practices, and empowering students to face contemporary challenges. However, challenges are also addressed, such as resistance to change, the need to adapt assessment methods, and understanding the learning dynamics of the digital generation. The implementation of connectivism requires thoughtful investments in infrastructure, teacher training, educational materials, and technology, aligned with the guidelines of the National Common Curricular Base. In conclusion, the adoption of connectivism represents a substantial transformation in Amaralina's education, propelling a more connected, collaborative, and meaningful approach. The article underscores the importance of overcoming challenges and seizing opportunities to prepare students for the challenges and innovations of the 21st century.
KEYWORDS: Connectivism; Contemporary education; Amaralina-GO; National Common Curricular Base (BNCC); Challenges and Innovations in Education.

INTRODUÇÃO

Na era digital, onde a sociedade está intrinsecamente conectada, a teoria conectivista emerge como um paradigma revolucionário na educação contemporânea, desafiando os modelos tradicionais de aprendizado. Proposta por Siemens (2005), essa abordagem destaca a interconexão entre indivíduos, recursos e informações como o cerne do processo educacional, enfatizando as redes como o contexto essencial para a aquisição de conhecimento.

O conectivismo desloca a ênfase do simples acúmulo de dados para a habilidade de discernir, interpretar e aplicar informações em diversos contextos, promovendo uma visão holística do aprendizado (Davis, 2011). Esse novo paradigma desafia as estruturas convencionais, transformando a escola em um espaço de convergência de redes e interações, onde a interação constante é o alicerce do saber (Siemens, 2005).

No contexto específico de Amaralina-GO, uma localidade que se destaca pelo comprometimento com a educação, a implementação do conectivismo apresenta desafios e oportunidades únicas. Este texto explora os fundamentos da teoria conectivista, suas aplicações no ambiente educacional de Amaralina, as oportunidades que oferece aos professores e os desafios que enfrentam na transição para essa abordagem inovadora. Ao examinar o contexto educacional e as oportunidades de integração, bem como os desafios a serem superados, busca-se fornecer uma visão abrangente sobre a implementação do conectivismo nas escolas de Amaralina-GO.

FUNDAMENTOS DA TEORIA CONECTIVISTA

Na era digital, a teoria conectivista emerge como um farol na educação contemporânea, revolucionando os paradigmas tradicionais de aprendizado. Como pontuado por Siemens (2005), o conectivismo propõe uma abordagem onde a aprendizagem é amplamente moldada pela interconexão entre indivíduos, recursos e informações, destacando a relevância das redes como cenário primordial para a aquisição de conhecimento.

Neste contexto, a ênfase recai sobre a dinâmica das conexões. Conforme destacado por Downes (2007), o aprendizado não é mais um ato isolado, mas um processo intrinsecamente ligado à capacidade de estabelecer e nutrir conexões. O conhecimento não está contido em indivíduos ou recursos específicos, mas é forjado na interação contínua com uma teia complexa de informações e agentes.

Essa abordagem desloca o foco do simples acúmulo de dados para a habilidade de discernir, interpretar e aplicar informações em contextos diversos. Como ressaltado por Davis (2011), a aprendizagem conectivista promove uma visão mais holística, na qual os alunos são incentivados a explorar, colaborar e construir conhecimento em comunidades de aprendizado dinâmicas e fluidas.

A conectividade é a essência desse paradigma. Rheingold (2012) destaca a importância das conexões não apenas como um meio de acesso à informação, mas como uma ferramenta poderosa para a resolução de problemas complexos. A interação constante com pessoas, recursos e ideias diversificadas amplia a capacidade de resolver desafios, desenvolvendo habilidades adaptativas fundamentais para o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a escola, antes vista como um enclave isolado, transforma-se em um espaço de convergência de redes e interações. A visão conectivista de aprendizagem desafia as estruturas convencionais, incitando educadores a repensar práticas pedagógicas e a integrar tecnologias de forma a fomentar conexões significativas.

Em suma, o conectivismo na educação representa uma mudança de paradigma, onde a aprendizagem transcende fronteiras físicas e se ergue sobre a colmeia de interações, redes e conexões. Como salientado por Siemens (2005), a aprendizagem efetiva hoje deve ser vista como sinergia entre a capacidade de conectar-se e a habilidade de discernir a relevância das informações. A rede, como um ecossistema de aprendizado, é o epicentro desse novo caminho educacional, no qual a interação constante é o alicerce do saber.

O conectivismo é uma teoria que explora como a aprendizagem acontece. Siemens (2004) descreve uma comunidade como um grupo de interesses similares que promove interação, compartilhamento e diálogo colaborativo. Na visão conectivista, uma comunidade de aprendizagem é como um ponto focal em uma rede maior. Os pontos focais são os locais de conexão em uma rede, formada por vários pontos interligados para compartilhar recursos. Esses pontos podem variar em tamanho e influência, dependendo da quantidade de informações e pessoas que se conectam a eles (Downes, 2008).

De acordo com o conectivismo, o conhecimento está disperso em uma rede de informações e pode existir em diferentes formas digitais. A teoria destaca que a aprendizagem e o conhecimento se baseiam na diversidade de opiniões (Siemens, 2008). Ela ocorre através da interação entre o domínio cognitivo e emocional, ambos essenciais no processo de aprendizagem.

Como a informação está em constante evolução, sua validade pode mudar ao longo do tempo com novas descobertas. Isso implica que a compreensão de um assunto e a habilidade de aprender sobre ele também se transformam. O conectivismo ressalta duas habilidades cruciais: a capacidade de buscar informações atualizadas e a habilidade de filtrar informações irrelevantes. Simplificando, "Saber como encontrar é mais importante do que aquilo que já se sabe" (Siemens, 2008). Decidir com base nas informações adquiridas é parte integrante do processo de aprendizagem.

A aprendizagem é um ciclo em que os alunos se conectam a redes para trocar informações, adaptam suas crenças com base no aprendizado e, então, se reconectam para compartilhar essas mudanças e buscar novos conhecimentos. É vista como um processo de criação de conhecimento, não apenas um consumo dele. A rede de aprendizagem pessoal de alguém se forma a partir de como um aluno se conecta às comunidades de aprendizagem.

Os alunos podem transitar entre diferentes áreas de conhecimento, pois as fronteiras entre elas são flexíveis, permitindo conexões interdisciplinares. Siemens destaca: A habilidade de enxergar conexões entre áreas, ideias e conceitos é fundamental (Siemens, 2008). A metáfora conectivista é especialmente relevante hoje, considerando como a internet e a disseminação da informação nela se tornaram pontos centrais para as ideias de Siemens.

AMBIENTE EDUCACIONAL CONECTIVISTA

Em um mundo interligado, a escola tem o desafio e a oportunidade de se transformar em um espaço que promove não apenas a transmissão de conhecimento, mas também o cultivo de habilidades conectivas, colaborativas e autonomia nos alunos. Adotar uma abordagem conectivista requer não apenas a integração de tecnologias, mas uma mudança fundamental na cultura e nas práticas educacionais.

A conectividade, como destaca Siemens (2004), vai além da simples conexão à internet; ela abrange a capacidade de criar, colaborar e compartilhar conhecimento. A escola conectivista busca criar ambientes onde os alunos estejam imersos em redes de aprendizado significativas. Isso implica não apenas o uso de tecnologias, mas a criação de espaços físicos e virtuais que incentivem a interação constante entre alunos, professores e recursos.

Para promover a conectividade, a escola pode adotar estratégias que estimulem a

colaboração. Abordagens pedagógicas centradas no aluno, como projetos colaborativos e aprendizado baseado em problemas, incentivam a troca de ideias e a coconstrução do conhecimento. Professores tornam-se facilitadores, orientando e incentivando a participação ativa dos alunos em comunidades de aprendizado.

A autonomia dos alunos é um pilar central do conectivismo. Davis (2011) ressalta que a capacidade de aprender a aprender é fundamental no mundo conectado de hoje. A escola conectivista capacita os alunos a serem autônomos na busca, avaliação e aplicação de informações. Isso pode ser alcançado através da implementação de métodos de aprendizagem personalizados, permitindo que os alunos escolham caminhos de aprendizagem que se alinhem com seus interesses e estilos individuais.

A integração de plataformas online, redes sociais educacionais e ferramentas colaborativas também desempenha um papel crucial na construção de uma escola conectada. Essas ferramentas não apenas facilitam a conexão entre alunos e professores, mas também permitem a expansão das redes de aprendizagem para além dos limites físicos da escola, conectando-se a especialistas, instituições e recursos ao redor do mundo.

Em resumo, a adoção de uma abordagem conectivista requer uma mudança de mentalidade, onde a escola se torna um ambiente que valoriza a conectividade, a colaboração e a autonomia dos alunos. Ao criar uma cultura de aprendizado baseada em redes e conexões, a escola não apenas prepara os alunos para o mundo atual, mas também os capacita a se tornarem aprendizes ao longo da vida, prontos para prosperar em um ambiente em constante evolução.

CONTEXTO EDUCACIONAL DE AMARALINA-GO

Amaralina, situada em Goiás, destaca-se por seu comprometimento notável com a esfera educacional, evidenciado tanto na infraestrutura exemplar das escolas quanto na qualidade do corpo docente. Além disso, grande parte dos professores possui especializações centradas na área educacional, demonstrando um alinhamento sólido com as diretrizes pedagógicas atuais.

Segundo Silva (2018), a formação sólida do corpo docente impacta diretamente a qualidade do ensino, refletindo-se no sucesso acadêmico dos estudantes. A uniformidade na formação dos professores se revela como um diferencial significativo no panorama educacional local, contribuindo para uma abordagem coesa e alinhada com as melhores práticas pedagógicas, fomentando um ambiente de aprendizado mais adaptativo e integrado às necessidades dos alunos.

A infraestrutura bem planejada das escolas em Amaralina reflete os investimentos contínuos das autoridades locais na melhoria da qualidade educacional. Salas de aula modernas, dispositivos tecnológicos de qualidade e espaços para atividades extracurriculares compõem um ambiente propício para o aprendizado integral dos alunos.

Esses elementos não só oferecem recursos para aprimorar a experiência educacional, mas também fomentam a diversidade de abordagens pedagógicas.

Em Amaralina, a infraestrutura educacional se destaca pelo investimento em tecnologia para aprimorar o ambiente de aprendizado. Todas as escolas estão equipadas com acesso à internet de alta qualidade, garantindo uma conexão estável e confiável. Além disso, há disponibilidade de computadores tanto para a equipe gestora quanto para os professores, permitindo o uso eficiente e produtivo desses recursos.

A integração de dispositivos como celulares para uso pedagógico se tornou uma realidade, proporcionando uma ferramenta adicional para aprimorar as dinâmicas de ensino e aprendizagem. Em cada sala de aula, a presença de televisões com acesso à internet oferece uma ampla gama de possibilidades para o enriquecimento das aulas, possibilitando a utilização de recursos audiovisuais de forma dinâmica e interativa.

Além disso, a presença de tecnologias como Data Show, telões, caixas amplificadas e câmeras de segurança demonstra o compromisso em proporcionar um ambiente escolar seguro e propício ao aprendizado avançado. Essas ferramentas não apenas enriquecem o ambiente de ensino, mas também contribuem para a segurança e o bem-estar de toda a comunidade escolar.

Esses investimentos em tecnologia não apenas modernizam o ambiente educacional, mas também refletem o compromisso de Amaralina em proporcionar uma educação de qualidade, alinhada às demandas e desafios do século XXI. O acesso a essas tecnologias promove não só a inovação pedagógica, mas também a preparação dos alunos para um futuro cada vez mais conectado e tecnológico.

Na rotina escolar de Amaralina, a gestão e organização pedagógica adotam uma abordagem digitalizada e integrada à tecnologia. A frequência dos alunos, os registros nos diários de classe e todo o planejamento docente são realizados de forma eletrônica, otimizando a praticidade e a precisão desses processos.

A integração das famílias ao ambiente escolar é priorizada, com todos os pais e responsáveis conectados aos grupos de comunicação remota. Isso possibilita um diálogo contínuo, mantendo-os informados sobre o progresso acadêmico, eventos escolares e demais atividades por meio de plataformas online.

Todos os eventos escolares são compartilhados e divulgados de maneira online, garantindo que toda a comunidade escolar tenha acesso às informações relevantes. Essa transparência contribui para o envolvimento e engajamento dos pais e alunos nas atividades e acontecimentos da escola.

Os professores contam com suporte e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologias de Aprendizagem e Conhecimento (TAC) durante as aulas. Eles recebem todo o respaldo necessário para desenvolverem seus projetos educacionais de forma integrada às tecnologias educacionais, promovendo uma aprendizagem mais dinâmica e eficaz.

Essa abordagem possibilita não apenas o uso de recursos digitais em sala de aula, mas também oferece autonomia aos docentes para explorarem novas ferramentas, enriquecendo o processo educacional e estimulando a inovação pedagógica. A valorização e o suporte ao uso dessas tecnologias proporcionam um ambiente propício ao desenvolvimento e à aplicação de métodos educacionais mais integrados e eficientes.

Em resumo, as escolas de Amaralina estão comprometidas em oferecer uma educação de qualidade, alinhada às demandas contemporâneas, e se destacam não só pela infraestrutura, mas também pela integração eficaz de tecnologias ao ambiente educacional.

OPORTUNIDADES PARA PROFESSORES NA ABORDAGEM CONECTIVISTA

Na era digital, a teoria conectivista emerge como um farol na educação contemporânea, revolucionando os paradigmas tradicionais de aprendizado. Como pontuado por Siemens (2005), o conectivismo propõe uma abordagem onde a aprendizagem é amplamente moldada pela interconexão entre indivíduos, recursos e informações, destacando a relevância das redes como cenário primordial para a aquisição de conhecimento.

Neste contexto, a ênfase recai sobre a dinâmica das conexões. Conforme destacado por Downes (2007), o aprendizado não é mais um ato isolado, mas um processo intrinsecamente ligado à capacidade de estabelecer e nutrir conexões. O conhecimento não está contido em indivíduos ou recursos específicos, mas é forjado na interação contínua com uma teia complexa de informações e agentes.

Essa abordagem desloca o foco do simples acúmulo de dados para a habilidade de discernir, interpretar e aplicar informações em contextos diversos. Como ressaltado por Davis (2011), a aprendizagem conectivista promove uma visão mais holística, na qual os alunos são incentivados a explorar, colaborar e construir conhecimento em comunidades de aprendizado dinâmicas e fluidas.

A conectividade é a essência desse paradigma. Rheingold (2012) destaca a importância das conexões não apenas como um meio de acesso à informação, mas como uma ferramenta poderosa para a resolução de problemas complexos. A interação constante com pessoas, recursos e ideias diversificadas amplia a capacidade de resolver desafios, desenvolvendo habilidades adaptativas fundamentais para o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a escola, antes vista como um enclave isolado, transforma-se em um espaço de convergência de redes e interações. A visão conectivista de aprendizagem desafia as estruturas convencionais, incitando educadores a repensar práticas pedagógicas e a integrar tecnologias de forma a fomentar conexões significativas.

Em suma, o conectivismo na educação representa uma mudança de paradigma, onde a aprendizagem transcende fronteiras físicas e se ergue sobre a colmeia de interações, redes e conexões. Como salientado por Siemens (2005), "a aprendizagem efetiva hoje

deve ser vista como sinergia entre a capacidade de conectar-se e a habilidade de discernir a relevância das informações". A rede, como um ecossistema de aprendizado, é o epicentro desse novo caminho educacional, no qual a interação constante é o alicerce do saber.

Diante desses desafios e oportunidades, o processo de implementação das práticas conectivistas exige passos bem delineados. Em consonância com as conclusões de Pereira (2020), a reflexão sobre a teoria conectivista e a redefinição do papel do professor como facilitador do conhecimento são o ponto de partida. A capacitação e a formação continuada, segundo os estudos de Oliveira (2021), surgem como passos essenciais, fornecendo ferramentas e estratégias para integrar a abordagem conectivista de forma eficaz na sala de aula.

Outro aspecto relevante, conforme apontado por Silva (2019), é a criação de ambientes de aprendizagem que incentivem a interação e a conexão entre alunos e recursos educacionais. A adoção de metodologias ativas, como destacado por Costa (2022), complementa esse processo, desafiando os alunos a resolver problemas e promovendo a colaboração entre eles.

Segundo os estudos de Gomes (2020), a avaliação reflexiva e contínua fecha o ciclo desse processo, garantindo que os métodos de avaliação estejam alinhados aos objetivos da abordagem conectivista, valorizando não apenas o resultado final, mas também o processo de aprendizagem dos alunos.

A compreensão e aplicação da teoria conectivista demandam um processo gradual de adaptação e desenvolvimento por parte dos educadores, como defendido nos estudos de Alves (2021). A transformação do papel do professor de mero detentor do conhecimento para um facilitador e orientador é crucial, conforme discutido por Silva (2019). Esse redirecionamento reforça o protagonismo dos alunos na construção do próprio conhecimento.

Um dos primeiros passos na implementação das práticas conectivistas, segundo Santos (2022), é a reflexão sobre a teoria subjacente, compreendendo que o conhecimento é construído através de interações e conexões. A capacitação contínua dos professores, como destacado por Lima (2021), é essencial para integrar estratégias conectivistas eficazes na prática pedagógica. Essa atualização não apenas familiariza os educadores com novos métodos, mas também os inspira a adotar abordagens inovadoras, conforme ressaltado por Almeida (2018).

A criação de ambientes de aprendizagem conectados, conforme discutido por Carvalho (2019), é outra etapa crucial. Tais ambientes incentivam a interação entre os alunos e recursos educacionais, promovendo a colaboração e a construção coletiva de conhecimento. A introdução de metodologias ativas, enfatizada por Pereira (2020), complementa essa transição, desafiando os alunos a desenvolverem habilidades analíticas e de resolução de problemas.

A avaliação contínua, de acordo com os estudos de Oliveira (2021), desempenha

um papel fundamental nesse processo. Os métodos avaliativos devem refletir não apenas a retenção do conhecimento, mas também o processo de aprendizagem e as habilidades de conexão dos alunos. Essa abordagem proporciona um feedback mais contextualizado, direcionando a aprendizagem de maneira mais precisa e eficaz.

Em resumo, a implementação das práticas pedagógicas conectivistas requer um processo progressivo que engloba a compreensão da teoria subjacente, a capacitação contínua, a criação de ambientes de aprendizagem colaborativos e a avaliação reflexiva. Essa transição, embora desafiadora, é fundamental para preparar os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

É crucial reconhecer que a Base Nacional Comum Curricular destaca a importância das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como recursos essenciais para o desenvolvimento educacional. A BNCC destaca a necessidade de integrar as TICs de maneira transversal em todas as disciplinas e áreas do conhecimento, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de habilidades digitais, pesquisa, colaboração e solução de problemas.

Além disso, enfatiza que o uso das tecnologias não deve se limitar ao acesso aos dispositivos, mas sim promover uma cultura digital ativa, onde os estudantes se tornem protagonistas na criação, produção e compartilhamento ético, crítico e responsável de conteúdos no ambiente escolar e fora dele. Essa abordagem ressoa com a perspectiva conectivista, que valoriza não apenas a obtenção de informações, mas também a capacidade de conectá-las, interpretá-las e aplicá-las em contextos variados.

Portanto, ao considerar o alinhamento entre as diretrizes da BNCC e as práticas conectivistas, percebe-se uma convergência na ênfase ao uso significativo das tecnologias no processo educacional. Essas diretrizes oferecem um suporte conceitual e pedagógico sólido para a implementação de abordagens conectivistas, impulsionando não apenas a aprendizagem baseada na interação, mas também a formação de alunos críticos, colaborativos e aptos a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para garantir uma educação de qualidade alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é fundamental considerar diversos aspectos que permeiam o investimento público nesse setor.

A alocação de recursos financeiros representa um ponto crítico nesse processo. É essencial analisar se esses investimentos atendem às demandas educacionais, abarcando infraestrutura, capacitação docente, materiais e tecnologia, conforme destaca Santos (2019). Estes devem estar alinhados com as metas estabelecidas pela BNCC para garantir eficácia na implementação das políticas educacionais.

A infraestrutura escolar e a disponibilidade de tecnologia desempenham um papel central nesse contexto. A análise da adequação das instalações e do acesso aos recursos tecnológicos, em conformidade com as exigências da BNCC, é crucial para fomentar um ambiente propício à aprendizagem, corroborando com as perspectivas de Oliveira (2020).

A formação docente e o material didático também devem refletir as diretrizes da BNCC. Investimentos em programas de formação continuada para professores, em consonância com as competências previstas, e na disponibilização de materiais pedagógicos apropriados são aspectos críticos, conforme argumentado por Silva (2021).

O alinhamento curricular e a adoção de abordagens metodológicas são igualmente fundamentais para atender às diretrizes da BNCC. A revisão e adaptação dos currículos escolares e das práticas pedagógicas de acordo com as propostas da BNCC são passos indispensáveis, como evidenciado por Lima (2018).

Avaliar os resultados educacionais em relação aos investimentos realizados é crucial para compreender o impacto na qualidade da educação. A implementação de mecanismos de acompanhamento e avaliação constante é necessário, como mencionado por Almeida (2019), para garantir a efetividade dos investimentos e das políticas educacionais alinhadas à BNCC.

DESAFIOS E INOVAÇÕES NA EDUCAÇÃO CONECTIVISTA

A implementação dessa abordagem conectivista nas escolas de Amaralina-GO, assim como em todas as escolas interioranas, implica desafios iniciais para os professores. Mendes (2020) destaca a resistência à mudança, apontando a relutância em abandonar os métodos tradicionais de ensino. Nesse contexto, Sousa (2019) enfatiza a importância da capacitação contínua para integrar práticas pedagógicas ativas e o uso efetivo das tecnologias na sala de aula.

A necessidade de adaptação dos métodos de avaliação também é crítica, como evidenciado por Lima (2021). A avaliação alinhada à abordagem conectivista demanda uma revisão nos processos de análise do conhecimento dos alunos, priorizando não só o resultado final, mas também o processo de aprendizagem.

Um aspecto crucial na implementação da abordagem conectivista é a geração atual de alunos, nativos digitais que crescem imersos na tecnologia. Esses estudantes estão familiarizados com dispositivos digitais desde cedo, sendo a conectividade uma parte intrínseca de suas vidas diárias. A rapidez com que acessam informações e interagem com diferentes mídias é surpreendente, o que ressalta a necessidade de os professores se adaptarem à realidade dos alunos na era digital.

Essa geração conectada possui um ritmo de aprendizado e busca por informação muito dinâmica. Os estudantes estão constantemente interagindo com conteúdos variados, buscando respostas imediatas e valorizando a interatividade. Diante desse cenário, os professores enfrentam o desafio de acompanhar e direcionar esse ímpeto por aprendizado, sem perder de vista a qualidade e a profundidade dos conhecimentos transmitidos.

A adaptação dos professores à realidade digital dos alunos requer não apenas a utilização de ferramentas tecnológicas, mas também a compreensão das dinâmicas de

aprendizado dessa nova geração. A sala de aula, antes um espaço predominantemente de transmissão de conteúdo, agora se torna um ambiente de troca, onde a interação e a construção coletiva do conhecimento ganham relevância.

Nesse contexto, a figura do professor passa por uma redefinição, de detentor exclusivo do conhecimento para um facilitador e orientador do processo de aprendizagem. Isso demanda uma postura mais flexível e aberta à colaboração com os alunos, estimulando a participação ativa, o pensamento crítico e a resolução de problemas de maneira criativa.

Ainda assim, é importante destacar que a transição para um modelo mais conectado e adaptado às expectativas dos alunos requer tempo e investimento em capacitação. Os educadores precisam não apenas adquirir habilidades técnicas para lidar com as ferramentas digitais, mas também compreender como integrá-las de maneira eficaz ao processo educacional.

O desafio não se resume apenas ao domínio das tecnologias, mas à criação de estratégias que garantam uma aprendizagem significativa e relevante, aproveitando o potencial das ferramentas digitais para engajar os alunos de maneira eficaz.

CONCLUSÃO

Diante dos desafios e oportunidades que permeiam a implementação da abordagem conectivista nas escolas de Amaralina-GO, fica evidente que essa transformação educacional representa um passo significativo em direção a um modelo mais adaptado à realidade digital e às demandas contemporâneas.

Ao considerar os fundamentos do conectivismo, notamos que a interconexão entre indivíduos, recursos e informações se torna a base para a construção do conhecimento.
Amaralina, com seu comprometimento notável com a esfera educacional, possui uma infraestrutura e um corpo docente qualificados, oferecendo um ambiente propício para a integração bem-sucedida dessa abordagem inovadora. As oportunidades para os professores nesse novo paradigma são vastas, indo desde a redefinição do papel do educador como facilitador do conhecimento até a promoção de práticas pedagógicas mais dinâmicas e interativas. A autonomia do aluno, a colaboração e a capacidade de discernir informações ganham destaque, preparando-os para enfrentar os desafios de um mundo em constante evolução.

Contudo, não podemos ignorar os desafios inerentes a essa transição. A resistência à mudança, a necessidade de adaptação dos métodos de avaliação e a demanda por uma compreensão profunda das dinâmicas de aprendizado da geração digital são obstáculos que exigem esforços contínuos por parte dos educadores.

Em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a implementação do conectivismo exige um investimento ponderado em infraestrutura, formação docente, materiais didáticos e tecnologia. A avaliação constante dos resultados

educacionais em relação a esses investimentos é crucial para garantir a eficácia das políticas educacionais.

Em última análise, a adoção do conectivismo nas escolas de Amaralina-GO representa um salto em direção a uma educação mais alinhada às demandas da sociedade contemporânea. Ao superar os desafios e abraçar as oportunidades, educadores, gestores e comunidade escolar contribuem para a formação de indivíduos conectados, críticos e preparados para enfrentar os desafios e inovações do século XXI. O caminho para uma educação conectada, colaborativa e significativa está sendo pavimentado, promovendo uma transformação substancial no panorama educacional local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio de;CRIPPA, Giulia. Informação, cultura e tecnologia: novas mediações para a produção e o consumo cultural. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Múltiplas Linguagens. Paraíba: UFPB, 2009.

ALVES, Lynn Rosalina Gama; MINHO, Marcelle Rose da Silva; DINIZ, Marcelo Vera Cruz. Gamificação: diálogos com a educação. In: FADEL, Luciane Maria et al.(Org.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014.

BANDEIRA, A. S. B. O Proinfo e a formação de professores em Goiânia. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. BUSARELLO, Romeo Deon. Gamification: Princípios e Estratégias: 2016

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . Tradução de Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2009

HUIZINGA, Johan, 1872-1945. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura/ Johan HUIZINGA; [tradução João Paulo Monteiro]. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

— (Estudos / dirigida por J. Guinsburg)

JOUVE, Vincent. A Leitura. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: UNESP, 2002. Tradução de: La lecture.

KAPP, K. M. The gamification of learning and instruction: Game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: John Wiley Wiley & Sons, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Rita de Cassia Soares. A Relação Professor Aluno E O Processo Ensino Aprendizagem. 2017.

MARASSI, Alessandra de Castro Barros. Interações digitais e o consumo de livros. São Paulo: Gênio Criador Editora, 2017

MARTINS, Maria Helena. O Que é leitura. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SIEMENS, George. Conectivismo: uma teoria de aprendizagem para a idade digital: 2004

VOSGERAU, D. S. R. A tecnologia nas escolas: o papel do gestor neste processo. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil: TIC Educação 2011. São Paulo: CGI.br, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIANNE SOUSA BARBOSA - Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2019) e em Pedagogia e Artes Visuais (Claretiano – 2022;2023). Possui especialização em Filosofia (Estácio – 2014) e em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – 2022). Obteve seu Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012) e Doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em 2020. Atuou como professora de Sociologia e Filosofia na UEPB, UFCG, IFPB, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando diversos trabalhos acadêmicos durante sua atuação docente. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sobre Subjetividades”, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisas, publicações e orientações na área da Filosofia, Sociologia e Educação. Atualmente, desempenha atividade docente no Ensino Básico (SEE-PB) e Superior (UEPB/CAPES), possui vasta experiência em formação de professores, atuando como Professora Formadora do PARFOR/CAPES por diversos períodos (2012-2016 – 2023-Atual). Possui publicações científicas na área de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Educação. Faz parte do Conselho Editorial da Atena Editora, Revista Instante e IBRATES. Autora do livro “Famílias na contemporaneidade: Uma análise sociológica sobre uniões igualitárias”, publicado em 2024. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5952-0410

ÍNDICE REMISSIVO

A

C

D

E

F

G

I

T

U

V

Z

Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2024

Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas 4

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2024